



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS – ARAGUAÍNA - TO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO - PPGCULT**

REGINALDO SOARES FERNANDES

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E DAS PESCADORAS DE
TOCANTINÓPOLIS (TO): SEU TERRITÓRIO, SABERES E DESAFIOS**

**ARAGUAÍNA, TO
2023**

Reginaldo Soares Fernandes

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E DAS PESCADORAS DE
TOCANTINÓPOLIS (TO): seu território, saberes e desafios**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
qualificação de mestrado em Cultura e Território junto
ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e
Território Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa

**ARAGUAÍNA, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F363o Fernandes, Reginaldo Soares.
A organização social dos pescadores e das pescadoras de Tocantinópolis (TO): seu território, saberes e desafios: seu território, saberes e desafios. / Reginaldo Soares Fernandes. – Araguaina, TO, 2023.
126 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaina - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2023.
Orientadora : Kênia Gonçalves Costa
1. Pescadores. 2. Saberes tradicionais. 3. Pesca artesanal. 4. Comunidades tradicionais. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Reginaldo Soares Fernandes

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E DAS PESCADORAS DE
TOCANTINÓPOLIS (TO): seu território, saberes e desafios**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
qualificação de mestrado em Cultura e Território junto
ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território
Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **KÊNIA GONÇALVES COSTA**
Data: 16/11/2023 12:19:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa, UFNT

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANO QUARESMA DE PAULA**
Data: 16/11/2023 14:38:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula, FURG

Documento assinado digitalmente
 **REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA**
Data: 16/11/2023 20:40:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida, UFNT

Dedico este trabalho de pesquisa às comunidades tradicionais de forma abrangente, com especial ênfase nas comunidades tradicionais da pesca, aos ribeirinhos e aos povos originários que persistem em sua resistência cultural em seus territórios. São essas comunidades que desempenham um papel vital na preservação das águas e das florestas, protegendo os tesouros naturais que enriquecem nossas vidas. Seu compromisso com a sustentabilidade e a herança cultural é uma inspiração para todos nós.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que desempenharam um papel fundamental na concretização deste trabalho de pesquisa. Em primeiro lugar, desejo expressar minha sincera gratidão à comunidade pesqueira tradicional do município de Tocantinópolis (TO) e região do médio Tocantins. Sem o apoio, a colaboração e a generosidade em compartilhar seus conhecimentos e experiências, este estudo não teria sido viável. Sua valiosa participação foi essencial para compreender os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais e as repercussões dos grandes projetos em seu modo de vida. Foi por meio das suas vozes que pude captar a essência e a complexidade dessa realidade.

Importante destacar minha profunda gratidão ao meu filho e familiares, que estiveram ao meu lado com apoio incondicional, compreensão e incentivo ao longo dessa jornada desafiadora. Sua presença e amor foram fundamentais para enfrentar os obstáculos e alcançar os objetivos estabelecidos. Além disso, sou grato por compartilharmos momentos de celebração e de descanso, nos quais pude recarregar minhas energias e encontrar equilíbrio em meio às demandas do trabalho acadêmico. Suas palavras de incentivo e alegria foram o combustível necessário para seguir adiante, enfrentando os desafios com coragem e perseverança. Que esta expressão de gratidão sirva como um testemunho do meu amor e admiração por cada um deles, e que eles saibam o quanto são essenciais para a minha jornada e para a realização deste trabalho. Que possamos seguir compartilhando conquistas e construindo memórias preciosas juntos, fortalecendo ainda mais os laços familiares que nos unem.

Também gostaria de expressar meu profundo reconhecimento à Colônia de Pescadores Z-7, que amavelmente me recebeu de braços abertos e me permitiu mergulhar de forma íntima na realidade dessas comunidades. Sua prontidão em colaborar e compartilhar informações foi um pilar fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a cada membro da colônia pela paciência, disposição em responder às minhas perguntas e por abrir as portas para que eu pudesse aprender com suas experiências e perspectivas.

É com imensa gratidão que expresso meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território - PPGCult da Universidade Federal do Norte do Tocantins por proporcionar o ambiente acadêmico ideal para o desenvolvimento desta pesquisa. O apoio institucional e a infraestrutura disponibilizada foram elementos

fundamentais para o progresso e sucesso deste estudo. Neste momento de agradecimento, não posso deixar de reconhecer a importância de professores, professoras e orientadores, orientadoras dos programas de graduação, pós-graduação e bolsas de pesquisa que, como vocês, dedicam-se ao ensino, à ciência e à pesquisa, impactando positivamente a formação de novos pesquisadores e profissionais. Agradeço por serem parte desse processo e por inspirarem e motivarem a busca pelo conhecimento. Tenham a certeza de que seu auxílio foi de extrema relevância para o desenvolvimento deste trabalho, e espero poder, em algum momento, retribuir de forma justa toda a ajuda que me concederam.

Não posso deixar de mencionar minha profunda gratidão à minha orientadora, professora doutora Kênia Gonçalves Costa (PPGCult/UFNT). Sua orientação, vasta sabedoria e incentivo foram pilares indispensáveis em todas as etapas deste trabalho. Sua dedicação incansável e comprometimento foram verdadeiras fontes de inspiração, contribuindo significativamente para o aprimoramento e qualidade deste estudo.

Em tempo, gostaria de expressar meu sincero agradecimento ao ilustre professor doutor Cristiano Quaresma de Paula (FURG) e à ilustre professora doutora Rejane Cleide Medeiros de Almeida (UFNT) por suas valiosas contribuições para este trabalho de pesquisa. Suas orientações e apontamentos foram essenciais para o aprofundamento e aprimoramento deste estudo. Com seus conhecimentos e experiência, proporcionaram perspectivas enriquecedoras, questionamentos instigantes e sugestões que ajudaram a aprimorar a qualidade e a coerência do trabalho. Além disso, seus esclarecimentos e direcionamentos contribuíram para uma compreensão mais ampla do tema, permitindo-me explorar diferentes abordagens e fundamentar minhas argumentações de forma mais consistente. Sou imensamente grato pela generosidade que se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e experiências. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico.

Neste momento, gostaria de dedicar um especial reconhecimento ao saudoso amigo e professor doutor João Renôr Ferreira de Carvalho, cuja memória é eternamente reverenciada. Sua dedicação exemplar à pesquisa, seu entusiasmo contagiante e sua paixão incansável pelo conhecimento foram uma verdadeira inspiração para mim em minha jornada acadêmica. Durante minha formação e trajetória como estudante e pesquisador, tive a oportunidade de explorar diversos temas, como os povos amazônicos e o Maranhão colonial, áreas que o professor João Renôr dominava com maestria. Seu vasto conhecimento em História e sua

capacidade de transmitir saberes de forma envolvente e profunda deixaram uma marca indelével em minha formação intelectual. Além disso, sua postura como pesquisador comprometido e dedicado, sempre em busca da excelência acadêmica, serviu como um farol de sabedoria em minha caminhada. Suas orientações e conselhos foram inestimáveis, fornecendo-me uma base sólida para desenvolver minha pesquisa e explorar novos horizontes de conhecimento. Ao recordar a notável figura do professor João Renôr, sinto-me profundamente grato por ter a oportunidade de aprender com sua sabedoria e compartilhar de sua paixão pela pesquisa. Seu legado permanecerá vivo em minha jornada acadêmica e científica, impulsionando-me a perseguir a excelência e a contribuir para o avanço do conhecimento em minha área de estudo. Assim, dedico esta singela homenagem ao professor doutor João Renôr Ferreira de Carvalho, expressando minha gratidão e admiração por seu brilhante legado e por sua inestimável contribuição para a minha formação como pesquisador.

Tenho a imensa oportunidade de expressar minha profunda gratidão à professora doutora Denise de Amorim Ramos, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus de Porto Nacional, Tocantins. Ao longo dos anos, nossos caminhos ultrapassaram os limites do ambiente acadêmico, transformando-se em uma verdadeira amizade repleta de cumplicidade e companheirismo. Além de transmitir seu vasto conhecimento e experiência, a professora Denise demonstrou interesse genuíno em meu desenvolvimento como pessoa. Sua empatia e apoio foram essenciais para que eu me sentisse confiante e capaz de enfrentar os obstáculos que surgiram ao longo da trajetória acadêmica. Portanto, é com profundo respeito e carinho que dedico meus mais sinceros agradecimentos à professora doutora Denise de Amorim Ramos. Que sua luz continue a guiar e inspirar muitos outros estudantes, como fez comigo. Sou eternamente grato por tê-la como uma grande amiga e mentora em minha jornada acadêmica e pessoal.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à professora e ativista do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, Judite da Rocha, pelo generoso compartilhamento de sua pesquisa e dissertação intitulada "Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas". Seu trabalho valioso tem enriquecido este estudo no entendimento dos desafios enfrentados pelas comunidades afetadas por barragens, e sua dedicação à defesa dos direitos humanos e à justiça social é uma inspiração. Suas contribuições são inestimáveis e impactantes. Obrigado, professora Judite da Rocha, por sua generosidade e compromisso incansável com uma causa tão importante.

Agradeço imensamente ao Professor Doutor Ubiratan Francisco de Oliveira, do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, Tocantinópolis, Tocantins, por gentilmente disponibilizar sua tese de doutorado, "Cartografias Ontológicas de Educadoras do Campo na Região do Bico do Papagaio - TO", como uma das referências para minha pesquisa. Seu trabalho foi fundamental para enriquecer e embasar as reflexões realizadas ao longo deste estudo.

À Professora Mestra Lindiane Santana, também da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, meu agradecimento especial pela troca de ideias, diálogos construtivos e apoio mútuo. Nossas conversas foram verdadeiramente enriquecedoras e contribuíram significativamente para o amadurecimento e a qualidade deste trabalho. Através de seus conhecimentos, orientações e incentivos, fui capaz de aprofundar meus estudos e desenvolver uma pesquisa mais sólida e consistente. Sou grato pela disponibilidade e disposição em compartilhar seus saberes e experiências, tornando essa jornada acadêmica mais enriquecedora.

Por fim, desejo expressar meu mais profundo agradecimento a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o sucesso desta pesquisa. A generosidade, colaboração e apoio de cada um de vocês foram elementos essenciais para tornar este estudo possível. Sou imensamente grato por ter a oportunidade de compartilhar essa jornada com vocês, aprender e crescer a partir de cada experiência compartilhada. Que este trabalho possa servir como um legado, inspirando outros pesquisadores e contribuindo para o avanço do conhecimento em nossa área. Mais uma vez, meu sincero agradecimento a todos e todas.

RESUMO

Esta pesquisa oferece um quadro dissertativo sobre a situação, trajetórias e território de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no município de Tocantinópolis (TO) e região, bem como sua organização social. Foram abordados os impactos dos grandes projetos no modelo de produção energética brasileiro e os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras. Além disso, discutiram-se os impactos ambientais e sociais decorrentes desses projetos. A análise também se concentrou nas formas de articulação sindical e associativa lideradas pela Colônia de Pescadores Z-7, ressaltando seu papel como espaço de luta e organização social para os trabalhadores. O objetivo principal foi compreender a prática da pesca artesanal pelas comunidades tradicionais de pescadores em Tocantinópolis (TO), incluindo sua história, organização social e desenvolvimento. Foram examinados os impactos dos grandes projetos, como a construção de hidrelétricas, e os desafios enfrentados na preservação dos modos de vida e recursos naturais. Enfatizou-se a importância do território, das práticas e dos saberes dos povos tradicionais da pesca artesanal no município de Tocantinópolis (TO) e região, destacando a troca compartilhada de conhecimento empírico e a produção de subsistência e comercialização. Por fim, investigou-se a relevância do território, das práticas e dos saberes dos povos tradicionais da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO), explorando as trajetórias socioespaciais, o território e os conhecimentos adquiridos relacionados a essa atividade. Ressaltou-se a importância da preservação da memória e do patrimônio cultural da comunidade pesqueira local, bem como o registro documental para garantir a transmissão desses saberes às futuras gerações. O reconhecimento e preservação dos territórios das comunidades pesqueiras tradicionais são cruciais para um desenvolvimento justo e sustentável, dependendo do equilíbrio e harmonia da natureza. Considerar os impactos sociais e ambientais em projetos que afetam essas comunidades é fundamental. Preservar a memória, cultura e práticas tradicionais fortalece a identidade coletiva e a sobrevivência dessas comunidades em Tocantinópolis e no Médio Tocantins.

Palavras-chave: Pesca artesanal; colônia de pescadores; comunidades tradicionais; saberes; conflitos socioambientais.

ABSTRACT

This research provides a discursive framework regarding the situation, trajectories, and territorial struggles of male and female artisanal fishermen and fisherwomen in the municipality of Tocantinópolis (TO) and the surrounding region, as well as their social organization. It addresses the impacts of major projects on the Brazilian energy production model and the challenges faced by traditional fishing communities. Furthermore, it discusses the environmental and social impacts stemming from these projects. The analysis also focuses on the forms of trade union and associative articulation led by Fishermen's Colony Z-7, emphasizing its role as a space for struggle and social organization among workers. The main objective was to comprehend the practice of artisanal fishing by traditional fishing communities in Tocantinópolis (TO), including their history, social organization, and development. The study examined the impacts of major projects such as the construction of hydroelectric dams and the challenges faced in preserving ways of life and natural resources. The importance of territory, practices, and knowledge of traditional fishing communities in the municipality of Tocantinópolis (TO) and the surrounding region was emphasized, highlighting the shared exchange of empirical knowledge and subsistence and commercial production. Finally, the relevance of territory, practices, and knowledge of traditional artisanal fishermen in Tocantinópolis (TO) was investigated, exploring their socio-spatial trajectories, territory, and acquired knowledge related to this activity. The preservation of the memory and cultural heritage of the local fishing community was stressed, as well as the need for documentary records to ensure the transmission of this knowledge to future generations. The recognition and preservation of the territories of traditional fishing communities are crucial for fair and sustainable development, relying on the balance and harmony of nature. Considering the social and environmental impacts in projects affecting these communities is fundamental. Preserving the memory, culture, and traditional practices strengthens collective identity and the survival of these communities in Tocantinópolis (TO) and the Middle Tocantins.

Keywords: Artisanal fishing; fishermen's colony; traditional communities; knowledge; socio-environmental conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1-	Sede da Colônias de Pescadores Z-7, em Tocantinópolis.....	18
Figura 2-	Macrorregião do Bico do Papagaio.....	22
Figura 3-	Comercialização do pescado com Colônias Z-21 de Esperantina (TO).....	50
Figura 4-	Assembleia de votação para nova diretoria da Colônia Z-7 em 2022.....	55
Figura 5-	A hora certa para a pesca.....	69
Figura 6-	Confeção da rede de pescar, uma forma de artesanato transmitida através das gerações de pescadores.....	74
Figura 7-	Pescadores em confraternização e roda de conversa.....	79
Figura 8-	Em 2016, o volume do Rio Tocantins teve grande baixa.....	94
Figura 9-	Diferentes situações de seca na bacia do Rio Tocantins.....	96
Figura 10-	Trajeto entre a UHE Tucuruí e a UHE Estreito.....	98
Figura 11-	Classes de uso do solo e sedimentos nos trechos de Porto Velho-RO até Humaitá-AM no rio Madeira para os anos de 1984, 1991, 2001, 2011 e 2018.....	100
Figura 12-	Peixes mortos encontrados nas proximidades de Tocantinópolis, durante a construção e inauguração da UHE Estreito 2010-2012.....	103

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1– Lista de peixes que desapareceram após a implantação da UHE Estreito..... 101
- Quadro 2– Lista de peixes com percentual de redução em sua população após a implantação das UHE's de Tucuruí e Estreito..... 102

LISTA DE ABREVIATURAS

- UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins
- PPGCult - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território
- UHE - Usina Hidrelétrica
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca
- RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira
- PAC - Programa de Aceleração de Crescimento
- EIA - Estudo de Impacto Ambiental
- RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
- UHE - Usina Hidrelétrica
- IPCA-15 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15
- FUP - Federação única dos Petroleiros
- PL - Partido Liberal
- PSL - Partido Social Liberal
- CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- MTE - Ministério do Trabalho
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
- PSDPA - Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal
- SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
- EPE - Empresa de Projetos Energéticos
- CELTINS - Companhia de Saneamento do Tocantins

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Percorrendo Caminhos: metodologia utilizada.....	29
1.2	Navegando pelas águas da dissertação: desenvolvimento e estrutura...	32
2	A PESCA ARTESANAL, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL..... .	35
2.1.	A pesca artesanal e os povos tradicionais no Brasil.....	35
2.2	Organização Social dos/as Pescadores/ Pescadores de Tocantinópolis (TO) na Colônia de Pescadores Z-7.....	40
3	OS SABERES TRADICIONAIS PESQUEIROS.....	62
3.1	O território da pesca e a formação dos saberes pesqueiros.....	79
4	OS DESAFIOS AMBIENTAIS E O PROBLEMA DAS BARRAGENS.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS..... .	114
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO.....	123
	APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS E RELATOS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Durante minha formação como graduado em História, tive a oportunidade de estudar populações tradicionais, camponeses e pequenos agricultores, assim como a cultura e o território. Além das atividades acadêmicas, desenvolvi grande parte de minha formação em inserção com movimentos e pastorais sociais. Convivi com frequência com comunidades tradicionais e extrativistas, em reservas e assentamentos da reforma agrária, atuando em assentamentos, comunidades rurais e centros de formação, como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)¹ e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's), na região tocantina maranhense². Meu envolvimento e atuação junto aos movimentos sociais são fundamentados nas lições que aprendi nas lutas e resistências das comunidades. É no envolvimento coletivo e semântico das lutas sociais que aprendemos que cada ação possui um processo singular, e cada sujeito é responsável por produzir e reproduzir aprendizados e práticas distintas, mesmo quando inseridos em um contexto coletivo, compartilhando a mesma luta. A batalha pela preservação do território é um ato de resistência que se baseia no desejo de preservar identidades e alcançar a autossuficiência por meio de esforços individuais. Nessa perspectiva, cada indivíduo contribui com sua sensibilidade e atenção, agregando significado e profundidade à causa. A luta pelo território transcende o mero enfrentamento; é uma expressão de amor e cuidado, impulsionada pela determinação de salvaguardar raízes e promover a sustentabilidade. É um entrelaçamento de esforços individuais que se amalgamam em uma teia de esperança e perseverança.

A partir da minha imersão nos movimentos sociais, pude compreender que suas lutas refletem a resistência da classe trabalhadora em relação ao projeto antagônico das classes dominantes. Os trabalhadores e trabalhadoras constroem sua identidade por meio das lutas e resistências, atuando como protagonistas no processo de luta. Os movimentos sociais, enquanto espaços de saberes e formação de novos sujeitos, assumem um papel relevante na luta social, política e econômica contra a lógica do capital, que se baseia na especulação e

¹ O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) foi fundado em Pernambuco, na década de 80, do século XX, por Manoel da Conceição e demais lideranças camponesas. Sua atuação ajudou a criar o Centro Nacional de Apoio às Populações Tradicionais (CNPT); a Reserva Extrativista do Ciriaco; a Rede Frutos do Cerrado em vários municípios do Maranhão; diversas cooperativas de pequenos produtores rurais no sul do Maranhão; a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar de Economia Solidária (Unicafes); a Central de Cooperativas do Maranhão.

² Região Tocantina é oficialmente conhecida como Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene, que integram a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 89 de 2005. (MARANHÃO, 2005)

busca de lucro. Esses movimentos também contribuem para a construção de um território de lutas, onde solidariedade, justiça social e transformação se entrelaçam em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

As lutas, impulsionadas por motivações políticas e sociais, proporcionam aos sujeitos uma resistência coletiva em constante movimento (histórico, processual, relacional). É precisamente nesse diálogo em movimento que os trabalhadores e trabalhadoras adquirem valiosas lições e desenvolvem sua própria consciência social, crítica e organizacional, reafirmando sua identidade enquanto classe. Nesse contexto, é relevante ressaltar as considerações de Castelucci (2003) acerca dos pescadores e pescadoras da vila de Tairú, localizada em Itaparica, no Estado da Bahia. Assim observa que estes:

não aparecem na construção de um discurso histórico que valoriza episódios de grandes proporções, desconsiderando o impacto das transformações microscópicas na vida de pessoas comuns. Trata-se de uma perspectiva que parte da valorização dos pormenores sem perder de vista a sua relação com as conjunturas mais amplas, numa relação dialética entre o local, o regional e o geral, buscando possibilidades para estabelecer, futuramente, comparações com processos históricos similares. (CASTELUCCI, 2013, p. 50)

Residindo e trabalhando em Tocantinópolis (TO), cidade situada às margens do rio Tocantins, na região do Bico do Papagaio, tive a oportunidade de vivenciar de perto a realidade da comunidade pesqueira e sua relevância para a economia local. Essa vivência despertou em mim um profundo interesse em conduzir uma pesquisa cujo objetivo fosse documentar e contribuir para preservar a memória da organização social, dos saberes e dos desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais ao longo do tempo.

A Colônia de Pescadores Z-7, situada no bairro Matadouro (Figura 1) às margens do rio Tocantins, é um local bastante frequentado pelos pescadores e pescadoras veteranos e novatos, e é comum vermos uma forte movimentação e comercialização dos peixes pescados durante a semana. Além disso, a Colônia costuma mobilizar um grande contingente de associados em seu calendário de atividades, o que acaba influenciando no circuito político da cidade. Trata-se, portanto, de um espaço fundamental para a prática da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO) e região.

Figura 1 - Sede da Colônias de Pescadores Z-7, em Tocantinópolis.



Foto: Colônia de Pescadores Z-7

Uma das principais motivações que impulsionaram meu engajamento nesta pesquisa foi a necessidade de compreender os saberes como formas de luta e resistência emergentes da comunidade pesqueira, considerando sua importância como trabalhadores e trabalhadoras em seu território de sociabilidade. É crucial reconhecer sua capacidade de desenvolver seu potencial como sujeitos, especialmente como povos tradicionais que se autoidentificam como pescadores e pescadoras, engajando-se em lutas por direitos, organizando-se como movimento social e reivindicando seu espaço para produzir e reproduzir sua existência.

A organização social da comunidade pesqueira no município de Tocantinópolis (TO) foi uma das principais influências que impulsionaram minha pesquisa sobre o processo de transmissão de saberes e conhecimentos acumulados de geração em geração pelos pescadores locais. Essa dinâmica despertou meu interesse em compreender os processos históricos de formação dos espaços de saberes específicos dessa comunidade. Os pescadores e pescadoras dessa região são sujeitos sociais ativos, responsáveis pela geração de conhecimento e sabedoria, moldados por suas vivências cotidianas, formações, origens e, acima de tudo, pela busca por direitos e uma vida digna enquanto trabalhadores profundamente conectados com seu território.

No entanto, os pescadores e pescadoras artesanais enfrentam desafios significativos diante das ameaças que colocam em risco o seu modo de vida e subsistência. Essas ameaças frequentemente se manifestam agressivamente, deixando-os em uma posição desfavorecida para uma reação adequada. As pressões e investimentos voltados para o desenvolvimento

econômico muitas vezes priorizam a busca pelo lucro máximo e a concentração de recursos, em detrimento das preocupações com o meio ambiente e as questões sociais. Essa abordagem cria contradições que dificultam a conciliação entre a preservação ambiental e a distribuição justa de recursos para os povos originários e tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e vazanteiros.

O pensamento reducionista e exploratório sobre a natureza, destacado por Ost (1995), resulta em uma visão da natureza como um mero depósito de recursos e, eventualmente, de resíduos, relegando-a a um papel secundário na sociedade moderna. Essa perspectiva unilateral na relação com a natureza coloca em xeque a preservação do ambiente e a sustentabilidade das comunidades tradicionais, como os pescadores e pescadoras artesanais, que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência e o seu modo de vida.

A pesca artesanal desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, sendo responsável pela maior parte do pescado consumido no país. Além de sua importância econômica, os pescadores e pescadoras artesanais geram saberes, costumes e representações que simbolizam os elementos culturais regionais, contribuindo para a construção da identidade de seus territórios e culturas.

Por estarem imersas nos saberes e na rotina da pesca, as comunidades pesqueiras estabelecem uma relação mais equilibrada com os recursos naturais, em contraste com a pesca industrial. Essa relação contribui para a preservação de seu território e valores culturais. A sobrevivência dessas comunidades depende inteiramente da preservação dos recursos hídricos, da biodiversidade aquática e da natureza na totalidade.

A atividade da pesca artesanal, seja ela organizada pelas comunidades tradicionais ou pescadores profissionais, desempenha um papel crucial na produção de proteína animal, fortalecendo assim a soberania alimentar de milhares de famílias em todo o mundo. Conforme indicado no "The State of World Fisheries and Aquaculture - SOFIA" de 2022 da FAO³, o mundo está enfrentando uma série de desafios complexos. Isso inclui a luta contra a fome, a desnutrição e as doenças relacionadas à dieta. Além disso, a crescente população global demanda mais alimentos saudáveis e suficientes, ao mesmo tempo em que é crucial reduzir as perdas e o desperdício de alimentos. A exploração excessiva dos recursos naturais também é uma preocupação, bem como as mudanças climáticas e outras questões críticas, como a pandemia da covid-19. O relatório destaca a importância das pescarias artesanais e da aquicultura de pequena escala para os sistemas alimentares, os meios de subsistência, a

³ "The State of World Fisheries and Aquaculture - SOFIA" é o relatório anual publicado pela FAO, sendo tradicionalmente lançado em 8 de junho para coincidir com o Dia Mundial dos Oceanos.

cultura e o meio ambiente. Os pescadores artesanais, agricultores de peixes e trabalhadores do setor de pesca desempenham um papel fundamental na produção de alimentos aquáticos. Eles têm o potencial de ser agentes-chave na promoção da utilização sustentável e na conservação dos recursos aquáticos vivos, com efeitos positivos nos sistemas alimentares e na segurança nutricional.

Como contraponto, embora as comunidades de pescadores artesanais no Brasil sejam populações tradicionais e reconhecidas enquanto categoria pela constituição ou até mesmo pelos tratados internacionais⁴ dos quais o Brasil é signatário, elas não possuem legislação específica, ao contrário dos povos indígenas e quilombolas. Esta legislação não descreve as garantias e o direito ancestral ao seu território e à preservação do seu modo de vida. Little (2003) destaca que as populações extrativistas são consideradas grupos sociais adicionais na categoria de tradicionais, sendo reconhecidas pelos produtos que extraem e comercializam no mercado, como seringueiros, castanheiros, babaçueiros e pescadores. No entanto, é importante ressaltar que essa atividade extrativista é apenas um elemento de um sistema complexo de adaptação, que engloba também caça, pesca, agricultura, fruticultura e criação de pequenos animais.

Em tempo, Little (2003) menciona que tanto entre as comunidades ribeirinhas da Amazônia quanto entre os pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas com base em seus usos, significados e conhecimentos das águas. No caso dos pescadores artesanais, o usufruto coletivo se estende para além da terra, incluindo também "territórios" específicos. Por esse modo, os pescadores e pescadoras artesanais não são reconhecidos pela legislação brasileira como prática ancestral e tradicional, com conhecimento e sabedoria própria. Os valores reconhecidos hoje às comunidades tradicionais são atribuídos aos pescadores e pescadoras artesanais, que possuem conhecimentos e saberes originados dos povos tradicionais. Esses conhecimentos são fruto de uma conexão íntima com a natureza e com os ciclos das águas, desenvolvidos ao longo de gerações de convivência comunitária. Os pescadores e pescadoras tradicionais compreendem a dinâmica dos rios, ribeirões, sabendo identificar os períodos de reprodução dos peixes, os melhores locais de pesca e os métodos adequados para preservar a biodiversidade e garantir a renovação dos recursos pesqueiros.

A partir da observação das atividades realizadas pela Colônia de Pescadores e pela

⁴ O Brasil é signatário da Convenção No. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em 1989. Essa convenção visa eliminar práticas discriminatórias contra esses povos e garantir sua participação na tomada de decisões que os afetam, além de definir quem são os povos indígenas e tribais e estabelecer a obrigação dos governos de proteger suas práticas culturais e valores. (BRASIL, 2019)

comunidade, pode perceber o quão rico e consistente é o conhecimento tradicional pesqueiro. A capacidade de lidar com as atividades que envolvem as águas, os seres vivos aquáticos e todo o ciclo da natureza foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, trata-se de povos tradicionais situados em uma região conhecida pelo povoamento indígena e posseiros, uma região que fica ao norte do Estado do Tocantins e compreende a região amazônica do Brasil, ou seja, o território dos povos amazônicos. Tocantinópolis (TO), onde se encontra a comunidade estudada, está localizada na região conhecida como Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins. Esta é uma região com marcas do abandono político e conflitos agrários, onde a resistência camponesa é protagonizada por símbolos como Padre Josimo, as mulheres quebradeiras de coco Babaçu e os ribeirinhos, e onde as transformações espaciais são influenciadas por grandes empreendimentos e multinacionais. Ainda assim:

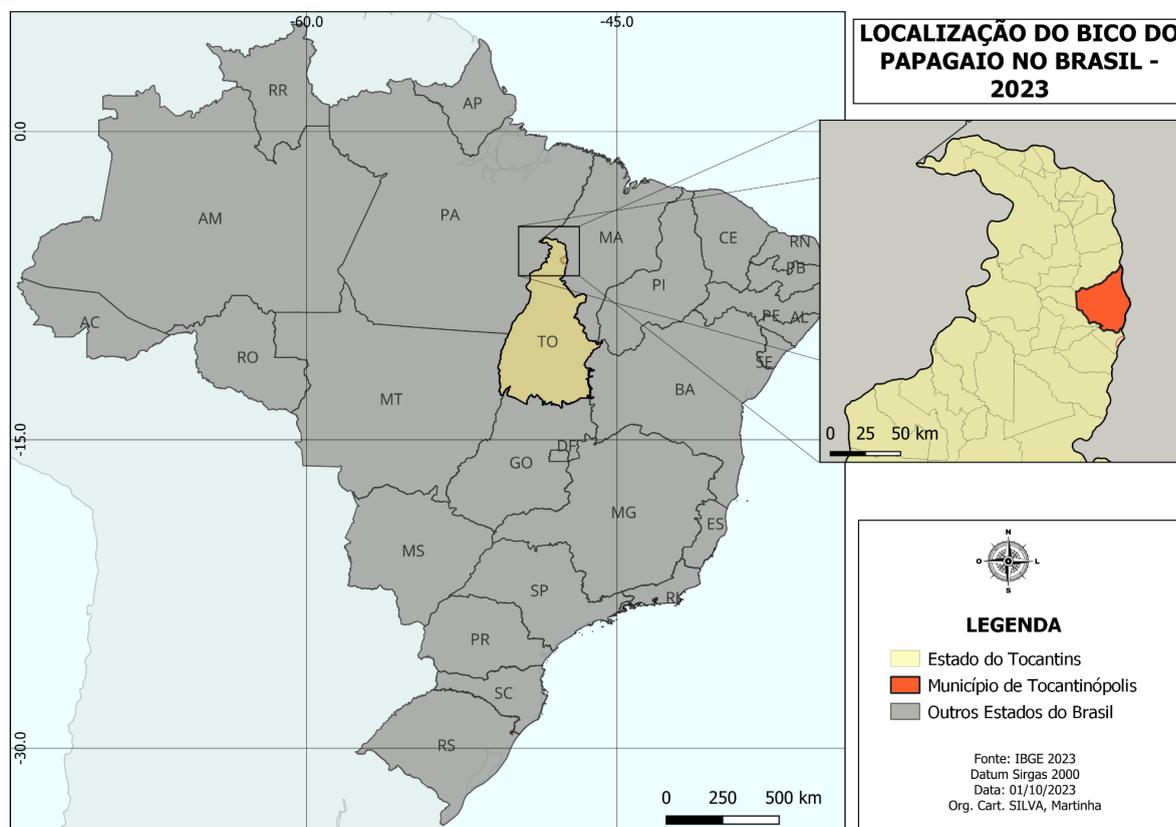
“o Bico do Papagaio” ou, simplesmente, “o Bico”, como as comunidades locais preferem chamar ou, ainda, “Mêbengôkre (lugar entre as águas) como os Apinajés do passado a chamaram [...]. O IBGE selecionou 25 municípios para definir a Microrregião Bico do Papagaio (Mapa 1). No entanto, é comum encontrarmos referências que citam cidades como Xambioá, Wanderlândia e Araguaína como pertencentes ao Bico do Papagaio, principalmente em estudos sobre os conflitos da Guerrilha do Araguaia e os movimentos de resistência camponesa e luta pela terra nas décadas de 1960, 1970 e 1980. (OLIVEIRA, 2020, p. 44)

No contexto geopolítico da região do Bico do Papagaio (Figura 02), que engloba a região amazônica e o Nordeste, a questão das fronteiras vai além dos aspectos físicos, abrangendo também a dimensão social e territorial. Para melhor compreender o estudo desta região, é importante observar as comunidades tradicionais e os movimentos sociais, que frequentemente lutam por seus direitos e reivindicações.

Tocantinópolis (TO), município situado na região do Bico do Papagaio, encontra-se em uma vasta área com ribeirões e rios afluentes do rio Tocantins, onde vive uma população pesqueira formada por grupos que se baseiam na agricultura familiar. Grande parte da produção pesqueira artesanal é destinada à subsistência familiar e também ao comércio local e às feiras da cidade.

A região do Bico do Papagaio está localizada no extremo norte do estado de Tocantins, no Brasil, e faz divisa com os estados do Pará e Maranhão. Geograficamente, o Bico do Papagaio é caracterizado por uma área de transição entre a Amazônia e o Cerrado, resultando em uma diversidade de ecossistemas e paisagens. A figura 02 descreve geo-localização da região do Bico do Papagaio e as 25 cidades que a compõem, incluindo o município de Tocantinópolis (TO).

Figura 2 - Macrorregião do Bico do Papagaio



Fonte: Org. Cart. Silva, Martinha

É importante destacar que Tocantinópolis (TO) faz parte do contexto histórico de formação regional do Bico do Papagaio, influenciada pela chegada das rodovias e pelos avanços dos grandes projetos, que culminaram na formação de sua identidade e na sua ligação com a bacia do rio Tocantins⁵. No entanto, mesmo diante dessas mudanças, a região do Bico do Papagaio enfrenta diversos desafios. A falta de investimentos e de políticas públicas que valorizem as suas riquezas naturais e culturais é um dos principais obstáculos a serem superados.

Segundo Soares (2009), a grilagem no Bico do Papagaio marcou um dos capítulos mais violentos dos conflitos fundiários no Brasil durante o século XX. Entretanto, com a reconquista da democracia, iniciou-se um processo de institucionalização que resultou na

⁵ O Rio Tocantins, com cerca de 2.400 km de extensão, nasce a partir da confluência dos rios Maranhão e Paranã, no Brasil Central. Cortando o país no sentido sul-norte, recebe as águas do rio Araguaia na divisa dos Estados do Tocantins e Pará. Dividido em três trechos, o Alto Tocantins tem 1.050 km, o Médio Tocantins tem 980 km e o Baixo Tocantins possui aproximadamente 370 km. Alguns trechos são de fácil navegação, enquanto outros apresentam desafios como corredeiras, cachoeiras e pouca profundidade em determinadas épocas do ano (OLIVEIRA, 2008, p. 164-165).

criação de diversas organizações, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores, apicultores, quebradeiras de coco, assentados e colônias de pescadores. Essas organizações se integraram a movimentos estaduais e nacionais, formando uma complexa rede social que fortaleceu as estratégias de ação coletiva. Essa união permitiu que os agricultores e agricultoras assumissem um papel ativo na negociação de políticas públicas e influenciassem as diretrizes do desenvolvimento regional.

O marco político em que surgiram e se aprofundaram os conflitos na região é o da Ditadura Militar que se inicia na década de 1960 e cujo momento de radicalização da supressão dos direitos políticos e de expressão, o Ato Institucional n.º 5 de 1968, coincide com o anúncio dos primeiros conflitos na região. É também, coincidentemente, nos meados dos anos 1980, que ocorrem tanto o término da ditadura, como um processo de amenização dos conflitos na região. Isto se dá, principalmente a partir do assassinato do Padre Josimo Tavares, da Comissão Pastoral da Terra/CPT, em 1986. Fato que, que mobiliza os agricultores e suas organizações e acarreta um maior interesse político e da opinião pública pela região. (SOARES, 2009, p. 82)

Oliveira, Crestani e Straussburg (2014) destacam que a luta dos colonos expulsos do campo em busca de ocupação urbana resulta em dificuldades para encontrar trabalho produtivo nas cidades. A expansão das grandes empresas capitalistas na agropecuária brasileira nas décadas de 1960 e 1970 causou a destruição de pequenas unidades de produção, transformando os colonos em trabalhadores rurais temporários. Essa transformação intensificou os conflitos entre grileiros, posseiros, fazendeiros e indígenas, além de aumentar a concentração da propriedade da terra. Na região do Bico do Papagaio, parte da Amazônia Legal, o processo de expansão da fronteira agrícola foi impulsionado por investimentos do governo militar, beneficiando as grandes empresas agropecuárias. Essa dinâmica de expropriação e exploração dos pequenos produtores locais gerou conflitos agrários e manifestações contrárias ao projeto modernizador e desenvolvimentista. A região do Bico do Papagaio tem sido objeto de estudo multidisciplinar devido aos seus conflitos e lutas pela posse da terra, sendo um campo fértil para análises nas áreas de economia, sociologia e ciências sociais. Diante desse contexto, é fundamental compreender como as rodovias e os grandes projetos influenciaram a identidade local, permitindo uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos das transformações. Oliveira (2008) cita que:

O processo de modernização na região – desencadeado, primeiro, pela chegada dos barcos a motor e pelos aviões (década de 1930); em seguida pela abertura da rodovia Belém-Brasília (1960); e mais recentemente, pela construção de barragens - representou um momento marcante de mudança para as populações ribeirinhas. Essa nova realidade refletiu de forma direta na sua identidade, pois os moradores da margem direita do rio, não foram beneficiados diretamente e de imediato pela abertura da rodovia. Após a mudança, a interação do ribeirinho com o rio tornou-se

mais fluida e frágil. Se antes da construção da estrada a navegação via Tocantins era a atividade mais importante para essas populações, com o seu advento o rio passa a ser visto, nesse sentido, como um empecilho. O caminho que anda, em vez de ser considerado elemento de ligação, passa a ser visto como um obstáculo a ser vencido. (OLIVEIRA, 2008, p. 164)

A comunidade pesqueira de Tocantinópolis (TO) desempenha um papel fundamental no abastecimento das feiras locais com carne de peixe, contribuindo para fortalecer a base econômica da cidade. Além disso, é importante ressaltar que a maioria dos pescadores e pescadoras artesanais possui vínculos com a agricultura familiar, demonstrando uma posição política que reconhece a complexidade dos sistemas sociais e cognitivos presentes nas colônias pesqueiras, as quais estabelecem seu modo de vida em estreito contato com os ecossistemas.

Nesse contexto, foi imprescindível destacar a relevância do rio Tocantins para as cidades ribeirinhas, como Tocantinópolis. No trabalho de pesquisa intitulado "Cidades Ribeirinhas do Tocantins: Identidades e Fronteiras", realizado por Oliveira (2007), é apresentada uma visão geral da rotina dos barqueiros e um enfoque especial é dado ao valor das rotas comerciais nas áreas adjacentes às ribeirinhas que compõem o rio Tocantins, muito antes da construção das rodovias.

É o momento da partida. O bote está entulhado de couro de boi, carne seca, peles de animais silvestres, fumo e outras quinquilharias. Inicia-se no porto o ritual de embarque e saída dos botes da cidade ribeirinha com destino a Belém. Emoção e tristeza dominam as barrancas do Tocantins, pois, além de demorada, a viagem é muito perigosa. Os barqueiros bebem muito para vencer o primeiro obstáculo, que é a despedida dos parentes e amigos. Apenas uma pequena parte dos tripulantes se encontra no porto, os outros estão espalhados pelas ruas e bodegas da cidade. Para reuni-los só há um método capaz de funcionar, é o uso da bandeira vermelha do Divino Espírito Santo, que ao som dos tambores vai à busca dos navegantes por todos os lugares.

Essa é uma das muitas cenas que faziam parte da vida e dos hábitos dos ribeirinhos do rio Tocantins. Os vestígios dessa memória encontram-se dispersos em vários lugares (arquivos, jornais, revistas, livros, fotografias, mapas, monumentos, relatos dos ribeirinhos de ontem e de hoje, etc.) e foram contados de diferentes maneiras por viajantes, administradores, memorialistas e recontados por moradores da região. (OLIVEIRA, 2007, p. 14)

Oliveira (2007) destaca que a formação das vilas ribeirinhas ao longo do rio Tocantins durante o século XIX foi impulsionada pelo intenso trânsito comercial na região. Vilas como Peixe, Porto Imperial (Porto Nacional), Piabanha (Tocantínia), Pedro Afonso, Carolina e Boa Vista (Tocantinópolis) desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades ribeirinhas. Essas localidades não apenas impulsionaram o comércio, mas também se tornaram importantes rotas de transporte fluvial para escoar produtos agrícolas, como cereais, madeira e borracha. A expansão e consolidação dessas

idades, como Tocantinópolis, ao longo do rio Tocantins, foram fortemente influenciadas por essas atividades comerciais.

Além de desempenharem um papel econômico, as vilas ribeirinhas ao longo do rio Tocantins se transformaram em centros de intercâmbio cultural e trocas comerciais entre as comunidades locais e os viajantes que navegavam pela região. Essas trocas não se restringiam apenas a mercadorias, mas também envolviam a transmissão de conhecimentos, práticas e tradições, enriquecendo assim a diversidade cultural da área.

Por sua vez, os pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO) possuem uma relação complexa com o ecossistema dos rios e ribeirões da região, embasada em conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Suas práticas de trabalho estão enraizadas nos costumes tradicionais das comunidades locais e são essenciais para a sua sobrevivência. Os pescadores e pescadoras incorporam técnicas de pesca transmitidas de geração em geração, adaptando-se às condições locais e respeitando os ciclos naturais. A relação sustentável que estabelecem com o meio ambiente reflete a interdependência entre os pescadores artesanais e os sistemas ecológicos, garantindo a preservação dos recursos pesqueiros e a manutenção das tradições culturais da comunidade. Eles reconhecem a importância da preservação do meio ambiente, pois sua subsistência depende do equilíbrio dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Aliet (1992), em "Ecologismo dos Pobres", destaca que os movimentos sociais da classe trabalhadora, os pobres, são ecologistas, lutando por suas necessidades ecológicas básicas, como energia, espaço habitável e recursos naturais. Eles questionam a lógica mercantil, buscando uma economia que priorize a ecologia humana sobre o lucro, baseada nas necessidades reais das pessoas. Portanto, a preservação do ecossistema aquático torna-se fundamental, pois qualquer alteração impactaria negativamente a cadeia produtiva e a sobrevivência das comunidades em seu território.

Os pescadores e pescadoras tradicionais sabem que sua atividade pesqueira é plenamente dependente dos recursos naturais e do meio ambiente aquático. Sua atividade se baseia em uma relação simbiótica em que todos se beneficiam. Assim como as comunidades tradicionais e os extrativistas, os pescadores artesanais constituem grupos cuja atividade produtiva é plenamente sustentável e regulada pelo ciclo natural da biodiversidade local.

Na busca por fomentar uma discussão sobre um novo olhar em relação aos pescadores e pescadoras artesanais, tenho investigado e buscado compreender a organização social dos saberes e desafios no território de pesca de Tocantinópolis (TO), a partir da valorização mais detida na Colônia de Pescadores Z-7. Os saberes e desafios vivenciados pelos pescadores e

pescadoras de Tocantinópolis (TO) representam uma identidade tradicional, evidente em um patrimônio cultural composto por memórias, saberes e práticas culturais que estimam o lugar, o território, os objetos, as paisagens e a sincronia com a natureza.

Para identificar os significados das práticas cotidianas desses sujeitos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo a investigação de materiais publicados em artigos e periódicos, bem como observações sobre as raízes do conhecimento passado de geração em geração. Também foram abordados os desafios apontados pelos pescadores e pescadoras artesanais quanto à produção aquícola no rio.

A dinâmica dos saberes e desafios foi analisada a partir da representação social do trabalho dos pescadores e pescadoras de Tocantinópolis (TO) e do conhecimento popular transmitido de geração a geração, visando manter vivo o modo de vida da comunidade. Esse processo permitiu identificar e compreender como e por que foram atribuídos significados aos saberes construídos na comunidade, que se constituíram no eixo central deste trabalho. Quanto ao conhecimento tradicional pesqueiro, é importante considerar:

A pesca pode ser considerada uma profissão tradicional que é passada dos pais para os filhos. Muitas vezes os filhos acompanham seus pais e assim aprendem a profissão. Isso nos mostra que a ausência de não ter recursos para pagar alguém para ficar com as crianças ou mesmo a impossibilidade de deixá-las com algum familiar faz com que as crianças desde cedo aprendam a profissão (GONÇALVES; MEDEIROS; PISANI, 2019, p. 77).

Os pescadores e pescadoras travam uma luta constante pela construção de um espaço coletivo de socialização, conquistando um território digno para viver, trabalhar, se educar e se afirmar como sujeitos sociais. Essas conquistas foram alcançadas por meio de conflitos, resistência e diversas formas de luta, todas conduzidas pelos próprios trabalhadores da pesca. Essas lutas não apenas forjaram novas formas de aprendizado, mas também desenvolveram métodos de resistência próprios, impulsionados pelo protagonismo das Colônias de Pescadores, a qual são os principais núcleos de organização da classe trabalhadora ligada às comunidades pesqueiras tradicionais. Nesse contexto, a atuação da Colônia de Pescadores Z-7 em Tocantinópolis (TO) se destaca como um suporte crucial e uma representação fundamental para os pescadores e pescadoras artesanais locais, desempenhando um papel de suma importância na defesa de seus direitos e interesses.

Os trabalhadores e trabalhadoras da pesca têm a tarefa de resgatar elementos concretos sobre sua condição enquanto classe trabalhadora em relação às classes dominantes. Essa atitude é necessária para compreender a necessidade de ampliar espaços ativos de participação e proposições em ruptura com as estruturas predominantes no Brasil, baseadas na

concentração de riquezas e destruição do meio ambiente e dos recursos hídricos. Conforme destaca Laberge (2000), os pescadores reiteram constantemente seu valor e destacam, em comparação com trabalhadores agrícolas e operários, as vantagens de sua ocupação, enfatizando que suas vidas são mais desgastantes e perigosas. Eles reconhecem o risco intrínseco de suas atividades, comparando-o ao de um soldado que parte para a guerra, evocando a imagem de mulheres chorando. Afirmam que suas vidas são mais arriscadas, mais árduas e mais complexas em relação a outras profissões.

Em 16 de março de 2022, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, tive meu primeiro contato oficial com o responsável pela Colônia de Pescadores Z-7, que reúne e articula a organização dos pescadores e pescadoras em Tocantinópolis (TO) e região. Na ocasião, conversei com um membro da direção executiva da Colônia de Pescadores Z-7 para tratar da proposta de pesquisa e da necessidade de interação com os pescadores e pescadoras. A receptividade foi excelente, pois a iniciativa da pesquisa proporciona maior visibilidade aos povos tradicionais da pesca artesanal. Durante a conversa, ouvindo e dialogando com a diretoria da Colônia de Pescadores Z-7, discutimos a realidade atual da associação dos pescadores e as dificuldades da luta e defesa sindical no governo de Jair Bolsonaro⁶.

Durante a conversa, o pescador interlocutor 1 mencionou um pescador que mora em uma ilha no rio Tocantins. Ele afirmou que seria possível extrair experiências valiosas ao interagir com pescadores que vivem exclusivamente em contato com o meio natural e as águas. A diretoria da Colônia Z-7 se colocou à disposição para ajudar durante a pesquisa, prontamente colaborando para sua realização. Expliquei que a pesquisa contribuirá para compreender como as trajetórias socioespaciais dos pescadores e pescadoras de Tocantinópolis (TO) são construídas, dando protagonismo à organicidade e saberes e seus desafios.

Após o encontro com a diretoria da associação, fui até a beira do rio de Tocantinópolis (TO) e encontrei alguns pescadores em suas canoas, com quem conversei. Durante a conversa, expliquei um pouco sobre a minha pesquisa e discutimos sobre as dificuldades que os pescadores enfrentam atualmente. Dialogamos também sobre os impactos da construção de barragens e a carestia dos alimentos e combustíveis⁷, etc.

⁶ Jair Messias Bolsonaro, militar reformado e político brasileiro, é o 38º presidente do Brasil, desde janeiro de 2019. Filiado ao Partido Liberal (PL), foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL). Suas posições políticas e ideológicas são contrárias aos movimentos sociais e sindicatos de defesa dos trabalhadores, alegando que representam interesses da esquerda e uma suposta "ameaça comunista".

⁷ Em março de 2022, a inflação atingiu níveis preocupantes no Brasil. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou alta de 1,73% no mês, a maior variação desde fevereiro de 2003 e a maior para abril desde o início do Plano Real em 1995. O IPCA-15 acumula alta de 4,31% no ano e 12,03% em 12 meses, com algumas regiões já ultrapassando os 15%. (Fonte: Federação Única dos Petroleiros – FUP/2022)

Considero que, para melhor compreensão da organização social, saberes e desafios atuais dos pescadores e pescadoras, é essencial o desenvolvimento de pesquisas que envolvam seu cotidiano, considerando e respeitando os aspectos de seu tempo, modos de ser da comunidade e os elementos naturais. É improvável obter resultados satisfatórios em pesquisas cujos objetivos visam a obtenção de dados necessários para uma compreensão e documentação honesta sobre as comunidades tradicionais pesqueiras. Isso se deve ao fato de que a maioria dos pescadores e pescadoras não possui formação vinculada às escolas tradicionais ou aos bancos escolares; seu conhecimento advém de experiências de vida, influência familiar e/ou da comunidade a que pertencem. Para abordar essa temática, é necessário basear-se em metodologia de inspiração etnográfica, por meio de entrevistas e da técnica de observação participante, permitindo a coleta de dados qualitativos durante a pesquisa de campo e o diálogo com o referencial teórico.

A compreensão das relações sociais e dos saberes transmitidos pelas populações tradicionais de pescadores e sua relação com o território é uma tarefa necessária em meio à sempre conflituosa pós-modernidade. Porto-Gonçalves (2006) destaca que sempre há um conhecimento intrínseco na prática. O conhecimento prático é tátil, ligado ao contato, aos sabores e à experiência, sendo um saber com (ao contrário do saber da dominação, que é um saber sobre). Esse conhecimento está inscrito, não necessariamente escrito. Nesse sentido, Maldonado (1994) ressalta a importância de compreender o território pesqueiro a partir das relações específicas que constituem os pescadores artesanais. É perceptível que o território ganha um significado mais amplo, além da delimitação de uso pela comunidade pesqueira, integrando-se à vida dessas pessoas.

Neste contexto, é relevante estabelecer um diálogo com Saquet (2013) ao considerar que a produção do território não pode se desprender das dimensões política, econômica, cultural e natural. Segundo Saquet (2013), a dimensão natural está intrinsecamente presente na formação histórica do território e na construção da identidade, sendo considerada patrimônio de cada localidade. Nesse sentido, a gestão adequada desse patrimônio é essencial para promover o desenvolvimento territorial sustentável.

Com base em estudos bibliográficos e na convivência com a comunidade tradicional da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO), é necessário promover o reconhecimento dos saberes tradicionais e das práticas dos pescadores e pescadoras para a sociedade, bem como a preservação de seu território e cultura. Durante a pesquisa, enfatizamos a importância dos saberes dos povos tradicionais que compõem a pesca artesanal, especialmente no município

de Tocantinópolis (TO) e região, destacando sua relevância como sujeitos ativos e necessários na sociedade e seu patrimônio cultural e territorial.

É fundamental considerar a simplicidade e o conhecimento empírico dos povos tradicionais ribeirinhos e pescadores artesanais, que acumulam saberes ancestrais baseados em tradições. Portanto, é essencial respeitar e proteger a subjetividade desses conhecimentos tradicionais, o que se torna um ponto importante na conduta do pesquisador. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar e compreender a atividade da pesca artesanal realizada pelas comunidades tradicionais de pescadores no município de Tocantinópolis (TO) e região, buscando responder às questões levantadas. Para alcançar esse propósito, serão analisados a historicidade, a organização social e o desenvolvimento dessa prática pesqueira na região de influência do município, bem como serão examinados os saberes, o contexto de vivência e as transformações sociais dos pescadores. Além disso, este estudo pretende compreender os impactos dos grandes projetos, como a implantação de barragens, sobre as comunidades tradicionais e refletir sobre os desafios enfrentados por elas na preservação de seus modos de vida e dos recursos naturais.

1.1 Percorrendo Caminhos: metodologia utilizada

No desenvolvimento desta pesquisa de dissertação, recorri a entrevistas e relatos, bem como à prática da etnografia e à incorporação de referenciais teóricos. Nesse processo, é essencial estabelecer uma estrutura de raciocínio sólida em relação à temática em estudo. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a abordagem qualitativa é apropriada nesse contexto, pois permite uma compreensão mais profunda do comportamento e das experiências humanas, bem como da maneira como as pessoas constroem e descrevem seus significados.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa e responder às questões levantadas, é imprescindível estudar e dialogar com a comunidade pesqueira, compreendendo sua realidade e formas de vivência. Conforme ressaltado por Bogdan e Biklen (1994), a compreensão das ações pode ser aprimorada ao observá-las em seu ambiente habitual, considerando o contexto histórico das instituições às quais estão vinculadas. Portanto, compreender esses aspectos é fundamental para atingir os objetivos propostos neste estudo.

Com a metodologia adotada, será possível examinar as diversas narrativas e os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, proporcionando um olhar mais profundo e completo sobre o tema estudado e permitindo uma compreensão mais ampla das experiências e opiniões dos participantes. A História Oral é uma estratégia metodológica essencial nesta pesquisa,

permitindo acessar experiências, memórias e perspectivas únicas dos pescadores artesanais de Tocantinópolis (TO). Mediante entrevistas semiestruturadas, capturamos nuances e detalhes que enriquecem a compreensão do tema. Segundo Meihy e Ribeiro (2011), a história oral representa um campo aberto para a produção de conhecimento que se concentra nas diferenças e no trabalho com grupos sociais diversos e muitas vezes excluídos. Essa abordagem ressalta a importância de projetos com entrevistas, que reforçam o caráter democrático e a luta pela inclusão, alinhando-se com a perspectiva de valorização da diversidade social e respondendo à agenda social associada ao conhecimento humanístico. O contato direto com os entrevistados os tornará co-participantes ativos na reconstrução do conhecimento sobre a realidade em estudo. A análise de conteúdo será utilizada para extrair narrativas substanciais, incorporando trechos representativos ao texto.

A História Oral se soma a outras estratégias, conferindo profundidade e legitimidade às informações coletadas, alinhadas com a abordagem qualitativa e os objetivos desta investigação. Conforme descreve Vilanova (1994):

A meu ver, a subjetividade criadora da fonte oral deve ser valorizada. Estamos à beira de uma revolução historiográfica. Nunca antes na história da humanidade houve a possibilidade da não manipulação dos diálogos. A fonte oral, que é uma fonte por estar gravada numa fita, mesmo sem ser necessariamente transcrita, introduz uma revolução historiográfica porque impede que os diálogos sejam manipulados como ocorreu até o presente. Historiadores sempre fizeram entrevistas, mas somente a fonte oral, após a Segunda Guerra Mundial, possibilitou esse feito, que é fundamental e requer um trabalho de equipe. Este é um ponto essencial. A fonte oral também revela a força de todo um destino pessoal e implica uma argumentação mais simples, com a qual a academia não está acostumada, pois tornou-se familiarizada com a prática de complicar o argumento e contentar-se com a cronologia pessoal, a cronologia excessivamente linear da história até agora escrita. (VILANOVA, 1994, p 47)

Para coletar e analisar os dados, foram utilizadas fontes documentais e entrevistas, articulando-as aos elementos metodológicos que sustentam a pesquisa. Foram investigados a formação, a qualificação profissional e os processos de organização da Colônia de Pescadores Z-7, que constituem a base central da pesquisa qualitativa. Foram empregadas técnicas de observação in loco, entrevistas semiestruturadas e abertas, análise documental (Estatuto da Colônia Z-7, legislação e documentos publicados por órgãos reguladores da categoria) e será dada ênfase à técnica de análise de conteúdo. A coleta de dados e o estabelecimento de diálogos com o referencial teórico serão essenciais na pesquisa de campo.

No desenvolvimento dos processos educativos e movimentos sociais como formas de organização social, os estudos sobre o trabalhador e a trabalhadora da pesca serão constituídos pelos processos de formação do pescador artesanal dentro e fora do espaço da Colônia Z-7. É

importante considerar as lutas de interesses que surgem no percurso de formação do trabalhador. Por isso, a pesquisa se aproxima da comunidade em esforço participante, estabelecendo contato com o cotidiano dos pescadores e pescadoras. Dessa forma, busca-se compreender as formas de lutas e resistência presentes na comunidade tradicional pesqueira em Tocantinópolis (TO), em especial na Colônia de Pescadores Z-7, evidenciando sua natureza educativa e contribuições para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras da atividade da pesca artesanal e tradicional.

Neste estudo, exploramos a influência das formas de organização social, em particular da Colônia de Pescadores Z-7 em Tocantinópolis (TO), na comunidade tradicional pesqueira. Nosso objetivo não se limita apenas à compreensão da educação e dos processos formativos dentro dessa Colônia, mas também à análise das condições, trajetórias e lutas dos pescadores e pescadoras artesanais na região, bem como sua estrutura organizacional. Dentro desse contexto, investigamos os impactos dos grandes projetos no setor energético brasileiro e os desafios enfrentados pelas comunidades pesqueiras tradicionais.

Ao discutir os impactos ambientais e sociais decorrentes desses projetos, colocamos em evidência a importância de examinar cuidadosamente o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-7, visando solucionar os desafios vivenciados e suas perspectivas. É dentro desse contexto que enfatizamos os saberes da pesca e o desenvolvimento da formação do trabalhador como um processo social, permeado pelo trabalho, sendo os saberes dos pescadores e pescadoras a base fundamental de sua formação e humanização.

Assim, o conhecimento e o saber tradicional constituem expressões correlacionadas, uma vez que, dialeticamente, integram parte da base de produção dos pescadores e pescadoras, correspondendo ao modo de vida destes, ou seja, à sua própria razão de ser. O conhecimento do seu modo de vida, da relação com o trabalho na pesca e o convívio com a natureza, possibilitou a construção do conhecimento tradicional pesqueiro. A prática educativa e laboral baseada na sua realidade de vida facilitou, ao seu modo, processos de aprendizagens, permitindo a relação possível com outros saberes, além dos que já possuíam sobre o trabalho da pesca. Por esse modo:

Respeitar esses saberes, de que falo tanto, para ir mais além deles, jamais poderia significar – numa leitura séria, radical, por isso crítica, sectária nunca, rigorosa, bem-feita, competente, de meus textos – dever ficar o educador ou a educadora aderida a eles, os saberes de experiência feitos. (FREIRE, 1997, p. 44)

Durante a fase de pesquisa de campo, é fundamental considerar as formas e modos de organização do tempo e a disponibilidade dos participantes, mantendo o compromisso ético de preservar o seu modo de vida e a maneira como eles obtêm e compartilham seus conhecimentos. Visando desenvolver da melhor forma esta dissertação, foram realizadas várias incursões etnográficas na Colônia Z7 ao longo de 2022. Além disso, foram aplicados questionários e conduzidas entrevistas com pescadores que atuam na pesca em Tocantinópolis (TO) e região, juntamente com observação participante. Para uma compreensão mais aprofundada dos relatos, levou-se em consideração as experiências tanto de pescadores veteranos, com 30, 40 anos ou mais de atuação, quanto de pescadores novatos. A fim de preservar o anonimato dos entrevistados, todos os nomes mencionados neste artigo foram substituídos, conforme as normas éticas de pesquisa.

1.2 Navegando pelas águas da dissertação: desenvolvimento e estrutura

Considerando os eixos de estudo da pesquisa, a dissertação se desenvolve em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a historicidade da pesca artesanal, os avanços nas legislações, o território dos pescadores e pescadoras, e a organização social da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO). Para isso, o suporte teórico-metodológico da pesquisa investigará a relação do pescador e da pescadora artesanal com o meio ambiente e as relações de trabalho. Foram considerados os pescadores e pescadoras enquanto composição da classe trabalhadora e os ribeirinhos que constroem sua existência por meio das diversas atividades produtivas, incluindo a pesca artesanal. Nesse sentido, os pescadores e pescadoras são vistos como agentes ativos e orgânicos, que interagem e transformam a natureza e as águas, em perfeita harmonia com o meio ambiente.

No estudo da organização social dos pescadores e pescadoras, investigaremos as formas de articulação sindical e associativa, lideradas pela Colônia de Pescadores Z-7. Analisaremos seu papel fundamental na luta e organização social, coletando documentos e relatos orais que registrem as campanhas e lutas em prol dos pescadores associados, bem como a trajetória das lideranças. Também consideramos os aspectos territoriais dessas lutas e seu impacto na construção do patrimônio memorial das comunidades tradicionais pesqueiras em Tocantinópolis (TO). Vamos além da descrição, buscando compreender e analisar o movimento de autoafirmação e luta dessas comunidades. Reconhecemos as intenções e estratégias adotadas para preservar o território diante dos desafios enfrentados.

No segundo capítulo, discutiremos os saberes e o contexto de vida dos pescadores com base em teorias e relatos orais da comunidade pesqueira. Abordaremos as transformações sociais e do mundo do trabalho, bem como a resistência e preservação desses saberes em meio a uma modernidade conflitante. O estudo das relações sociais e dos saberes das populações tradicionais pesqueiras é essencial na pós-modernidade conflituosa.

No contexto das relações entre as classes sociais e seus respectivos modos de produção, como apontado por Bourdieu (1989), os ensinamentos, costumes e modos de produção para subsistência ou comércio nas feiras livres são considerados saberes e costumes. No entanto, nem sempre esses costumes, saberes e o modo artesanal de produção estão em harmonia com o modo acelerado de produção industrial influenciado pelo capital. Isso ilustra a luta pelo poder e pela hierarquia dos princípios de hierarquização nas sociedades, onde as classes dominantes buscam impor a legitimidade de sua dominação não apenas na esfera econômica, mas também na esfera simbólica e ideológica, muitas vezes em detrimento dos modos de vida e produção das classes populares, como as comunidades tradicionais de pescadores e feirantes.

O entendimento do tempo e da prática pesqueira artesanal é crucial para a sobrevivência e fortalecimento dessa atividade, assim como para o sustento dos pescadores e o respeito ao seu território e suas riquezas. No território pesqueiro, verificaremos como os saberes pesqueiros se relacionam com as origens dos pescadores, seja na comunidade ou no contato com os recursos naturais e hídricos. O protagonismo dos pescadores e pescadoras artesanais tem forte influência em suas vivências e experiências no território onde vivem e se articulam.

No terceiro capítulo, faremos um aporte sociológico e abordaremos os impactos gerados pelos grandes projetos no modelo de produção energética brasileiro, assim como os desafios e a sobrevivência das comunidades tradicionais pescadoras. Será debatido e refletido sobre a conjuntura dos impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação da barragem de Estreito, no estado do Maranhão. É recorrente que as mudanças decorrentes do modo de produção orientado pelo capital façam surgir interesses que, raramente, favorecem as comunidades tradicionais e indígenas. Apesar de prejudicados em seu ciclo produtivo e relações sociais, os pescadores e pescadoras têm resistido à lógica de dominação, mantendo seus saberes na base da produção de valores de uso.

Nos capítulos seguintes, abordaremos o aporte teórico-metodológico, destacando as bases metodológicas que orientaram e articulam a pesquisa, tanto no âmbito teórico quanto empírico, isto é, no dia a dia das comunidades. Partimos do pressuposto de que a análise da

realidade pesquisada em termos históricos e sociológicos fomenta uma metodologia que busca articular o local ao contexto geral, sem perder de vista as contradições sociais e de classe. Nesse sentido, a pesquisa participante é considerada de extrema importância para um melhor entendimento e envolvimento com o objeto de estudo. Daremos prioridade aos diálogos simples e espontâneos dos participantes, visando incorporar de maneira honesta os fatos relatados.

2. A PESCA ARTESANAL, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

2.1 A pesca artesanal e os povos tradicionais no Brasil

As iniciativas de organização da atividade pesqueira artesanal no Brasil tiveram início em um período anterior à colonização, quando os indígenas e as populações tradicionais eram responsáveis pela organização da pesca e da coleta de peixes. Segundo Silva (1988), a colonização do continente americano pelas metrópoles europeias resultou na formação de várias sociedades e economias coloniais, compostas por indígenas, negros e brancos, estabelecidas a partir de diferentes perspectivas étnicas e sociais. Foi nesse contexto que ocorreu o encontro entre a América indígena e a África negra, sob a exploração e o domínio político, econômico e ideológico da Europa, que culminou na formação do campesinato brasileiro. Silva (1988) destaca que é:

Neste contexto mais amplo, a história dos pescadores no Brasil-Colônia está profundamente ligada à história dos grupos oprimidos da sociedade colonial- os indígenas e, posteriormente, o negro africano. (SILVA, 1988, p. 29)

Ainda sobre o cotidiano do Brasil-Colônia na costa brasileira, Narloch (2009) comenta que:

Nas aldeias do litoral, a população se misturou pouco, seguindo com uma influência indígena mais forte. É o caso das caiçaras, os nativos da praia. Assim como em 1500, estão presentes em quase todo o litoral brasileiro. Plantam mandioca, usam cestas flexíveis e alguns pescam em canoas de tronco escavado. No entanto, como não se consideram índios, não entram na conta da população indígena atual. (NARLOCH, 2009, p.20)

No contexto da pesca artesanal, o seu modo de produção teve origem no Brasil como forma de subsistência, ou seja, os peixes eram pescados apenas na quantidade necessária para atender às demandas da comunidade. O processo de expansão da pesca artesanal no território brasileiro apresenta particularidades regionais, ou seja:

Sua distribuição no território brasileiro está associada ao processo de colonização e mescla cultural. Entretanto, a pesca sempre foi exercida por pequenos produtores rurais, agrupados em comunidades conhecida como tradicionais e caracterizadas pelo manejo dos recursos naturais exercidos ao longo de sua permanência em um determinado território. [...] É importante salientar ainda, que a história da pesca artesanal brasileira sofreu forte influência do militarismo, fruto da missão do Cruzador “José Bonifácio” da Marinha, entre 1919 e 1924. Esta expedição marítima, que percorreu o litoral de Belém-PA ao Rio de Janeiro, foi um marco na gestão pesqueira sendo a primeira intervenção concreta do estado brasileiro na atividade. (SILVA, 2014, p. 15-16)

A Marinha brasileira institucionalizou as colônias de pescadores como uma medida estatal para solucionar problemas regionais, sociais e econômicos. Conforme Resende; Silva (2016), durante o período da Primeira República, a Marinha apresentou propostas de alteração na legislação visando a regionalização e a legalização da atividade pesqueira. Como resultado, o pescador passou a desfrutar de mais direitos como cidadão em comparação a boa parte da população. Para estabelecer a política e administração da pesca, foram criadas a Confederação de Pesca e as federações estaduais, que estabeleceram colônias de pesca em todo o Brasil. A intenção dessas estruturas era delimitar o território e organizar os pescadores em comunidades, permitindo que o Estado controlasse a produção nacional de pescado. Por esse modo:

Tal problema foi uma das justificativas para a ampliação das ações de planejamento propostas pela Marinha e aprovadas pelos governos federal e estaduais no período de 1910 a 1920. No planejamento da organização e do controle territorial sob a responsabilidade da Marinha, reconheceu-se a importância que tinham os saberes e as embarcações dos pescadores para se empreender a defesa territorial e assegurar a presença, ou melhor, a onipresença do Estado, impondo normas orientadas pelo desejo de poder e de legitimidade e estendendo a soberania nacional sobre todo o território. (RESENDE, SILVA, 2016, p. 140)

Durante o governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930, houve um processo de institucionalização do setor da pesca artesanal no Brasil. Isso ocorreu com a criação da Divisão de Caça e Pesca pelo governo brasileiro, cujo objetivo era disciplinar a atividade da pesca. Com essa medida, a tutela regulatória e a subordinação ao Ministério da Marinha passaram para o Ministério da Agricultura. Foi nesse contexto que, em 1934, o primeiro Código de Pesca do Brasil (BRASIL, 1934) foi elaborado e promulgado.

Durante o período do regime militar, a partir de 1964, a atividade da pesca artesanal foi fortemente centralizada. Nessa época, sob a influência do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁸, foi organizado um novo Código de Pesca. Neste ponto, é importante observar que, apesar das reformas político-administrativas contidas na Lei 221/67 (BRASIL, 2022), houve um maior incentivo às políticas nacionais de estímulo à indústria pesqueira em detrimento das medidas de estímulo e desenvolvimento da pesca artesanal. No entanto, a pesca artesanal é uma atividade importante para a sobrevivência das comunidades tradicionais e ribeirinhas, embora muitas vezes seja considerada de pouca representatividade. As principais e mais significativas

⁸ O Código da Pesca (Decreto Lei nº 221/67) estabelece medidas de proteção e estímulo ao setor pesqueiro. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE ocorreu logo após a edição do Código, com o propósito de promover o desenvolvimento da pesca, por meio de investimentos na pesca industrial. (BRASIL, 1967)

mudanças para as colônias de pescadores ocorreram com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Foi com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989 que o Ministério da Agricultura retomou o poder de disciplinar as atividades dos pescadores artesanais.

O que se percebe na legislação brasileira é que o segmento da pesca artesanal sempre foi marginalizado das políticas públicas que tinham como objetivo o prestígio da atividade pesqueira. No entanto:

A partir de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar reformulou os conceitos de ocupação dos espaços marítimos. O Brasil ampliou seus direitos exclusivos de soberania para exploração, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, incorporando a Zona Econômica Exclusiva. A utilização dos recursos vivos - de grande importância para alimentação humana e potencial biotecnológico, passível de uso sustentável e legado às gerações futuras, exige, além do conhecimento de seus potenciais, o estabelecimento de limites para sua exploração. (BRASIL, 2009, p 01)

Em 29 de junho de 2009, foi publicada a lei 11.959⁹, que revogou a Lei nº 7.679 de 1988 e os dispositivos do Decreto-Lei nº 221 de 1967 (BRASIL, 2009). Essa lei instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a qual regulamenta as atividades pesqueiras¹⁰. Um dos objetivos da política, conforme descrito em um de seus artigos, é promover “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades” (BRASIL, 2009). Entre outras coisas, essa lei descreve a atividade pesqueira, dando prioridade à proteção e segurança dos trabalhadores, bem como à preservação das populações com saberes tradicionais.

Historicamente, as políticas públicas têm negligenciado os pescadores artesanais, frequentemente deixando de considerar os aspectos sociais e culturais das comunidades ribeirinhas e tradicionais. Apesar das tentativas de torná-los invisíveis no contexto da produção e distribuição de alimentos, o Estado brasileiro reconhece as comunidades tradicionais. Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que

⁹ A Lei no 11.959/2009 estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulando as atividades pesqueiras e substituindo o Código de Pesca de 1967. Segundo o Art. 4o, a atividade pesqueira abrange todos os processos relacionados à pesca, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros (BRASIL, 2009).

¹⁰ No ordenamento legal, a pesca artesanal é definida como modalidade de pesca comercial realizada diretamente pelo pescador ou pescadora, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, em embarcações de pequeno porte. A lei 11.959/09 regulamenta a pesca artesanal, classificando-a como pesca comercial, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os povos e comunidades tradicionais constituem:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art. 3º, § 1º).

É importante observar que a relação específica estabelecida pelos grupos tradicionais com seus territórios e recursos naturais faz com que esses lugares sejam mais do que meros recursos hídricos, terras ou bens de consumo, assumindo a natureza de territórios culturais. Por “território”, compreendemos todas as dimensões simbólicas e os saberes. No território, é possível encontrar registros dos acontecimentos ou fatos ocorridos em razão das relações sociais que permanecem perenes na memória da comunidade tradicional, seu modo de vida e sua visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado.

As comunidades tradicionais de pesca possuem um modo de produção próprio, que está associado a relações de parentesco, compadrio e solidariedade entre famílias e grupos locais. Suas práticas de produção não se limitam ao comércio para mercados externos, mas também incluem a partilha direta da produção entre os membros da comunidade e o uso em práticas sociais e celebrações tradicionais. Esse conhecimento local, específico das comunidades pesqueiras, contrasta com a visão da ciência como uma entidade global e homogênea, destacada por Santos; Menezes; Nunes (2006). A dicotomia entre o saber local/tradicional e o saber moderno/global tem sido elaborada de diferentes formas, evidenciando uma visão estática e particular sobre outros sistemas de conhecimento presentes no mundo. Portanto, as comunidades tradicionais de pesca representam uma expressão de conhecimento local e tradicional que se renova constantemente diante das novas experiências e desafios históricos, preservando seus costumes e contribuindo para a diversidade de conhecimentos existentes.

Paiola e Tomanik (2002) argumentam que os pescadores, devido ao seu apego ao modo de vida livre, saberes e conhecimentos profundos sobre os ciclos da natureza, à importância atribuída à unidade familiar, à limitada acumulação de capital, ao uso de tecnologia simples e à baixa influência política, representam herdeiros e descendentes de populações e culturas tradicionais nas comunidades tradicionais. Por esse entendimento, os pescadores constituem em:

populações tradicionais porque são, também, descendentes e herdeiros de população e cultura tradicionais. Eles ainda se mantêm, a seu modo, ligados aos valores e às formas de vida característicos dessas populações. É a atividade da pesca que tem propiciado a continuidade dessa população e cultura na região, uma vez que outras atividades ligadas à natureza são escassas. (PAIOLA; TOMANIK, 2002, p. 179)

É importante considerar que a produção das comunidades tradicionais possui uma dinâmica própria, autonomia e lógica própria, não combinando com a subordinação à lógica do comércio especulativo. Alves e Germani (2014) destacam que os pescadores artesanais, enquanto grupos sociais, como parte das comunidades tradicionais, adotam a tradição como o seu modo de vida. A pesca não apenas representa uma herança cultural, mas também é fundamental para suas identidades e conexões sociais. Assim, os pescadores artesanais moldam ativamente seus espaços por meio dessa prática social, tornando-se agentes transformadores do ambiente. Ao organizar, produzir e modificar seus espaços, eles acabam inseridos nas relações capitalistas de produção, utilizando seu espaço de maneira dinâmica entre terra e água. Este grupo social tem um valor singular, com expressões culturais, saberes e conhecimentos transmitidos de geração em geração, relacionados às atividades produtivas capazes de garantir a produção, o consumo e o modo peculiar como se relacionam com a natureza e com a comunidade. Em seu contexto social, a organização social e produtiva das comunidades pesqueiras é associada ao calendário religioso e aos festejos locais, como oferenda para uma boa colheita, e a vida social.

Os pescadores e pescadoras artesanais, assim como outras comunidades tradicionais, possuem uma estrutura familiar estendida. É comum encontrar filhos, netos, avós e afilhados morando na mesma residência. Nesse contexto, a composição da família tem referência nas relações tradicionais, comunitárias, culturais e econômicas. A família desempenha um papel importante na organização da vida da comunidade. É crucial não separar a família do contexto do território, pois este é construído a partir da intersecção de outras famílias e da relação das práticas, saberes e tradições ancestrais em comum.

Para as comunidades tradicionais de pesca, a progressão é compartilhada com outras comunidades da região. É fundamental destacar que, quando o Estado brasileiro ignora a importância econômica, social e cultural da pesca tradicional e artesanal e prioriza investimentos em grandes projetos econômicos em áreas utilizadas pelas comunidades tradicionais, o território e o patrimônio cultural dessas comunidades são colocados em risco. Essa situação se agrava quando o Estado, pressionado pelo capital e pelo latifúndio, busca flexibilizar a legislação ambiental para favorecer a agricultura e a aquicultura em grande escala.

Não se pode ignorar que pescadores e pescadoras artesanais, através de suas atividades produtivas, moldam seu modo de vida de acordo com suas necessidades, mantendo o equilíbrio da natureza e de seu território. Para esses profissionais, a preservação dos recursos naturais é crucial para a colaboração entre eles na dinâmica das relações de trabalho e para assegurar os frutos de seus esforços produtivos. Assim, a preservação dos costumes tradicionais e o valor atribuído à conservação dos recursos naturais garantem o essencial para eles: o ciclo reprodutivo e produtivo dos peixes.

Os pescadores e pescadoras artesanais desenvolvem consciência de classe por meio de suas interações com os demais membros da categoria e nas relações de trabalho. Nesse contexto, a Colônia de Pescadores Z-7, mesmo que nem sempre represente consensos como espaço orgânico de classe entre outras colônias, configura-se como uma entidade orgânica e articuladora local da categoria. Desempenha o papel de matriz na defesa do direito ao trabalho e ao território, além de servir como espaço aglutinador de formação social e política dos pescadores e pescadoras.

Nesta pesquisa, destacamos a importância da pesca artesanal e dos povos tradicionais no Brasil, abordando a história da organização da atividade pesqueira no país e a regulamentação atual por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Enfatizamos a necessidade de preservar os costumes tradicionais e valorizar a conservação dos recursos naturais pelos pescadores e pescadoras artesanais.

Os próximos tópicos a serem abordados são relacionados às temáticas que tratam da organização social dos pescadores e pescadoras de Tocantinópolis na Colônia Z-7, evidenciando como a pesca artesanal é organizada na comunidade, com os pescadores e pescadoras. Já no segundo tópico discutiremos os saberes tradicionais pesqueiros, ressaltando a importância do conhecimento acumulado ao longo do tempo pela comunidade pesqueira a partir de seus relatos. Por fim, no terceiro tópico, abordaremos os desafios ambientais enfrentados pela pesca artesanal, com destaque para o problema das barragens e seus impactos sobre as comunidades tradicionais.

2.2 A Organização Social dos/as Pescadores/Pescadoras de Tocantinópolis (TO) na Colônia de Pescadores Z-7

Ao estudar a organização social e o território das populações tradicionais que sobrevivem da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO), é fundamental considerar as

divergências de percepções em relação à natureza, como mencionado por Knox; Trigueiro (2015). Enquanto as visões de intocabilidade da natureza são presentes em alguns contextos, os pescadores artesanais possuem uma perspectiva que combina a prática da pesca artesanal com a apropriação da natureza. Nesse sentido, compreender os desafios enfrentados por essas comunidades diante das transformações socioambientais é essencial para repensar práticas e ações que possam contribuir tanto para a conservação da natureza quanto para a viabilidade da reprodução dos saberes e iniciativas de conservação do grupo.

Os pescadores e pescadoras tradicionais e artesanais são portadores do legado dos povos que vivem e sobrevivem de forma sustentável, preservando e construindo suas próprias trajetórias de vida, organização e estratégias de luta. Sua resistência e modo de vida estão baseados em seu conhecimento tradicional, compartilhado de geração em geração com a comunidade, possuindo igual importância social às categorias de produtores de alimentos, uma vez que fornecem a proteína animal mais antiga do mundo, diretamente para as populações locais, assim como a agricultura familiar o faz. Considerados segmentos de populações que habitam áreas rurais e ribeirinhas, com dependência predominante dos recursos naturais e seus ciclos, os pescadores e pescadoras artesanais são fundamentais para as comunidades locais. Dada a importância econômica e social, é preciso compreender que os:

registros que conhecemos acerca das atividades extrativistas desenvolvidas pelo homem, a pesca encontra-se dentre as primeiras. Desde a fundação das colônias de pescadores, sob a tutela do Estado, no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. (MORAES, 2001, p. 01).

Segundo Justos e Justos (2019), com o avanço das ideias neoliberais e a implementação de políticas de austeridade socioeconômica exigem das Colônias de Pescadores, assim como de outras associações e sindicatos, ações de resistência. Essas ações são necessárias para garantir a preservação dos direitos adquiridos pelos pescadores e pescadoras, bem como para a luta por novas demandas que surgem nesse contexto. É fundamental que as Colônias de Pescadores compreendam a importância de sua situação, reconhecendo os riscos e questionamentos que surgem dos membros, da sociedade e do Estado, uma vez que tais elementos podem influenciar o destino e a continuidade das organizações sociais. Justos e Justos (2019) citam que foi a partir do processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil, que as associações e colônias de pescadores conquistaram um tratamento mais favorável e garantias jurídicas ampliadas para o exercício

de suas atividades. Essas mudanças são evidenciadas na leitura do artigo 8º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que estabelece os princípios relacionados à livre associação profissional ou sindical. O mencionado artigo garante a liberdade de associação, tanto profissional quanto sindical, sob certas condições. Notavelmente, a lei não pode exigir autorização do Estado para a criação de sindicatos, apenas o registro no órgão competente é necessário. Além disso, o Poder Público não pode interferir nem intervir na organização sindical, garantindo, assim, sua autonomia.

Essa garantia constitucional trouxe significativos avanços para as associações e colônias de pescadores, fortalecendo sua capacidade de representação e defesa dos interesses dos trabalhadores envolvidos na pesca artesanal. A partir desse marco legal, essas organizações passaram a desfrutar de maior estabilidade e segurança jurídica em suas atuações. Com a não exigência de autorização estatal para a criação de sindicatos e a vedação de interferência do Poder Público, as associações e colônias de pescadores puderam se organizar de maneira autônoma, estabelecendo estratégias de mobilização e negociação coletiva em prol de melhores condições de trabalho, remuneração digna e preservação dos direitos trabalhistas.

Dessa forma, a Constituição de 1988 reforçou a importância das associações e colônias de pescadores como espaços legítimos de representação e articulação dos interesses da categoria. Ao reconhecer a livre associação profissional e sindical, o texto constitucional conferiu um status de proteção e valorização dessas organizações, contribuindo para o fortalecimento da pesca artesanal e a garantia dos direitos dos pescadores e pescadoras. Em suma, as mudanças promovidas pela redemocratização e a consagração do direito à livre associação profissional e sindical representaram um marco importante na história das associações e colônias de pescadores. Essas garantias jurídicas conferiram maior autonomia e segurança para essas organizações, fortalecendo sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca artesanal e na busca por melhores condições de vida e trabalho para essa importante categoria.

A regulamentação adequada das garantias e direitos das colônias e associações de pescadores é um aspecto fundamental para a proteção e fortalecimento das organizações pesqueiras. É somente em 2008, por meio da Lei 11.699 (BRASIL, 2008), que essa regulamentação é efetivamente estabelecida, equiparando as colônias e associações ao status de sindicatos. A partir desse reconhecimento, essas organizações adquirem uma posição mais fortalecida para defender os direitos e as demandas dos pescadores e pescadoras. O artigo 1º da mencionada legislação exemplifica claramente essa equiparação, reconhecendo a

importância das colônias e associações de pescadores como entidades representativas e promotoras dos interesses desses trabalhadores:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. (BRASIL, 2008)

Essa regulamentação é especialmente relevante considerando o perfil da população pesqueira, composta por segmentos baseados na agricultura camponesa. A pesca artesanal desempenha um papel crucial na subsistência familiar e na comercialização dos excedentes para o mercado local ou feiras da cidade. Conforme apontado por Silva (1988), a pesca artesanal e familiar é uma importante fonte de proteína animal para os brasileiros, sendo responsável pela maioria do pescado que chega à mesa. Mesmo que os pescadores e pescadoras atuem de forma independente ou associados a alguma companhia de pesca, sua contribuição para a segurança alimentar é significativa. No entanto, é válido destacar que a produção em larga escala acaba, de certa forma, desvalorizando a participação da pesca artesanal, nisso Silva (1988) afirma que:

conclui-se que o desenvolvimento capitalista a que hoje assistimos, no Brasil, não exclui o pescador artesanal: ao contrário, submeteu esta categoria socioprofissional a um tipo de exploração que traz em seu bojo, de um lado, a exploração brutal da força de trabalho e, por outro lado, a manutenção das técnicas artesanais e do modo autônomo da atividade pesqueira desenvolvida ao longo da história do Brasil pelos pescadores. (SILVA, 1988, p. 23)

A organização da classe trabalhadora pesqueira em Tocantinópolis (TO) é representada pela Colônia de Pescadores Z-7, sendo a principal instituição sindical e referência institucional para os pescadores e pescadoras da região. Fundada em 1997, a criação da Colônia permitiu que os pescadores e pescadoras locais se unissem e estabelecessem sua própria sede, estrategicamente localizada na orla da cidade. Essa sede rapidamente se tornou um ponto de encontro e referência para a categoria, promovendo a aproximação e a concentração das atividades políticas e sindicais em torno das demandas e pautas de interesse da classe.

A regulamentação adequada das colônias e associações de pescadores como sindicatos, estabelecida em 2008, reforça o papel da Colônia de Pescadores Z-7 como entidade representativa dos trabalhadores e trabalhadoras pesqueiras de Tocantinópolis (TO). Ao adquirir uma posição fortalecida, a Colônia pode atuar com maior força na defesa dos direitos trabalhistas da população pesqueira local, alinhando-se aos objetivos de proteção e

valorização da pesca artesanal destacados anteriormente. Através dessa organização coletiva, os pescadores e pescadoras têm uma voz unificada e podem promover ações efetivas para a garantia de seus direitos e para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira na região.

Atualmente (2022), a Colônia de Pescadores Z-7 conta com 410 pescadores e pescadoras artesanais associadas(os). A filiação à Colônia proporciona aos pescadores e pescadoras a intermediação para serviços como previdência e benefícios sociais em situações em que precisam obter aposentadoria ou seguro social do defeso, durante a temporada em que a pesca é proibida, como na piracema. O Estado brasileiro reconhece a importância da proteção ao pescador artesanal, e essas conquistas foram alcançadas por meio da articulação das lutas dos pescadores e pescadoras artesanais e das Colônias de Pescadores em todo o Brasil.

Conforme Gonçalves, Medeiros e Pisani (2019), as Colônias de Pescadores funcionam como territórios políticos, onde decisões são tomadas, demandas são fomentadas e projetos coletivos são propostos para votação em assembleias da categoria. Nesse ambiente de debate e posicionamento de classe, são delineadas ações para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Além disso, as colônias têm a responsabilidade de organizar e articular a comunidade pesqueira. Sua relevância é fundamental, uma vez que:

a associação a uma colônia ou associação dá oportunidade de ter direitos que sem a colônia seria difícil de obter, como a aposentadoria, pensões, auxílio-doença, o seguro defeso, a carteira de habilitação marítima, a carteirinha de pescador, além de adentrar outros espaços (GONÇALVES; MEDEIROS; PISANI, p. 86, 2019).

Os pescadores e pescadoras artesanais se constituem como categoria por meio de sua organização e consciência de classe, interagindo com outros pescadores e pescadoras nas relações de trabalho. Nesse aspecto, a Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis (TO) assume a tarefa de aglutinadora, como uma das organizações fundamentais da sociedade civil organizada, priorizando a defesa do direito ao trabalho e capacitando-se como espaço de lutas e incentivo à formação social e política dos trabalhadores e trabalhadoras.

As organizações que articulam os trabalhadores, enquanto organismos que debatem as relações de trabalho, inserem-se em categorias essenciais para a defesa de seus interesses e constituem-se como elementos necessários para a manutenção da vida em sociedade. O trabalho produtivo, e o resultado deste, é o que faz com que o indivíduo organize seu tempo e espaço, transformando a natureza e obtendo o necessário para sua sobrevivência. Vasque

(1968) argumenta que o homem se diferencia dos demais animais por sua atividade produtiva e que a produção é uma característica própria e essencial da sociedade. Para essa concepção, Vasques (1968), cita que o homem começa a produzir seus meios de vida quando começa a se diferenciar dos animais. Ao produzir suas condições de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Embora a organização social da Colônia de Pescadores em questão possua características passíveis de diferentes análises, é necessário reconhecer que, em alguns casos, essas colônias têm sido influenciadas e, em certa medida, cooptadas pelo Estado capitalista. De acordo com Moraes (2011), desde o estabelecimento das colônias de pescadores no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e a dominação política de órgãos governamentais. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve avanços nos direitos sociais e políticos dos pescadores artesanais. Por meio do artigo 8º, as colônias de pescadores foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, assumindo uma configuração sindical.

Por meio da articulação sindical e associativa, as Colônias de Pescadores têm buscado assegurar direitos trabalhistas, proteção ambiental e acesso aos recursos necessários para a prática da pesca artesanal. Como entidades sindicais, seu objetivo é defender as relações produtivas e as conquistas dos pescadores e pescadoras artesanais organizados. Vale ressaltar que Marx (2011), em sua obra "O Capital", estabelece uma correlação entre as forças produtivas, o trabalho coletivo ou individual e a capacidade de gerar produtos e realizações na sociedade:

cada trabalhador ou grupo de trabalhadores fornece ao outro sua matéria-prima. No resultado do trabalho de um está o ponto de partida para o trabalho do outro. Assim, um trabalhador ocupa diretamente o outro. O tempo de trabalho necessário para se obter o efeito útil visado em cada processo parcial é fixado conforme a experiência [...] apenas sob esse pressuposto os processos de trabalho diferentes e mutuamente complementares podem prosseguir justapostos espacialmente, de modo simultâneo e ininterrupto. É evidente que essa dependência imediata dos trabalhos e, por conseguinte, dos trabalhadores entre si, força cada indivíduo a empregar em sua função não mais do que o tempo necessário, gerando-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e, mais ainda, uma intensidade de trabalho absolutamente distintos daqueles vigentes no ofício autônomo ou mesmo no regime de cooperação simples. (MARX, 2011, p. 522)

As colônias de pescadores possuem diversas formas de organização, e nem sempre são espaços automáticos de reflexão e debate. No entanto, é importante reconhecer que as colônias têm o potencial de se tornarem ambientes sustentáveis e propícios para discutir a situação da classe trabalhadora na pesca artesanal. Por meio de uma abordagem consciente e

comprometida, as colônias de pescadores podem promover a reflexão crítica e o diálogo sobre melhorias nas condições de trabalho e na defesa dos direitos dos pescadores artesanais. Nesse sentido, é fundamental valorizar a importância de desenvolver uma consciência de classe, conforme enfatizado pela teoria de Gramsci (1955), através da participação ativa e da troca de ideias entre os membros das colônias de pescadores.

As colônias de pescadores representam espaços de luta, enraizados na singularidade de seu território, conhecimentos e batalhas. Portanto, para analisar a atividade pesqueira em relação às políticas públicas e aos direitos sociais, é crucial entender como essas interações ocorrem no contexto territorial. Santos (2000) enfatiza que o território vai além de uma mera área delimitada, pois não podemos examinar qualquer dimensão do espaço sem considerar sua relação intrínseca com a materialidade e as ações humanas. Segundo Santos (2000), o território deve ser entendido como uma categoria que engloba todas as instituições e os indivíduos, com um sistema de objetos e ações que constituem um espaço habitado. Dessa forma, o território ocupado desempenha um papel crucial na mediação entre o local e o indivíduo, sendo essencial para a harmonia futura.

Na correlação de forças, as Colônias de Pescadores representam o território da pesca artesanal, concebido como um campo de forças e mediação de conflitos de classe. Nesse cenário, Santos (2000) descreve que as tensões são sentidas, especialmente na escala local, uma vez que é onde estão presentes os conflitos, provenientes dos vários e distintos tipos de usos e sujeitos presentes. Os pescadores e pescadoras se organizam segundo as narrativas de seu território, considerando seus aspectos regionais e de comunidade. Em geral, as pautas concebem a defesa mútua das condições de vida e proteção dos recursos naturais, enquanto um território de realização da pesca artesanal.

Dessa forma, os trabalhadores envolvidos na pesca artesanal constituem uma parte da classe trabalhadora na sociedade, representada pelos trabalhadores e trabalhadoras pescadores que estabelecem relações de trabalho e possibilitam transformações na sociedade, bem como vivências culturais em suas comunidades tradicionais. Em resumo, são homens e mulheres que organizam seu trabalho na atividade pesqueira, promovendo transformações em simbiose com os recursos naturais ou nas relações de cooperação socioeconômica.

As lutas dos pescadores e pescadoras por garantias e direitos sociais estão ligadas a matrizes socioculturais baseadas em suas práticas e cultura tradicional de pesca. As lutas sociais para defender os direitos e reivindicações dos pescadores e pescadoras fazem parte da ampla frente de defesa da categoria e do ambiente de vida e trabalho, incluindo as águas e todo o ecossistema aquático. Não há luta associativista ou corporativa na categoria de

pescadores e pescadoras que possa ser considerada isolada de seu ambiente de vida e subsistência, no qual eles dependem para sobreviver. As lutas e conquistas dos pescadores e pescadoras também representam a luta e defesa do meio ambiente, dos recursos naturais e das águas. Por meio da organização das colônias, os pescadores e pescadoras constroem, à sua maneira, formas de criar espaços, lutas e resistências, incorporando em seu contexto diversas características do pensamento educativo centrado na defesa de sua autonomia. Dessa forma, é por meio de uma linguagem e métodos próprios que as conquistas só podem ser compreendidas como uma ação e transformação permanentes em cada prática. Por esse modo, “[...] é então que a luta social maior articula e re-significa os diversos sentidos de cada uma destas pequenas Lutas que acontecem em seu cotidiano, e tempera isto tudo com ingredientes de história, política, cultura. (CALDART, 1999. p. 208).

A organização social dos pescadores e pescadoras se dá por meio de processos pelos quais a classe trabalhadora se inspira na transformação estrutural das forças econômicas de poder. Conforme Guimarães (1991), enquanto os trabalhadores enfrentam ambiguidades estruturais, a classe capitalista tem seus interesses inscritos nos mecanismos de mercado, limitando a capacidade de mudança das regras do jogo pelos trabalhadores. Em geral, essas forças possuem uma pauta focada na precarização dos direitos trabalhistas. No enfrentamento direto com o capital, ocorre um dos maiores aprendizados: os pescadores e pescadoras, trabalhadores e trabalhadoras se deparam com um estado de injustiças sem espaço para garantir os direitos fundamentais do ser humano, como a dignidade. Um dos grandes ganhos com o aprendizado na luta sindical e associativista nas Colônias de Pescadores é a postura política que a luta de classes proporciona. Isso inclui a resistência e a luta pela defesa e conquista de direitos, criando possibilidades de mudanças.

Os pescadores e pescadoras artesanais, organizados na coordenação de base da comunidade pesqueira local e legalmente representados pela Colônia Z-7, combinam em sua estratégia a luta pelo reconhecimento de sua importância na produção de alimentos para a sociedade e a proteção do meio ambiente. A organização dos pescadores e pescadoras constitui uma força necessária diante do avanço dos grandes projetos da produção pesqueira industrial de larga escala e dos problemas ambientais vigentes nos rios. Assim, buscam, por meio de seu conhecimento, resistência e organização, expressar sua indignação em relação ao Estado brasileiro e aos grandes projetos do capital financeiro, corporativo ou empresarial, resistindo em prol de seu território, saberes e modo de vida.

A comunidade pesqueira local, legalmente representada pela Colônia Z-7, enquanto organização de base, conforme se observou, vem se constituindo um espaço de coordenação

com notável potencial pedagógico na defesa da categoria. Conforme Arturo (2005) em "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?", destaca-se que algumas dessas organizações têm como objetivo principal a defesa de classe, conectando-se à defesa do lugar como prática de um grupo de atores. É importante ressaltar que a orientação política da comunidade pesqueira local pode variar, e nem sempre busca essas características. No entanto, a comunidade enfatiza a importância da identidade, do território, da autonomia política e da visão de desenvolvimento própria dos pescadores(as). Ao fortalecer a classe trabalhadora da pesca, essa organização desempenha um papel crucial na construção da postura política dos pescadores(as), na luta pela proteção do meio ambiente e na conquista de direitos. A comunidade proporciona um espaço de articulação e possibilita o enfrentamento dos desafios enfrentados pela categoria, reafirmando sua coesão e objetivos comuns.

De modo geral, as Colônias de Pescadores são espaços de organização da categoria, que visam reunir os pescadores e pescadoras em torno de interesses comuns. Essas organizações podem desempenhar diferentes papéis e ter orientações políticas diversas, nem sempre voltadas para a função libertadora ou para lutas por transformação social. Embora muitas Colônias se dediquem à defesa de direitos, à busca por melhores condições de trabalho e à proteção do meio ambiente, outras podem ter uma abordagem mais voltada para interesses imediatos e locais. É importante reconhecer essa diversidade de atuações, pois ela reflete as diferentes realidades, necessidades e perspectivas dos pescadores e pescadoras. Nem todas as Colônias estão engajadas em movimentos sociais amplos ou adotam uma postura radical de transformação social. No entanto, isso não diminui a importância dessas organizações como espaços de articulação e representação da categoria, onde questões específicas podem ser discutidas e abordadas.

Embora algumas colônias estabeleçam relações sustentáveis com o meio ambiente, preservando os recursos naturais e adotando técnicas de pesca responsáveis, há situações em que essas relações são prejudicadas por fatores como escassez de recursos, práticas predatórias ou influências externas. Além disso, embora a prática comercial entre as colônias possa apresentar características de cooperação e trocas justas, é importante reconhecer que existem variações nas relações de poder e nos interesses envolvidos, o que nem sempre se alinha com o conceito de economia colaborativa. Acerca da organicidade e lutas por direitos, Viegas (2009) menciona que é fundamental incorporar a dimensão cultural ao discutir as relações entre seres humanos, sociedade e natureza, incluindo o "conflito ambiental". Isso

implica reconhecer a força constitutiva dos significados culturais, desmistificando a noção de que são meros reflexos da base material. Valores e crenças são, por si só, referenciais que influenciam a ação, mobilizam as massas, constroem identidades sociais e moldam o contexto em que as pessoas vivem. Práticas, representações, costumes e linguagens, dessa forma, estruturam a sociabilidade e influenciam a história.

Diante dessa diversidade de realidades e abordagens presentes nas Colônias de Pescadores, é essencial considerar os desafios enfrentados e as diferentes perspectivas dentro desse contexto. Cada colônia possui suas particularidades na relação com o meio ambiente e nas práticas comerciais adotadas. Portanto, é necessário analisar cada caso de forma individual, considerando as nuances específicas.

As Colônias de Pescadores e pescadoras no Estado do Tocantins desempenham um papel fundamental na promoção da atividade comercial de pescado entre diferentes comunidades e suas colônias de pescadores, visando fortalecer a cadeia produtiva e obter benefícios econômicos para as colônias situadas em regiões com menor demanda pelo produto. Nesse contexto, essas práticas de comércio contribuem para a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras. No entanto, é válido destacar que há critérios estabelecidos para a prática comercial, como mencionado por um dos membros da Colônia de Pescadores Z-7, senhor Interlocutor 1:

[...] Isso só acontece quando as espécies de peixe não têm dentro do município, ou estão poucas, como Pacu Manteiga, que aqui no município tem, mas não é muita, são poucas. A piabanha, por exemplo, também são bastante visadas e tem pouca. O próprio cari, né, que o pessoal conhece como Cascudo, são muito visados, muito bom para vendas e aqui no município não temos muito. O que acontece é, normalmente, quando vem outra Colônia. Por exemplo, Esperantina é o município menor do que Tocantinópolis (TO). Aí quando eles pegam uma demanda muito grande de peixe, aí eles perguntam para as outras colônias se eles não se interessam de pegar algumas espécies de peixe que não tenha no município, que tenha pouca dessas espécies de peixe no município. Aí as colônias pegam para vender no mercado, no mercado do município [...]. (Interlocutor 1, Pescador, 2022)

Segundo Cavalcante (2020), o atual modelo de mercado e relações comerciais não é mais convincente e não funciona como deveria. Isso gera desigualdades e nos afasta cada vez mais das relações de igualdade, autonomia e democracia. Um dos temas mais debatidos atualmente é o desemprego e a inclusão social, que se tornou um problema comum em toda a sociedade, não apenas para os pobres.

No contexto atual, a Colônia de Pescadores Z-7 destaca-se pela sua capacidade de

articular a prática do comércio de pescado entre diferentes comunidades, fortalecendo a cadeia produtiva e buscando benefícios econômicos para as colônias situadas em áreas com menor demanda pelo produto. Através da integração com outras Colônias de Pescadores de municípios próximos (Figura 3), tem sido possível estabelecer uma sólida rede de colaboração, agregando valor aos peixes comercializados pelas colônias e eliminando a necessidade de intermediários no processo de venda. Essa forma de organização visa primordial fortalecer coletivamente os pescadores artesanais de Tocantinópolis (TO) e região, impulsionando sua autonomia e promovendo a sustentabilidade econômica da atividade pesqueira.

Figura 3: Comercialização do pescado com Colônias Z-21 de Esperantina (TO).



Foto: Colônia de Pescadores Z-7

A atuação dos pescadores e pescadoras artesanais na Colônia de Pescadores Z-7 vai além das atividades rotineiras. Além de participarem de assembleias e reuniões, eles desempenham um papel fundamental na troca de experiências e conhecimentos entre os

membros. Compartilham técnicas de pesca, discutem práticas de conservação ambiental e estratégias para enfrentar os desafios da atividade pesqueira. Essa interação fortalece os laços comunitários e promove a solidariedade entre os pescadores, criando um ambiente de apoio mútuo e cooperação. Através dessa participação ativa, os pescadores artesanais conseguem representar e defender coletivamente seus interesses perante as instâncias governamentais e outras entidades relacionadas ao setor pesqueiro. No relato a seguir, um dos membros da mesa diretora compartilha sua trajetória:

Eu comecei a aprender com meus próprios pais, como eu falei antes. Meus pais, eles confeccionavam seu próprio produto de trabalho, quer dizer que eles mesmo faziam o seu equipamento de pesca dentro de casa, eu acompanhava isso. É uma coisa que a gente vê no dia a dia. E a gente entrou nessa luta para defender o pescador porque a gente, no início eu comecei, como eu falei, meu pai me trouxe para a Colônia dos Pescadores da Colônia Z-7. (Interlocutor 1, pescador, 2022)

A Colônia de Pescadores Z-7 tem adotado iniciativas importantes para incentivar a participação dos pescadores. Por exemplo, foram criados grupos de trabalho temáticos, nos quais os pescadores podem discutir e deliberar sobre questões específicas que afetam sua categoria. Esses espaços garantem que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões que impactam suas vidas e atividades. Dessa forma, a participação ativa dos pescadores e pescadoras artesanais na Colônia de Pescadores Z-7 vai além das atividades rotineiras. Eles se envolvem de forma colaborativa, compartilhando conhecimentos, discutindo questões relevantes e buscando soluções conjuntas para os desafios que enfrentam. Essa participação é fundamental para fortalecer a representatividade e a defesa dos interesses coletivos dos pescadores artesanais.

Além disso, a Colônia Z-7 promove a realização de cursos e capacitações voltados especificamente para os pescadores e pescadoras artesanais. Essas formações visam aprimorar suas habilidades na atividade pesqueira, bem como fornecer conhecimentos sobre questões ambientais, legislação pesqueira e gestão sustentável dos recursos naturais. Esses cursos contribuem para fortalecer a autonomia e o protagonismo dos pescadores na defesa de seus direitos e na adoção de práticas sustentáveis.

A composição exclusivamente formada por pescadores e pescadoras ativos na pesca da diretoria da Colônia Z-7 também é um fator relevante para promover a participação e representatividade dos pescadores artesanais. Essa característica permite que a diretoria compreenda e priorize os interesses e necessidades da categoria, uma vez que são pescadores e pescadoras que vivenciam diariamente os desafios e as demandas da atividade pesqueira.

Dessa forma, a participação dos pescadores e pescadoras artesanais na Colônia Z-7 é uma forma de organização específica que busca garantir a representação e a defesa dos interesses dessa comunidade. Através de iniciativas voltadas para a participação ativa, capacitação e composição da diretoria, a Colônia promove a integração e a valorização dos pescadores e pescadoras artesanais, fortalecendo a sua organização coletiva e a luta pelos seus direitos.

Embora essa realidade possa não ser representativa das demais colônias de pescadores no Brasil, é válido ressaltar que a atual composição da diretoria da Colônia de Pescadores Z-7 é formada exclusivamente por pescadores e pescadoras que estão ativamente envolvidos na atividade produtiva da pesca. Essa informação foi compartilhada pelo pescador Interlocutor 1, membro da diretoria executiva, que destaca a relevância dessa representatividade para a categoria:

Hoje só tem pescador representando a colônia, só tem pescador dentro da colônia. Hoje o secretário é pescador, que trabalha dentro, tesoureiro é pescador, todo mundo é pescador, que vai pro rio. É gente que sabe onde dói, gente que sabe o que está passando, é gente que não vai explorar o companheiro. E a gente sabe, a gente sabe da realidade, a gente sabe, a gente já sofreu, a gente sofreu. Até hoje eu vou pescar, pega o sol, pega chuva nesse rio e a gente sabe os perigos que esse rio tem. E por isso que hoje a gente está nessa luta e a gente tenta fazer o melhor que a gente pode para defender a nossa categoria, a nossa classe, porque a gente sabe onde é que o cara aperta, onde o sapato está apertando. E é por isso que a gente está aqui na frente, porque a gente sabe o que ele está sentindo. (Interlocutor 1, Pescador, 2022)

Na Colônia de Pescadores Z-7, é notável que a diretoria seja composta exclusivamente por pescadores e pescadoras ativos. Essa característica proporciona uma participação mais efetiva dos pescadores e pescadoras que estão diretamente envolvidos nas atividades de pesca no dia a dia. O que se percebe, como resultado, esses membros representativos conseguem compreender e abordar de forma mais precisa as demandas e desafios específicos enfrentados pela pesca artesanal. Essa inclusão exclusiva dos pescadores ativos na diretoria fortalece a capacidade de diálogo e a tomada de decisões, uma vez que os próprios pescadores e pescadoras são os protagonistas na resolução das questões pertinentes à sua atividade.

A Colônia de Pescadores Z-7 desempenha um papel significativo como um espaço orgânico e aglutinador, especialmente voltado para as especificidades da região e as necessidades dos pescadores e pescadoras associados. Um dos membros da diretoria da Colônia, o pescador interlocutor 5, compartilha informações sobre as práticas adotadas pela organização. Ele destaca uma diferença notável entre a Colônia de Pescadores Z-7 e outras

organizações similares: a ausência de taxas para recadastramento, seguro defeso e outras contribuições financeiras. Além disso, a Colônia não recorre a vaquinhas ou outras formas de arrecadação coletiva junto aos pescadores. Em vez disso, sustenta-se por meio das mensalidades e dos valores das notas fiscais emitidas pelos pescadores. Essa abordagem demonstra o compromisso da Colônia de Pescadores Z-7 em garantir a autonomia e a independência financeira dos pescadores, fortalecendo sua capacidade organizativa e contribuindo para a sustentabilidade da pesca artesanal na região:

A nossa colônia é diferente das outras, sabe? No sentido de que não cobramos para fazer o recadastramento, o seguro defeso, nem essa taxa que alguns lugares chamam de "vaquinha", onde os pescadores se juntam para financiar viagens. Não, nós seguimos nosso caminho com as próprias pernas, apenas com as mensalidades e os valores das notas que recebemos. Não exigimos mais nenhuma taxa do pescador. (Interlocutor 5, Pescador, 2023)

No relato a seguir, evidencia-se a diversidade de modos de atuação e orientação nas colônias de pescadores e pescadoras. Nem sempre o objetivo principal é o fortalecimento da atividade pesqueira e a defesa dos interesses da categoria. Como destacado pelo pescador interlocutor 5, as colônias podem estabelecer diferentes cobranças e exigências aos pescadores, indo além das taxas confederativas e do pagamento do INSS. Essas disparidades entre as colônias demonstram a variedade de abordagens e práticas adotadas nesse contexto, evidenciando a necessidade de compreender as particularidades de cada organização para melhor compreender a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais:

Eles têm a obrigação de pagar a taxa confederativa, que nós pedimos que paguem, mas é por conta própria deles, vão pagar na casa lotérica, entende? Além disso, também precisam pagar a taxa do INSS, que são duas, uma em junho para julho e outra em outubro, certo? É só isso que o nosso pescador paga. Agora, existem outras colônias que cobram mais coisas. Já ouvi relatos de colônias que cobram para fazer o recadastramento, tem colônias que cobram uma taxa na hora de fazer o seguro defeso. Mas, como eu já disse, cada colônia é diferente, elas têm suas próprias formas de cobrança. (Interlocutor 5, Pescador, 2023)

Essa abordagem se alinha ao objetivo de garantir que a Colônia de Pescadores Z-7 seja um espaço de participação efetiva, onde os pescadores e pescadoras artesanais possam contribuir ativamente para a defesa de seus interesses e para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira. A inclusão de membros da categoria na diretoria promove a representatividade e a legitimidade das decisões, ao mesmo tempo, em que fortalece a confiança e a cooperação entre todos os envolvidos.

Ao destacar a importância dessa representatividade, o pescador Interlocutor 1 ressalta

que essa composição exclusiva traz benefícios para a categoria na totalidade. A participação direta dos pescadores e pescadoras ativos na diretoria permite um maior alinhamento com as necessidades e aspirações da comunidade pesqueira, contribuindo para uma atuação mais eficaz na defesa de seus direitos, na promoção de políticas públicas adequadas e na busca por melhores condições de trabalho e sustentabilidade ambiental.

Em meio aos desafios e entraves enfrentados pelas comunidades tradicionais de pesca artesanal, a atuação da Colônia de Pescadores Z-7 demonstra esforço para mitigar essas dificuldades. Uma das principais atividades promovidas pela Colônia envolve a busca por parcerias com os poderes públicos e a iniciativa privada. Essas parcerias visam não apenas à educação profissional e à qualificação dos pescadores e pescadoras artesanais, fomentando o desenvolvimento humano, mas também à defesa e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Esta abordagem se concentra na preservação de áreas ecologicamente importantes, na conservação da biodiversidade e na promoção da criação de unidades de conservação.

No entanto, mesmo com essas iniciativas, as comunidades tradicionais da pesca artesanal continuam enfrentando uma série de desafios significativos. Um desses desafios é a luta pelo reconhecimento como produtores de alimentos para o mercado regional. Além disso, essas comunidades enfrentam batalhas constantes pela preservação dos recursos naturais em seus territórios, onde o cenário da pesca artesanal é permeado por conflitos. Esses conflitos podem surgir como resultado dos impactos ambientais gerados por empreendimentos como as barragens ou devido ao interesse do Estado em priorizar a grande produção em larga escala em detrimento das práticas tradicionais de pesca artesanal.

Justo e Amorim (2019) acrescentam que essa participação efetiva é essencial não apenas para a Colônia de Pescadores Z-7, mas também para outras associações e sindicatos. É fundamental que essas entidades alcancem o máximo de indivíduos na comunidade, tornando-se eficazes na gestão, no apoio e no enfrentamento de desafios. Isso implica resistir e garantir que não apenas seus membros, mas também outros membros da comunidade, reconheçam sua importância e se envolvam ativamente nesse propósito coletivo.

Portanto, a atual composição da diretoria da Colônia de Pescadores Z-7, formada exclusivamente por pescadores e pescadoras ativos na atividade produtiva da pesca, representa uma iniciativa significativa para a representatividade e fortalecimento da categoria. Essa abordagem permite que as decisões tomadas pela diretoria sejam embasadas na experiência e conhecimento prático dos pescadores, promovendo uma gestão mais eficiente e comprometida com os interesses dos pescadores e pescadoras artesanais.

No primeiro artigo de seu estatuto, a Colônia Z-7 se define como entidade

representativa de classe, equiparada, conforme o parágrafo único do artigo 8º da Constituição Federal de 1988¹¹ (BRASIL, 1988), combinado com o artigo 1º da Lei nº 11.699/08 de 13 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), a uma Organização Sindical de Primeiro Grau, sem fins lucrativos. A criação dessa colônia baseia-se na lei 11.699/08 (BRASIL, 2008), que regulamenta a atuação de colônias, federações e confederações de pescadores nos estados e municípios, reconhecendo-as como órgãos de classe dos trabalhadores da pesca artesanal. Segundo seu estatuto, sua administração é composta por uma diretoria de seis membros, eleitos a cada três anos pela Assembleia Geral Eleitoral, composta por presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e segundo tesoureiro, além de um conselho fiscal com três membros e igual número de suplentes, permitindo reeleições.

O mandato da diretoria administrativa da Colônia de Pescadores Z-7 é de três anos (Figura 4), e sua organização ocorre em conjunto com a Federação Tocantinense dos Pescadores (FETOPESCA) e a Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). Juntas, elas formam a articulação nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Os pescadores e pescadoras artesanais são reconhecidos pelo Estado brasileiro como categoria profissional de direito no nível de articulação e organização de classe.

Figura 4: Assembleia de votação para nova diretoria da Colônia Z-7 em 2022.



Foto: Colônia de Pescadores Z-7.

¹¹ Quanto às garantias legais, os pescadores são amparados pelo art. 195, parágrafo 8.º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que garante o direito à seguridade social. A Lei n. 8.287 de 1991 (BRASIL, 1991) instituiu o seguro-desemprego para pescadores artesanais durante o período do defeso, sendo revogada em 2003 com a criação da Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA), através da Lei n. 10.779, também conhecida como Seguro-Defeso, que abrange os períodos de piracema.

É importante observar o Artigo 47 do Estatuto da Colônia de Pescadores Z-7 (Arquivo Colônia de Pescador Z-7), que considera a articulação das capatazias e delegacias dentro da base territorial de atuação. Isso é necessário para garantir uma melhor assistência e proteção dos direitos dos associados, bem como da categoria profissional representada. Atualmente, existem três capatazias organizadas nas cidades de Darcinópolis (TO), Maurilândia (TO) e Ribamar Fiquene (MA).

Para se filiar como sócio efetivo na Colônia de Pescadores Z-7, o pescador precisa residir no município sede da Colônia há pelo menos cinco anos e ter desempenhado seu trabalho em favor da pesca por no mínimo três anos. Conforme o estatuto da Colônia de Pescadores Z-7, os associados são classificados em 04 (quatro) categorias, a saber:

01) SÓCIOS EFETIVOS, ou seja, os pescadores (as) artesanais, pequenos armadores ou armadoras de pesca, artesãos (ãs) de pesca, pequenos (as) fabricantes artesanais de embarcações, aquicultores (as), beneficiadores (as) de pescados que desenvolvem seu labor direta ou indiretamente ligado à pesca, em regime individual ou de economia familiar, além das pessoas que se enquadrem no §1º do Inciso I do artigo 5º deste Estatuto Social;

02) SÓCIOS COOPERADORES, ou seja, qualquer cidadão que, após comprovada a sua idoneidade, deseje contribuir para o desenvolvimento do Espírito Associativo e da Categoria, não implicando essa condição, na outorga de direitos, vantagens ou deveres;

03) SÓCIOS HONORÁRIOS, ou seja, qualquer cidadão que for com tal título agraciado em Assembleia Geral da Colônia por serviços ou atitudes relevantes em relação à classe, não implicando essa condição na outorga de direitos, vantagens ou deveres;

04) SÓCIOS REMIDOS, ou seja, trabalhadores aposentados da pesca artesanal, detendo esses os direitos inerentes aos sócios efetivos.

§1º - Os Sócios Cooperados e Honorários não terão direito a voto nas Assembleias.

Em relação à legislação de proteção, seguridade e previdência, a Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), classifica o pescador artesanal como segurado especial. De acordo com essa legislação, o pescador artesanal é considerado parte de uma categoria especial devido à sua atividade produtiva e de comercialização. A lei reconhece que essa atividade é realizada de maneira autônoma ou em regime de economia familiar, utilizando meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP)¹² é uma exigência legal para todos os pescadores, conforme estabelecido pela Lei 11.959/2009 (BRASIL, 2009) nos artigos 24 e 25. Os pescadores e pescadoras artesanais são incluídos nessa categoria e devem se inscrever no RGP para obter concessões, permissões, autorizações e licenças relacionadas à pesca. As

¹² Art. 24. O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é obrigatório para todas as pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na atividade pesqueira, bem como para as embarcações de pesca. Os critérios para a realização do registro serão definidos no regulamento desta Lei. (BRASIL, 2009)

regras para a concessão do registro são definidas pelo Decreto 8.967/2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta os artigos 24 e 25 da Lei da Pesca. Além dos pescadores e pescadoras artesanais, o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é obrigatório para pescadores industriais, armadores e outras embarcações de pesca.

No entanto, alguns grupos estão dispensados do registro, como os pescadores e pescadoras de subsistência que praticam a pesca para consumo próprio ou escambo sem fins comerciais, pescadores amadores que utilizam linha de mão ou caniço simples, e povos indígenas que praticam a pesca para subsistência.

Apesar de ser um requisito para a pesca legalizada no Brasil, a concessão do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) tem sido dificultada pelas medidas governamentais:

A concessão do RGP no Brasil é um dos maiores gargalos da política da pesca, pois embora a lei determine que o registro é obrigatório, estima-se que desde 2012 o governo federal não emite novos registros, resultando em um grande passivo e inúmeras violações de direitos trabalhistas e previdenciários dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Além desse passivo, há um grande número de registros suspensos e cancelados anualmente e grande parte desses registros não tem seus recursos analisados pela Secretaria de Pesca, resultando também em inúmeras perdas aos pescadores e pescadoras artesanais.

No dia 29 de junho de 2021, dia do pescador artesanal, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) lançaram o SISRGP 4.0, o novo sistema para o registro da atividade pesqueira no Brasil, com a promessa de solucionar o problema da emissão de licenças, no entanto, o novo sistema não repara as perdas de direitos que os pescadores e pescadoras tiveram ao longo desses anos, principalmente aqueles que não tem RGP, que tem apenas protocolo de requerimento ou que estão com o RGP cancelado e suspenso. (CPP, 2021, p.1-2)

Em junho de 2021, o MAPA editou a portaria 270/21 (BRASIL, 2021), descrevendo três conceitos de pescadores que servirão como referência para o novo recadastramento: pescador profissional, pescador profissional artesanal e pescador industrial, ou seja, A Lei 11.959/2009, conhecida como Lei da Pesca (BRASIL, 2009), define o pescador profissional como sendo a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país, que exerce a pesca com fins comerciais e possui licença emitida pelo órgão competente, desde que atenda aos critérios estabelecidos em legislação específica. Essa legislação específica, regulamentando a Lei da Pesca, é o Decreto 8.967/2017 (BRASIL, 2017), que estabelece que o pescador profissional artesanal é a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar. Esses pescadores podem utilizar meios de produção próprios ou atuar em contrato de parceria, além de poderem operar desembarcados ou com embarcações de pesca com arqueação bruta menor¹³, ou igual a

¹³A Lei 11.959/2009 estabelece categorias para as embarcações de pesca comercial com base na arqueação bruta. Essas categorias são: pequeno porte, médio porte e grande porte. A arqueação bruta é uma medida que calcula o

vinte. Dessa forma, a lei não faz distinção entre pescador profissional e pescador artesanal.

Além de participarem ativamente da política sindical, os pescadores e pescadoras associados à Colônia de Pescadores Z-7 também se envolvem em atividades que visam conscientizar sobre a preservação do meio ambiente. Eles sabem que a pesca depende dos rios não apenas do rio Tocantins, mas de toda a sua bacia hidrográfica, incluindo aspectos relacionados à quantidade e qualidade da água, fatores cruciais para a existência do pescado. Como associados da Colônia, mesmo na pesca artesanal profissionalizada¹⁴, é fundamental considerar a necessidade de harmonia com os recursos hídricos e a biodiversidade aquática. Preservar os rios e afluentes é, portanto, uma condição simétrica à pesca, que não pode ser dissociada de sua sustentabilidade e preservação.

Os pescadores e pescadoras da pesca artesanal reconhecem na natureza sua principal aliada no cotidiano da atividade pesqueira. Essa relação simbiótica promove equilíbrio, evitando a exploração predatória dos recursos naturais. Portanto, a luta desses trabalhadores busca o reconhecimento de sua categoria e profissão, além da preservação de seu patrimônio cultural, dos recursos hídricos e da biodiversidade aquática.

De acordo com Gohn (2011, p. 335 e 336), movimentos que lutam por seus direitos podem ser vistos como "[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que permitem diferentes formas da população se organizar e expressar suas demandas [...]". Sob a perspectiva dos pescadores e pescadoras, os movimentos sociais recuperam as experiências adquiridas com seus antepassados, criando uma memória que dá significado e informações para as lutas atuais.

Para os pescadores e pescadoras vinculados à Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis (TO), as políticas públicas que promovem a pesca artesanal profissional no estado do Tocantins têm se mostrado um obstáculo para o comércio sustentável de peixes. As restrições atuais estabelecem que a venda de qualquer peixe deve exceder oito (08) quilogramas e não pode ocorrer fora dos limites do município de origem. Tendo isso em vista, a Colônia de Pescadores e a FETOPESCA têm se empenhado em pleitear a revisão dos critérios para a pesca e comercialização de peixes junto às autoridades estaduais. No entanto, até o momento, não têm obtido sucesso na obtenção de avanços práticos para os pescadores e pescadoras legalizados e associados às Colônias de Pescadores do Tocantins.

volume interno da embarcação, levando em consideração sua capacidade de transporte de carga. Ela é utilizada como um indicador do tamanho da embarcação. (BRASIL, 2009).

¹⁴ Para as Colônias de Pescadores, o registro (RGP) e a carteira de identificação do pescador são documentos essenciais para o reconhecimento profissional dos pescadores e pescadoras associados. O cumprimento dos requisitos estabelecidos no estatuto da Colônia de Pescadores Z-7 é fundamental para obter esses registros.

Os pescadores e pescadoras artesanais tocantinenses enfrentam uma série de desafios decorrentes das restrições e limitações impostas pela legislação estadual. Além de restrições impostas pela Lei Complementar nº 13, de julho de 1997¹⁵ (TOCANTINS, 1997), que proíbe a pesca artesanal e a comercialização de peixes com peso superior a 30 (trinta) quilogramas por pessoa nos rios tocantinenses. Em 2019, a Lei Complementar nº 121, de 15 de março de 2019¹⁶ (TOCANTINS, 2019), entrou em vigor, alterando o limite de peso permitido para 5 (cinco) quilogramas e estabelecendo que a comercialização deve ocorrer dentro dos limites do município do pescador. A não conformidade com essas especificações legais pode resultar no enquadramento do pescador no crime de "pesca predatória". Essas restrições legais têm impacto significativo na atividade da pesca artesanal, inviabilizando-a nos rios tocantinenses para os pescadores e pescadoras vinculados às Colônias de Pescadores do estado. Diante dessa situação, eles são forçados a migrar para os rios federais, como o Tocantins e o Araguaia, em busca de alternativas para a sua subsistência. A pesca artesanal depende do conhecimento sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade aquática, tornando-se essencial compreender os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras nesse contexto de restrições legais.

Além dos aspectos ambientais e de preservação, para os pescadores e pescadoras, articulados em categoria, a pesca artesanal desempenha um papel fundamental na economia local de Tocantinópolis (TO) e região, gerando renda e emprego para as comunidades ribeirinhas. A restrição da atividade aos rios federais limita as oportunidades de pesca e de comercialização dos produtos, afetando diretamente o sustento das famílias que dependem dessa atividade como principal fonte de subsistência.

A pesca artesanal emerge como uma alternativa de desenvolvimento que se destaca frente às demandas do mercado capitalista. Os pescadores e pescadoras valorizam-na como uma prática que incorpora princípios de respeito mútuo, compreensão do outro e da natureza, que visa enfrentar as múltiplas agressões infligidas ao ambiente e às comunidades. A criação de organizações próprias, como as Colônias de Pescadores, representa um passo crucial para transcender os paradigmas existentes e resistir às ameaças que podem enfraquecer os bens comuns, as culturas tradicionais e a classe trabalhadora.

Cunha (1988) salienta que, apesar da influência do ritmo da vida urbana e da organização da produção ligada ao capital comercial e industrial, bem como das crescentes

¹⁵ Lei Complementar nº 13/97, sancionada pelo governador José Wilson Siqueira Campos, regula as atividades de pesca, aquicultura, piscicultura e comércio de pescado no Estado do Tocantins, visando proteger a fauna aquática (TOCANTINS, 1997).

¹⁶ Lei complementar sancionada pelo então governador do Tocantins, Mauro Carlesse.

influências externas, o pescador e a pescadora artesanal ainda mantêm uma conexão significativa com o tempo natural. Isso é evidente na organização do seu cotidiano de trabalho na pesca, que não está estritamente definido por horários fixos. Em vez disso, ele intercala suas atividades em harmonia com o ritmo que a pesca impõe, mantendo um certo controle sobre o tempo. Embora essa relação esteja subordinada ao tempo do capital, a pesca ainda dita o ritmo das atividades diárias, coordenando-as com o seu próprio tempo.

Ao enfatizar a importância da pesca artesanal, sua organicidade e seu caráter como uma forma alternativa de desenvolvimento baseada nos saberes tradicionais da pesca, valoriza-se o respeito, a forma de perceber e interpretar o outro e a natureza. Essa abordagem visa combater as diversas agressões ao ambiente e às comunidades, refletindo tanto no território quanto nos saberes e na própria forma de organização social. No próximo tópico, serão abordados os saberes tradicionais da pesca e sua relevância para a pesca artesanal, uma vez que são esses saberes que permitem a prática da pesca de maneira sustentável e respeitosa, preservando tanto o meio ambiente quanto a cultura e as tradições dos povos que dependem da pesca para sua subsistência.

A Colônia de Pescadores Z-7, localizada em Tocantinópolis (TO), atua como principal articulador e representante dos pescadores e pescadoras em sua área de atuação, mantendo sua organização vinculada à federação estadual no Tocantins. Essa estrutura representativa oferece um espaço valioso para interações, tomada de decisões e mobilização, no qual os pescadores e pescadoras encontram apoio mútuo e solidariedade para enfrentar os desafios inerentes às suas atividades.

Especificamente no contexto da pesca artesanal, os membros da Colônia Z-7 se deparam com políticas públicas que frequentemente impõem restrições ao comércio sustentável de peixes, prejudicando sua atividade econômica. Diante desse cenário, a Colônia de Pescadores, juntamente com outras entidades representativas, tem se esforçado para coordenar ações no sentido de revisar essas políticas e promover condições mais favoráveis para os pescadores e pescadoras legalizados e associados.

Além de defenderem os interesses da categoria, as Colônias de Pescadores promovem a valorização da pesca artesanal como uma prática que vai de encontro aos paradigmas do mercado capitalista. Por meio do respeito mútuo, da percepção e interpretação do outro e da natureza, os pescadores e pescadoras artesanais combatem as agressões ao ambiente e às comunidades, preservando tanto o meio ambiente quanto a cultura e as tradições dos povos que dependem da pesca para sobreviver.

A constituição dessas organizações próprias, como a Colônia Z-7, é um passo

importante para fortalecer a identidade e a luta dos pescadores e pescadoras artesanais, proporcionando-lhes uma representação e integração significativas. Através da criação de grupos de trabalho, da realização de cursos e capacitações específicas, bem como da promoção de espaços de diálogo, a Colônias de Pescadores Z-7 tem procurado ampliar a participação ativa dos pescadores e pescadoras nas tomadas de decisão e definições de políticas que afetam diretamente suas atividades.

Conforme observado, as colônias, enquanto organicidade, embora não sejam o fator decisivo para o fortalecimento da categoria e do setor da pesca artesanal, representam a única forma de representação sindical. Apesar das perdas significativas com a edição da Medida Provisória 664 e a subsequente aprovação dos Decretos 8424 e 8425 de 2015, demonstraram a força e a mobilização das pescadoras e pescadores artesanais em todo o país. Como resultado, houve uma maior visibilidade da luta das comunidades pesqueiras em defesa de seus territórios e a conquista do direito das mulheres pescadoras à aposentadoria pelo Decreto 8499/2015.

Esse cenário afeta profundamente os pescadores e pescadoras artesanais, pois, além dos ataques ao seu modo de vida e identidade promovidos pela investida do capitalismo sobre os territórios tradicionais, as comunidades pesqueiras podem ser ainda mais prejudicadas pelo enfraquecimento e retirada de direitos em curso no Congresso Nacional, especialmente em relação à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária.

Neste momento, é crucial articular forças, fornecer formação e informação, bem como resistir para responder eficazmente à velocidade com que os retrocessos estão sendo propostos. O momento exige luta, e a história nos ensina que somente a luta transforma vidas.

Além disso, essa mobilização contribui para a preservação dos saberes tradicionais da pesca e para a promoção do desenvolvimento sustentável. É essencial criar mais oportunidades e mecanismos para que os pescadores e pescadoras sejam ouvidos e tenham suas demandas atendidas, garantindo, assim, uma pesca artesanal digna, justa e respeitada. Essas medidas visam valorizar o ambiente, as comunidades tradicionais e o trabalho desses profissionais, que desempenham um papel essencial para as populações locais.

3 OS SABERES TRADICIONAIS PESQUEIROS

Ao estudarmos os conhecimentos adquiridos pelas comunidades tradicionais de pescadores artesanais, levamos em consideração que o conhecimento prático, adquirido por meio de experiências vividas e compartilhadas, possui valor e importância concreta e contextualizada na comunidade. Esses saberes possuem um valor amplo, experimentado no cotidiano e em sua relação com os recursos naturais, como a água, bem como na luta pela sobrevivência. Ao estudar esses saberes, podemos entender os parâmetros dos pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO) enquanto povos, com maneiras e modos de sentir a vida e a natureza. Os saberes das comunidades pesqueiras não podem ser considerados isolados dos demais saberes sociais. Na verdade, esses saberes estão interconectados e integrados à medida que se relacionam com outros segmentos da classe trabalhadora. Os pescadores e pescadoras artesanais, por exemplo, apresentam uma correlação de interesses com outras comunidades de trabalhadores, em termos de referências de lutas e vivências.

É notável que as comunidades pesqueiras possuem um vasto repertório de conhecimentos e técnicas tradicionais, transmitidos ao longo de gerações, que desempenham um papel fundamental na sua sobrevivência e na extração de seu sustento dos recursos naturais. Esses saberes não se limitam apenas à pesca em si, mas abrangem também a gestão dos recursos pesqueiros, a conservação do meio ambiente e a organização social e política das comunidades.

Conforme destacado por Fonseca (2008), é interessante observar que mesmo aqueles que não têm a pesca como sua ocupação principal frequentemente se autodenominam pescadores, como se a pesca fosse uma identidade em si, independentemente de seu envolvimento direto na atividade. Isso reflete a presença de uma memória social nas comunidades, na qual os moradores se identificam e são reconhecidos como pescadores, independentemente das ocupações que desempenhem. Esse fenômeno ressalta a importância cultural e social da pesca nas comunidades pesqueiras, indo além de uma simples atividade econômica e destacando sua relevância na construção da identidade desses grupos.

Os pescadores e pescadoras artesanais, por sua vez, compartilham muitas dessas práticas e conhecimentos, além de terem enfrentado inúmeros desafios políticos, econômicos e sociais ao longo da história. Como resultado, eles desenvolveram um senso de solidariedade e cooperação que transcende suas próprias comunidades, e se estendem a outras classes trabalhadoras, tais como agricultores, trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas. Assim,

os saberes das comunidades pesqueiras não podem ser considerados isolados ou exclusivos, mas sim integrados a uma rede mais ampla de conhecimentos e práticas sociais. A correlação de interesses entre os pescadores e pescadoras artesanais e outros segmentos da classe trabalhadora é uma prova de que esses saberes têm um papel importante na construção de um mundo mais justo e equitativo

Segundo Diegues (1996), nenhuma ação promovida pelo homem sobre a natureza se inicia sem a existência de representações e ideias que gerem condições materiais de produção. É por meio das relações materiais entre o homem e a natureza que obtemos a síntese das três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações entre os homens e entre eles e a natureza. Diegues (1996) argumenta que o conhecimento e os saberes tradicionais possuem especificidades e qualificações próprias, construídas ao longo dos anos e em contato com a natureza, o ciclo das águas e da lua. Por esse modo, Diegues (1996) levanta questões sobre a necessidade de uma abordagem mais integrativa, reconhecendo e valorizando a sabedoria tradicional em conjunto com o conhecimento científico. Esse diálogo intercultural pode contribuir para estratégias mais eficazes de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais:

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influenciada lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências naturais, que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração "moderna" dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes). (DIEGUES, 1996, p. 71)

As comunidades tradicionais pesqueiras são aquelas que se dedicam à captura ou desembarque de espécies aquáticas, atuando sozinhas ou em conjunto com membros da família, ou outros pescadores e pescadoras, explorando o ecossistema aquático. Essas comunidades podem ser definidas como extrativistas, por retirarem recursos naturais do ambiente. A pesca artesanal pode ser realizada por meio de técnicas tradicionais ou com o auxílio do conhecimento tecnológico, e sua produção tem como foco total ou parcial os mercados locais. Os pescadores e pescadoras artesanais possuem uma relação direta com o ambiente natural, as águas e possuem conhecimento empírico sobre a utilização dos recursos naturais da região onde vivem.

Segundo Freire (1987, p. 49), "será a partir da situação presente, existencial e concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política". Freire (1987) destaca a importância da organização da ação política plenamente fundamentada nas necessidades e anseios das comunidades, levando em consideração suas vivências e conhecimentos locais. Os saberes adquiridos pelos pescadores e pescadoras artesanais ao longo de suas trajetórias são fatores essenciais que devem ser considerados nesse processo. De acordo com Freire (1997), os saberes adquiridos são fundamentais para a análise da situação presente e concreta, refletindo as aspirações e desejos do povo, possibilitando assim uma organização mais coesa e efetiva do conteúdo programático da situação ou da ação política. Nas suas reflexões, o autor destaca que os saberes das pessoas são expressões da compreensão do mundo em diversas dimensões de sua prática social. Essas manifestações incluem suas formas de expressão, narrativas, habilidades em cálculos, conhecimentos sobre outras realidades, práticas religiosas, saberes relacionados à saúde, corpo, sexualidade, vida, morte, além de suas crenças nos poderes dos santos. Todos esses elementos compõem um rico repertório de conhecimentos que permeiam suas vidas e influenciam suas ações e percepções do mundo ao seu redor.

Ao abordar o tema do conhecimento local e sua relevância para a preservação dos sistemas naturais, Escobar (2005) destaca a importância da manutenção dos saberes e territórios locais, em contraposição ao pensamento hegemônico do mercado que insiste em promover o desenvolvimento a qualquer custo, sem levar em consideração os conhecimentos dos povos tradicionais:

A questão do "conhecimento local" –em especial, do conhecimento dos sistemas naturais– também tem sido abordada nos últimos anos de várias óticas (cognitiva, epistemológica, etnobiológica e, de maneira mais geral, antropológica) e em conexão com uma variedade de temas, desde as taxonomias primitivas e a conservação da biodiversidade, até a política de territorialidade e os movimentos sociais. Centrou-se a atenção em aspectos tais como: os mecanismos através dos quais o conhecimento local opera, incluindo o aspecto de se "conhecimento local" é, em si, uma etiqueta apropriada para os mecanismos cognitivos e experimentais que estão em jogo nas relações das pessoas com os entornos não humanos; a existência e estruturação de modelos culturais da natureza, nos quais o conhecimento local e os sistemas de classificação estariam imersos; e a relação entre formas de conhecimento locais e formas modernas especializadas, em ambientes concretos, ecológicos e institucionais, por exemplo, no contexto dos programas de desenvolvimento e conservação [...] Antropólogos, geógrafos e ecologistas políticos demonstraram com crescente eloquência que muitas comunidades rurais do Terceiro Mundo "constróem" a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam, e portanto utilizam, os ambientes naturais de maneiras muito particulares. (ESCOBAR, 2005, p. 4)

Escobar (2005) ressalta que o conhecimento local, acumulado ao longo de gerações, é fundamental para a compreensão e manejo sustentável dos recursos naturais. Esses saberes tradicionais incorporam uma profunda conexão com o ambiente, baseada na observação, experimentação e interação contínua com os ecossistemas locais. No entanto, o pensamento hegemônico do mercado, influenciado pela lógica do crescimento econômico desenfreado, muitas vezes desconsidera esses conhecimentos locais em detrimento de práticas e abordagens padronizadas e centralizadas. Esse paradigma promove uma visão utilitarista dos recursos naturais, valorizando apenas sua exploração econômica, sem levar em conta os impactos socioambientais e a sustentabilidade a longo prazo.

Segundo MPP (2012), os pescadores e pescadoras artesanais possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que asseguram a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros. Já de acordo com Ramalho (2004), fazer parte da pesca artesanal é estabelecer uma relação de pertencimento com o ecossistema das águas, desenvolvendo uma conexão íntima com esse recurso ecológico. Essa relação de afetividade e conhecimento é essencial para o desenvolvimento das atividades pesqueiras de forma equilibrada e em harmonia com o ambiente aquático.

A manutenção dos saberes e territórios locais é essencial para a preservação dos sistemas naturais, pois esses conhecimentos estão intrinsecamente ligados à conservação da biodiversidade, à saúde dos ecossistemas e ao bem-estar das comunidades locais. Ao valorizar e fortalecer esses saberes, é possível promover uma abordagem mais integrada e sustentável, que considere a complexidade e a diversidade dos sistemas naturais e sociais. Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância dos saberes locais e apoiar as comunidades tradicionais na sua manutenção e transmissão às futuras gerações. Isso envolve a valorização dos conhecimentos ancestrais, o estímulo à participação das comunidades na gestão dos recursos naturais e o respeito aos direitos territoriais e culturais dessas populações.

De acordo com Charlot (2014, p. 81), "[...] Há muito saber incorporado no mundo em que vivemos, mas temos com ele uma relação mais mágica do que cognitiva [...]." O processo de formação do saber envolve diversos fatores sociais e ambientais que fazem parte de nossas vivências. Conseqüentemente, não é possível considerar a aquisição do conhecimento como um procedimento mecânico, sem a influência das circunstâncias e das relações sociais, e sem levar em conta as interações com o meio ambiente. Todos nós estamos submetidos a diversas formas de aquisição do conhecimento, e esses saberes possuem um desenvolvimento dinâmico e uma conexão com o indivíduo e a comunidade.

Nesse entendimento, os saberes adquiridos pelos pescadores e pescadoras são formulados a partir de suas realidades, em função de suas necessidades, da comunidade e do território. Conforme os pescadores e pescadoras apresentam semelhanças com outros saberes, possibilitam que as demais gerações mais novas sigam aprendendo e multiplicando saberes produzidos por outras gerações. Neste contexto:

Alguns consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos. Isso conduziu ao interesse pela diversidade cultural, que também está ameaçada pela mundialização de modelos culturais dominantes. (DIEGUES, 2000, p. 15)

Apesar disso, podemos estabelecer uma conexão ao considerar que os saberes mencionados por Floriani e Floriani (2021) são, de fato, habilidades e competências adquiridas pelos indivíduos por meio de suas experiências, relações sociais, lutas e resistências. Esses saberes moldam o comportamento das pessoas diante de suas vivências, influenciando suas intervenções na realidade. A compreensão dos saberes como elementos sociais é essencial, já que a totalidade de sua formação advém das interações dos indivíduos com o meio, o território e a cultura. Nesse contexto, os valores, o modo de produção, as lutas e as resistências se tornam elementos potenciais na geração de saberes capazes de conduzir a transformações e realizações. Nesse contexto, os saberes tradicionais, além de integrarem fontes de conhecimento, agregam uma forte carga ideológica e classista, constituindo-se em saberes que atendem aos interesses dos trabalhadores e contrapondo-se aos interesses do capital. Por esse modo, é oportuno considerar que:

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues 1983). Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. (DIEGUES, 2000, p. 18)

De acordo com Cunha (2009), pescadores artesanais e diversas comunidades pesqueiras frequentemente recorrem a expressões que evocam fenômenos da natureza, como,

por exemplo: "a lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo". Essas expressões fazem parte do universo cósmico dos mais velhos e possuem grande importância na referência de presença no espaço aquático e na modalidade de captura, onde a lua é a principal componente de referência. É possível constatar que tais expressões são bastante utilizadas por essas comunidades como forma de coesão e comunicação interna, além de representarem um valioso patrimônio cultural imaterial.

De outro modo, a previsão desse tempo é em parte feita em terra, assim como o preparo das embarcações e a colocação das redes em seu interior, para a navegação e a realização das pescarias. Convém salientar, aqui, que mesmo dependente das forças que regem o mundo marinho, não é a natureza em si que comanda a ordenação do trabalho do pescador, os intervalos e a sucessão das tarefas; portanto, seu ritmo de tempo é regido pela própria atividade, que se desenvolve na interseção entre cultura e natureza. (CUNHA, 2009, p. 61)

Porto-Gonçalves (2006) afirma que o território é um espaço que é apropriado e transformado pelos sujeitos e grupos sociais, tornando-se algo próprio para eles. Nesse sentido, o território é instituído e afirmado por meio desses processos de territorialização. É importante compreender que sempre existem relações entre o território e a territorialidade, ou seja, as práticas sociais que envolvem a construção e a vivência do território. Os saberes, por sua natureza, são representações das relações entre indivíduos e refletem o posicionamento coletivo necessário para a sobrevivência da comunidade. No entanto, há um fator de contradição, já que a lógica capitalista se insere na formulação de valores, conhecimentos, atitudes e habilidades, direcionados para a manutenção do saber uniforme e do status quo das necessidades do modo de produção capitalista. Isso envolve a lógica da exploração dos recursos naturais, concentração de riquezas e a manutenção do *modus operandi* da mais-valia¹⁷. Entretanto, é preciso compreender que as comunidades tradicionais, incluindo a classe trabalhadora, em geral, também geram e mediam valores, habilidades e conhecimentos contextualizados no interesse coletivo, em síntese contra-hegemônica, direcionada para a solução dos problemas da vida diária na comunidade.

Nas comunidades tradicionais de pescadores, os saberes são construídos por meio do convívio com a comunidade e a natureza (Figura 5), uma vez que dependem destes recursos, estando em contraposição aos interesses privados do mercado, que não são objetivos

¹⁷ O conceito de Marx para a Mais-Valia é baseado na transformação do valor de uma mercadoria, resultando em mais-valor ou mais-valia. O capitalista compra a força de trabalho por seu valor e cria as condições para o excedente, permitindo que o trabalho morto se converta em trabalho vivo. A atividade do trabalhador ocorre sob o comando do capital, e o produto pertence ao trabalhador de jure. O mais-valor surge da transformação do valor de uma mercadoria que é pago após a recriação do valor de troca. (MARX, 2011, p. 102)

fundamentais de sua existência. É por meio da perspectiva dos pescadores e pescadoras da pesca em Tocantinópolis (TO), organizados e representados pela Colônia de Pescadores Z-7, que podemos compreender a representação dos saberes sociais. Esses saberes são resultados do conhecimento tradicional transmitido de geração em geração, sendo eles a base fundamental da consciência de classe, da sobrevivência cotidiana, da preservação do meio ambiente e da defesa do território das comunidades pesqueiras.

Floriani e Floriani (2021) destacam que a construção de sujeitos ecológicos, vinculada a projetos de autonomia socioambiental, ocorre quando esses sujeitos incorporam seus sistemas de práticas ao desenvolvimento de uma consciência ética sobre a natureza, o cuidado e o bem-viver. Nesse cenário, os saberes emergem das vivências, lutas e resistências cotidianas, representando um processo dialético que atribui significados a habilidades, conhecimentos, valores e atitudes tanto para o indivíduo quanto para a comunidade. O estudo das relações sociais e dos saberes transmitidos pelas populações tradicionais pesqueiras assume uma relevância crucial diante dos desafios conflituosos da pós-modernidade.

Os costumes, saberes e como os povos tradicionais produzem seus alimentos, em sua maioria de perfil artesanal, nem sempre estão em harmonia com o modo de produção acelerado do capital, de grande influência na produção em larga escala industrial, para o consumo em massa. Para os pescadores e pescadoras artesanais, o território e sua segurança alimentar conflitam com a mudança de paisagem, na alteração das rotinas tradicionais da pesca artesanal. É importante considerar que:

Os diálogos de saberes se colocam como um meio de (re)significar os conceitos geográficos de ambiente e território, para que os mesmos correspondam a uma melhor leitura da realidade estudada e sejam operacionais e apropriados pelos sujeitos da pesquisa. O reconhecimento dos saberes tradicionais dos pescadores, em sua dimensão territorial, parece superar a lacuna conceitual do conteúdo da “tradição” do conhecimento. Ainda contribui para o estabelecimento de políticas públicas para a pesca artesanal brasileira, congruentes com as particularidades dos diversos territórios tradicionais das comunidades de pescadores artesanais. (DE PAULA, 2018, p. 29)

Figura 5 - A hora certa para a pesca.



Fonte: autor (2022)

Assim como a organização social, as narrativas e as tradições da população pesqueira local têm suas raízes no conhecimento transmitido de geração em geração, em íntima relação com o ambiente aquático. A oralidade desempenha um papel importante na transmissão desse conhecimento e é uma característica importante na identificação das relações dentro da comunidade pesqueira local. Para além dos costumes e narrativas, o conceito de território para as populações tradicionais consiste “[...] envolvendo o campo dos sentidos e da sensibilidade humana, que seriam particularmente moldados pela ‘natureza’ ou pela ‘paisagem’ ao seu redor. Esta visão sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço”. (HAESBAERT, 2006, p. 118).

Os pescadores e pescadoras praticam a pesca artesanal, que é um modo de produção exclusivamente dependente dos recursos naturais. Para garantir a sobrevivência, é necessário preservar a natureza e as águas, criando uma relação simbiótica que garante a manutenção do ciclo de produção sustentável. Além disso, as relações comerciais e não comerciais geram uma rede mútua e produtiva de distribuição do pescado. Os saberes envolvem a preservação, produção, consumo, relações sociais, o território e colaboram na organização das práticas sociais.

Os pescadores e pescadoras artesanais “[...] possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros [...]”

(MPP, 2012, p. 4). Dessa forma, a pesca e a agricultura camponesa são consideradas atividades econômicas que garantem seu sustento, geralmente provendo parte de sua alimentação com produtos da terra e dos rios. Nesse contexto, a relação entre o conceito de meio ambiente e trabalho constitui espaços definidos. Isso constitui uma característica peculiar dos pescadores e pescadoras, diferenciando-os de outros trabalhadores que não vivem da pesca. Assim:

O tempo natural, expresso na mesa artesanal, não está dissolvido no tempo mercantil e industrial capitalista, embora com este se articule ou ele se subordine. Neste sentido, o tempo do pescador, no ritmo do pescador, no ritmo diário, se apresenta como dissonante da ordem fabril porque contempla liberdade ausente. (CUNHA, 2001, p. 109)

Os pescadores e pescadoras artesanais têm valores próprios e utilizam técnicas que asseguram a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros (MPP, 2012, p. 4). Dessa forma, a pesca e a agricultura camponesa são consideradas atividades econômicas que permitem o acesso aos meios de subsistência, muitas vezes fornecendo parte da alimentação com produtos da terra e dos rios. Nesse raciocínio, a relação entre o conceito de meio ambiente e trabalho constituem espaços definidos:

como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 254).

Cunha (2009) destaca que este conhecimento, moldado por diálogos e enfrentamentos com os movimentos naturais, necessita de constante atualização, restauração e revitalização para garantir sua perpetuação ao longo do tempo. Esse esforço torna-se particularmente crucial diante da urgência de novos paradigmas para o uso sustentável dos recursos naturais. Como resultado, os saberes adquiridos são fruto de experiências e tradições transmitidas de geração em geração pelos mais velhos das comunidades. Esse processo de aprendizado baseia-se na valorização do sistema de conhecimento ambiental dos pescadores e pescadoras, em sintonia com o meio ambiente e em consonância com a realidade socioeconômica em que vivem. Neste entendimento, a:

perspectiva de aprendizagem como sendo um processo de formação humana, criativo e de aquisição de saberes e certas habilidades que não se limitam ao adestramento de procedimentos contidos em normas instrucionais, como em algumas abordagens simplificadoras na atualidade. Certamente que em alguns casos há a incorporação ou a necessidade de desenvolver alguma habilidade ou grau de

"instrumentalidade técnica", não como principal objetivo e nem o fim último do processo. (GOHN, 2013, p. 39).

Os pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO) consideram os locais onde desenvolvem suas atividades laborais como uma extensão de suas vidas. Não se trata apenas de áreas de terra e/ou água, mas sim de ambientes conhecidos, nomeados e respeitados.

É no oceano, ou no mar, que os pescadores se lançam todos os dias para pescar e conviver num certo tempo e espaço, e a terra é o substrato, o território de convivência social, cultural e afetiva, passando a significar a ampliação da vida de relações entre eles. (SILVA, 2010, p. 59).

Os pescadores e pescadoras possuem um forte vínculo com suas raízes e valores que são transmitidos através do convívio com suas famílias. As lições e exemplos dos pescadores e pescadoras artesanais mais velhos costumam inspirar e orientar os mais jovens, cativados pela sabedoria adquirida ao longo de anos de experiência. Em geral, eles compartilham suas práticas e vivências no meio natural, mergulhando nas águas e convivendo com a diversidade aquática e as espécies de peixes presentes na região. O pescador interlocutor 1 descreve sua trajetória de vida baseada na convivência com a sua família inteiramente dedicada à pesca artesanal:

Eu sou filho de pescador, sou neto de pescador e, coincidentemente, uma coisa incrível que o mundo faz com a gente é a volta que ele dá. Minha infância foi aqui, na mesma rua em que está sediada a Colônia, a colônia de pescadores. Morei muitos anos aqui. Então, minha mãe arrumou emprego no Estado como ASG, e fomos para Vandérlândia. Passamos dez anos lá, mas meu pai sempre nos levava para os ribeirões, para os córregos, e às vezes íamos ao rio Araguaia pescar. Essa herança vem desde aquela época, é algo que puxamos.

Desde a infância, já nascemos vendo nossos pais e avós nesse rio. Minha mãe também pescou muito com meu pai. Ela era a companheira dele, pescava e andava de dia e de noite. Assim como a maioria dos nossos pescadores, essa tradição vem de herança familiar. Na época, sabemos que a vida não era fácil e eles dependiam tanto da roça quanto da pesca para sustentar os filhos. Sou o filho mais velho de seis irmãos: cinco homens e uma mulher.

Meu pai, além de pescar, também fazia trabalhos de pedreiro para complementar a renda, e minha mãe lavava roupas para outras pessoas. Precisávamos disso para sobreviver. Meu pai ia pescar para conseguir o alimento do dia a dia, para sustentar os filhos e ter o que comer. Era uma luta constante.

A partir dessa experiência do meu pai, desenvolvemos um amor pela profissão que exercemos. É por causa dos nossos avós, da herança familiar, está no nosso sangue. Começa desde os mais velhos e vai sendo passado como herança. Dos meus seis irmãos, eu sou o único que segue a profissão de pescador como profissional, na minha casa. Mas todos gostam de pescar, embora não tenham conseguido transformá-lo em uma profissão. (Pescador Interlocutor 1, 2022)

O relato acima destaca a influência marcante da herança familiar na vida, que segue a profissão de pescador, uma tradição passada por seus avós e pais. A narrativa também ressalta

os desafios enfrentados pela família, que dependia tanto da pesca quanto de outras atividades para garantir sua subsistência. Essa experiência moldou o amor e a dedicação com a atividade da pesca, evidenciando como as tradições familiares e as lutas cotidianas contribuíram para a formação de sua identidade como pescador. As relações familiares constituem a continuidade dos conhecimentos e saberes em torno da pesca artesanal, os quais culminam no conhecimento representativo e nas lutas em prol da defesa dos pescadores e pescadoras. Filho e neto de pescadores, pescador Interlocutor 1 compõe a mesa diretora da Colônia de Pescadores Z-7 e faz questão de mencionar a herança e legado dos saberes família como exemplo de pescador:

Meu pai e minha mãe sabem fazer rede, sabem fazer tarrafa, pesca e assim, a gente começou profissionalmente. Como falam, profissionalmente, assim, de carteira, através do meu pai, meu pai que trouxe, meu pai foi o primeiro filiado da Colônia, hoje é aposentado. Foi meu pai que trouxe para me tirar a minha primeira carteira de pescador profissional. Ele já me trouxe, já com o intuito, justamente, que a fiscalização muito rígida e muito, é muito rígida e aí eu gostava de pescar, eu ia pescar sozinho e ele com medo de a gente estar perdendo atrás, que é uma coisa caríssima.

Como fala, a pescaria artesanal é uma pescaria familiar. Que a gente pega de herança da família e por isso que a gente, hoje, a gente pega, tem a carteira de pescador profissional, artesanal e que é muito gratificante estar nessa área. Difícil é, tem suas complicações, tem seu perigo, mas é um modo de vida. Hoje, como a gente sempre fala, o pescador artesanal pega o alimento mais nobre que existe no mundo, no que existe. (Pescador Interlocutor 1, 2022)

Os relatos e a oralidade dos pescadores e pescadoras descrevem o comum e reafirmam os elementos de responsabilidade e reciprocidade que estabelecem os princípios próprios da pesca artesanal em suas diversas formas. Conforme Dardot; Laval (2017), o comum não deve ser tratado como um objeto a ser possuído ou criado, mas sim como um princípio político fundamental que deve ser utilizado como base para a construção, preservação e ampliação de bens comuns. Em outras palavras, o comum é visto como um conceito que orienta e dá vida aos bens comuns. Por esse modo, o comum deve ser percebido como um co-fator na atividade que fortalece, preserva e dá sentido à pesca artesanal.

A trajetória do pescador interlocutor 4 é marcada pela condição de ser um sem-terras, mesmo após muitos anos de vivência. Como parte da formação dos pescadores, pescadoras e ribeirinhos de Tocantinópolis (TO), ele compartilha suas experiências e observações sobre a falta de acesso à terra. O relato a seguir revela a realidade em que trabalhava como agregado, residindo nas terras de fazendeiros da região. Mesmo com o passar dos anos, o pescador interlocutor 4 ainda enfrenta a incerteza em relação à propriedade da terra que ocupa. Esse relato evidencia a persistência da condição de sem-terras e nos faz refletir sobre as questões

agrárias e a importância de compreender as vivências dos pescadores e pescadoras artesanais na luta pelo acesso à terra:

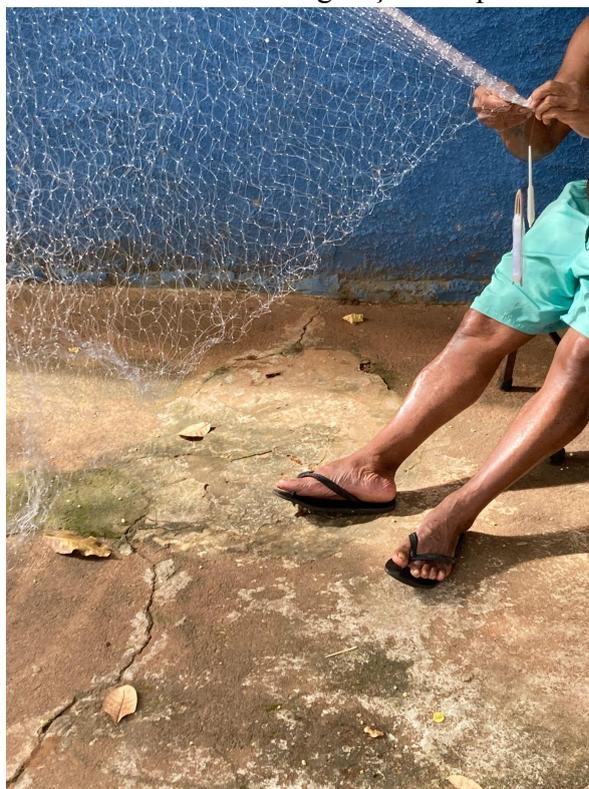
Não tinha terra, a gente trabalhava como agregado. Nós morava na terra de uns fazendeiros, na região conhecida como Tabosa, perto do Ribeirão Santana. Também morávamos na terra de uns outros fazendeiros, perto de um córrego que desemboca no Ribeirão Santana. Tudo ali era pertinho um do outro, sabe? A gente morava nas terras desses fazendeiros, mas hoje nem sei mais de quem é essa terra. É isso aí. (Interlocutor 4, Pescador, 2023)

O pescador, em seu relato, enfatiza a falta de posse de terra própria para a família, que vive como agregado nas terras de fazendeiros. Isso demonstra a interconexão entre o território terrestre e a prática da pesca. A incerteza sobre a propriedade atual da terra indica uma falta de pertencimento territorial estável. Esse contexto reforça a importância do espaço terrestre para a sustentação da vida e da atividade pesqueira da família.

De acordo com Sautchuk (2007), a conquista do controle territorial e do acesso aos recursos na pesca não se baseia apenas no domínio do processo produtivo, mas também na capacidade de replicar as habilidades necessárias para realizar a atividade. Ao contrário do ambiente terrestre, onde a apropriação do espaço pode ocorrer antecipadamente, no contexto hídrico, a possibilidade de acesso está intrinsecamente ligada à competência para explorá-lo. Os saberes geram a unidade necessária, constituindo a ação conscientizadora dos povos tradicionais da pesca artesanal, fazendo sentido no que se faz na comunidade, possibilitando a manutenção dos sentidos da vida em comum e constituindo o sentido dos comuns. Os saberes, enquanto prática do comum, expressam a realidade e o dia a dia dos pescadores e pescadoras na atividade da pesca artesanal, como forças antagônicas à condição de objetos da especulação do mercado capitalista.

O conhecimento dos pescadores e pescadoras mais velhos tem valor educacional (Figura 6), uma vez que os mais novos na comunidade pesqueira necessitam desse conhecimento e experiência para a continuidade da atividade da pesca artesanal. Assim, o "conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer" (DIEGUES, 1983, p. 195). Na troca de experiências, há reciprocidade, amizade e companheirismo, que, como o terceiro fator responsável pelo sucesso e riqueza, nos remetem à importância da solidariedade na pesca realizada em companhia e em sociedade (DIEGUES, 1983, p. 196).

Figura 6 - Confeção da rede de pescar, uma forma de artesanato transmitida através das gerações de pescadores.



Fonte: autor (2022)

De acordo com Gohn (2013), a articulação do conhecimento como resultado da educação não formal consiste em processos sociopolíticos, culturais e pedagógicos de formação. Isso significa que o indivíduo adquire conhecimento por meio da interação com práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolvem meios e formas variadas. O saber/fazer pesqueiro engloba informações sobre os diferentes tipos de pesca, o momento ideal para pescar e os tipos de peixes, além das técnicas de captura.

Tocantinópolis (TO) é uma cidade com fortes raízes indígenas e possui uma vasta área de rios e ribeirões. Nesse ambiente, é possível observar traços de práticas herdadas dos indígenas, como os ensinamentos transmitidos de geração em geração. Seu Interlocutor 2, um pescador com mais de 45 anos de experiência em Tocantinópolis (TO), conta que veio para a região na década de 60 do século XX, ainda na infância, com sua família do Maranhão. Na época, a posse da terra ainda era um sonho, e eles viviam do arrendamento de terras para a quebra do coco babaçu.

Eu pratico a pesca artesanal desde quando me entendi de gente. Desde criança. Iniciei acompanhando meu tio. Ele era pescador profissional, hoje falecido. Mas era pescador profissional, vivia da pesca. E eu comecei quando criança ainda, andando

com ele no meio da canoa, eu não tinha forças para remar, mas sempre estava ali junto com ele, porque era uma das atividades que nós tinha para nossa sobrevivência no local em que a gente vivia. Eu nasci numa área indígena, aqui próximo a Tocantinópolis (TO), e a nossa sobrevivência era tirada do rio ou da roça, a gente trabalhava de roça. E na hora de fazer algum dinheiro tinha que pescar, para vender o pescado, o peixe, para fazer o dinheiro.

Então eu iniciei quando criança ainda, com meu tio. Vendo como ele pescava. E com isso levei gosto. Como não tive estudo, terminei praticando o mesmo que ele. Passei a ser um pescador. Não profissional como hoje, com a minha população, porque na época não existia documentos profissionalizantes para pescadores, como existe hoje. Antes não tinha e eu era apenas um pescador. (Interlocutor 2, Pescador, 2022)

A interconexão entre a agricultura e a pesca tradicional é um tema de grande importância na região, especialmente ao considerarmos a proximidade com o território dos povos indígenas Apinajés. Segundo relatos de um dos pescadores pioneiros da região, essa relação tem suas raízes no uso sustentável dos recursos naturais e na valorização da terra como meio de subsistência. Giralдин; Apinagé (2019) citam a versão dos povos indígenas Apinajés sobre a origem da imagem da Santa, um monumento fluvial próximo à orla do município de Tocantinópolis (TO). Esses relatos evidenciam a estreita conexão dos povos locais com o território e com as tradições ancestrais, fundamentais para a preservação dos sistemas naturais:

Conta-se que um grupo de Apinaje estava pescando às margens do Tocantins, próximo do local onde o padre residia, quando encontraram a imagem de uma Santa dentro do rio, em meio às pedras. Ao percebê-la, quiseram “matá-la” à bordunadas. Alguns deles, entretanto, ponderaram que deveriam levar “aquilo” para o padre. Este, então, teria chamado alguns moradores locais (não indígenas) para carregar a Santa, os quais não conseguiram retirá-la de dentro da água por acharem-na muito pesada. Alguns Apinaje foram incumbidos para a tarefa e retiraram, sem dificuldade, a imagem de dentro da água, levando-a para o padre. Este mandou construir uma capela para abrigar a Santa e, desde então, os padres passaram a tomar conta dela. (GIRALDIN; APINAGÉ, 2019, p. 267)

Durante as décadas de 1960 e 1970, as famílias camponesas de Tocantinópolis (TO) conviviam em áreas que ainda não haviam sido demarcadas para os indígenas. Nesse período, fazendeiros ocupavam essas terras e alugavam os babaçuais para os camponeses, que sobreviviam da extração do coco babaçu. Com o tempo, esses camponeses se tornaram pescadores e mantiveram a tradição da exploração do babaçu como fonte de renda adicional. Seu Interlocutor 2 descreve bem esses momentos:

Existia uma quebra de coco na nossa região lá e quando meu povo foi para lá, eles foram para quebrar coco. Aquele pessoal quebra coco na região, então que a maioria sobrevivia disso, quebra de coco. Então, era quebra de coco, roça e pesca. Então, a gente não convivia direto com os índios, nós vivíamos na área do Rio, na área de dono, tá? E os indígenas ficavam um pouco para cima, só que aí ao longo dos anos

veio a, como é que se diz, a ceder aquelas terras para os índios. E aí foi quando eles tiveram o pessoal, como é que se diz, os brancos tiveram que sair da área indígena. Porque aquela área se chamava de área indígena. Nossas raízes foram para lá para quebra de coco.

Vim do Maranhão. Era um meio de sobrevivência daquele povo carente que não tinha profissionalismo. Não tinha profissão. Então, e aí aquele povo foi se chegando, foi ficando, tinha aqueles fazendeiros. Que iam aglomerando pessoas e dando moradia para aqueles quebradores de coco. Como se dizia, na época, as pessoas arrendavam o cocal, era arrendado por fazendeiro. Aí, juntavam as famílias para quebrar o coco. Daí surgiu a nossa necessidade, dos nossos familiares, de se sobreviver do rio também, não só do coco. (interlocutor 2, Pescador, 2022)

No município de Tocantinópolis (TO), é necessário descrever as práticas dos pescadores e pescadoras artesanais, a fim de compreender sua cultura, modo de vida, forma de organização e saberes adquiridos no âmbito da pesca artesanal. É fundamental considerar, nesse contexto, os saberes e desafios presentes no território de pesca, como elementos intrínsecos para entender os sujeitos ativos nessa atividade em Tocantinópolis (TO).

A experiência de anos como pescador/pescadora se articula com os saberes da natureza, permitindo ao pescador/pescadora manejar as embarcações e os recursos naturais de navegação de forma eficiente. Os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, aliados à observação dos astros, planetas e lua, contribuem para o sucesso da pesca. O pescador valoriza a compreensão do funcionamento da natureza e sua utilização a favor de uma pesca bem-sucedida. Além disso, o respeito aos perigos do rio é essencial para garantir resultados positivos na pesca. Os pescadores artesanais desempenham um papel fundamental, pois possuem conhecimentos sobre a natureza, o fluxo das águas e o modo de vida das espécies aquáticas. Esses saberes são essenciais para a sobrevivência do pescador e o respeito aos ciclos naturais do meio ambiente. Conforme seu relato, o pescador, Interlocutor 2, possui o hábito de pescar durante a noite e compartilha sua estratégia para encontrar o local e o momento ideais para a captura dos peixes:

Cada um tem um método diferente de andar no rio. Eu ando no rio, às vezes, não preciso de lanterna porque eu me baseio nos planetas, nas estrelas. A gente tem aquele conhecimento de planetas, de estrelas. Aí você já tem mais ou menos um rumo para onde você vai. Como faz muitos anos andando no mesmo trajeto, a gente tem aquilo já na memória. Eu não preciso olhar para a água ou para a pedra que ela está chegando. Eu olho para cima à noite. Aí o clarão se abre embaixo. Você não precisa olhar reto para enxergar uma pedra na sua frente. Você não precisa olhar reto para enxergar uma pedra na sua frente. Olhando para cima, você vê os planetas. Mas abre um clarão embaixo. O que tiver de turvo na sua frente vai ser uma coisa que você não pode bater. Aí você já começa a ir desviando. Tem a força da água. Ela te tira no bico da canoa. Se ela está te jogando para um lado, você tem que ir contra. Porque aí você vai pegar o rumo certo. Só tem duas formas de pilotar. Jogando o manche para um lado ou para o outro. E a água é que te controla na pilotagem. Porque quando ela puxa para um lado, você tem que passar para ela não ir e pegar o rumo certo. E a questão da visão é você olhar para os planetas. Olha para cima. Olha

para cima que você vê o clarão embaixo e você pode se salvar de uma pedra, de um lugar que não é para você entrar. Porque você olhando diretamente, ela vai estar turva. Você não vai ver. (Interlocutor 2, Pescador, 2022)

O conhecimento e os saberes da pesca artesanal são adquiridos por meio das relações vivenciadas tanto no convívio familiar quanto na comunidade. Esse entendimento indica que a pesca artesanal é uma característica marcante da cultura comunitária. Os pescadores e pescadoras artesanais adquirem conhecimento sobre a pescaria, o ciclo das águas, o ecossistema aquático, os vários ambientes propícios para as diversas espécies de peixes, além de aprenderem o manejo dos instrumentos de pesca e a identificação dos melhores pontos de pesca por meio das práticas e observações da pesca. A pescadora Interlocutor 3 conta vários anos de experiência e conta com a percepção pautada nos seus conhecimentos e valores adquiridos ao longo dos anos:

Olha, eu sou muito curiosa, eu aprendi indo pescar com o pessoal mais velhos, pescador mais velho. É com os mais velhos que a gente tem mais experiência. Eu pescava muito, mas tinha muita coisa que tinha outros meios para a gente fazer a nossa captura do nosso pescado, porque eu não sabia. Porque tem muito, muito tipo de pesca. Então eu indo pescar com o pessoal mais velho, eles iam me ensinando tipo de malha, grossura da linha, as malhadeiras. Eu a coisa que eu tinha mais vontade era de pilotar um motor, sabia pescar, tinha canoa, mas não era naquela época do remo que eu vivia, era remando. Então eu agradeço, essas pessoas que me deram oportunidade e que as pessoas também que quando me chamavam para pescar os mais velhos, sempre eu queria estar no rio, porque era para eu ter mais conhecimento. (Interlocutor 3, Pescadora, 2022)

Nesta narrativa, A pescadora Interlocutora 3 compartilha suas experiências e aprendizados, na prática da pesca, os quais foram transmitidos por seus amigos e familiares. Seu relato destaca que a maioria dos pescadores e pescadoras artesanais aprendeu observando e praticando, seja ao observar as técnicas de outros pescadores e pescadoras ou na rotina diária com a família, ou comunidade.

O conjunto de saberes culturais dos pescadores é formado pela composição de seus costumes, expressões, práticas e produtos relacionados à atividade da pesca, os quais remetem às suas vivências, memórias e identidade. Esses saberes têm como principal significado a preservação do patrimônio cultural da comunidade, grupo social e território associado. É fundamental ter consciência da importância de preservar os costumes, práticas e manifestações culturais que compõem a vida e o cotidiano das pessoas, passando por transformações ao longo do tempo. Os saberes estão intrinsecamente ligados à identidade do pescador, representados pelas práticas da pesca, e permanecem vivos nas narrativas dos

entrevistados, que valorizam a pesca por sua importância para suas vidas, famílias, comunidades e comércio local.

A pesca, para muitos, é muito mais do que uma simples atividade de lazer ou subsistência. Ela carrega consigo uma rica história de tradições e influências familiares que se perpetuam ao longo das gerações. Conforme seu relato, o pescador interlocutor 5 compartilha sua profunda ligação com a pesca, enraizada em suas próprias raízes. Desde seu avô até seu tio, que o criou como pai, a família viveu às margens do rio Tocantins, testemunhando a abundância de peixes e criando um legado de amor pela pesca. Através das memórias vivas e da gratidão que o entrevistado expressa, podemos compreender como essa atividade se tornou fundamental em sua família ao longo do tempo:

A minha influência com a pesca já vem das minhas raízes passadas, né? Que é o meu avô, o meu bisavô e o meu pai de criação, que era meu tio. A gente foi criado ali na beira do rio mesmo. Nascemos próximo à água do rio Tocantins. E eu me espelhei muito. Meu avô indo por rio, mais meu tio. Eles pegando aqueles peixes, né? Grande quantidade de peixe, que era maravilhoso nessas águas aqui. Antigamente era boa demais, farta de peixe.

O meu avô, quando ele passava ali do que estava de casa, que eu via ele chegando do rio. Aqueles peixes pendurados numa vara. Aquele jaú, filhote, pirarara. Só peixe mesmo, né? Peixe de primeira, peixe que antigamente era fácil de ser visto aqui na nossa região. E aí veio a minha influência, viu? Meus avós, meu bisavô, meu tio. Foi pessoas que foram... Umas pessoas que me espelharam muito. E eu sou muito grato. Eles já se foram, Deus os tenha, mas... A pesca está sendo um ato fundamental na minha família desde longas datas. (Interlocutor 5, Pescador, 2023)

As relações culturais e os saberes possuem correlação necessária para seu desenvolvimento. Geertz (1989) considera que o conceito de cultura não possui referências múltiplas, nem formas de ambiguidade., ou seja:

denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 1989, p. 66)

Compreender as práticas da pesca artesanal e os saberes envolvidos é considerar a maneira como os pescadores organizam e articulam sua produção social, métodos de trabalho, diversidade de processos técnicos e significados simbólicos, todos construídos cultural e socialmente. Os saberes dos pescadores têm raízes sólidas na organização das formas tradicionais comunitárias e nas relações com o meio ambiente. Mesmo diante das mudanças sociais, acesso a tecnologias modernas, comércio e outros fatores determinantes, a preservação do conhecimento pesqueiro permanece vital. O conhecimento e os saberes dos

pescadores e pescadoras não são uma imposição da natureza, mas uma forma sustentável e desejável de viver em harmonia com a natureza e a comunidade (Figura 7).

Figura 7 - Pescadores em confraternização e roda de conversa.



Foto: Colônia de Pescadores Z-7

Os relatos coletados na comunidade pesqueira de Tocantinópolis (TO) evidenciam que os conhecimentos tradicionais adquiridos pela comunidade local são detalhados e convergentes com as observações científicas. Os pescadores e pescadoras compartilham informações vivenciadas ao longo de anos de convívio com a natureza e a biodiversidade aquática. Eles descrevem seus saberes, refletindo sua visão de mundo, da natureza e da vida, constituindo uma fonte valiosa de conhecimento.

Os depoimentos simples, porém substanciais, dos pescadores e pescadoras demonstram objetividade e empoderamento durante as entrevistas de campo. A sinceridade em suas palavras enfatiza seu vínculo com suas origens e a profissão de pescador. Os relatos representam décadas de experiência e convívio com as águas, os peixes, as embarcações e as variações climáticas. Eles também expressam preocupações sobre os impactos causados pelos represamentos, o assoreamento das margens e a redução da biodiversidade aquática do rio.

3.1 O território da pesca e a formação dos saberes pesqueiros

O território das comunidades de pesca artesanal está intrinsecamente ligado ao meio ambiente e à ecologia das águas, demonstrando uma dinâmica peculiar e o desenvolvimento de tradições e conhecimentos específicos. Esses saberes são transmitidos de geração em geração através do seu modo de vida, configurando um conhecimento empírico baseado na prática e observação dos ciclos da natureza, como o deslocamento dos cardumes, os padrões das águas, as fases da lua e os locais de reprodução. Portanto, podemos caracterizar esse território como um território de tradição, sustentado por essas práticas ancestrais. É importante destacar que, dentro desse contexto, o território das comunidades pesqueiras tradicionais não deve ser interpretado como conservador no sentido político tradicional. Por esse modo:

O território está presente na teoria do espaço e do comportamento humano por meio do poder, do desejo e da necessidade que nos leva à existência. Da geopolítica para a micropolítica e a biopolítica, o território está na análise das relações de poder presentes no gênero, na raça e na etnia; nas divisões de classes sociais; no trabalho; na economia, na educação e na política. (OLIVEIRA, 2020, p. 43-44,)

Para Little (2002), os povos tradicionais e o território possuem valor de bem coletivo, comum, que deve ser compartilhado e preservado:

No caso dos povos tradicionais do Brasil, uma grande semelhança pode ser detectada nas distintas formas de propriedade social, que as afastam da razão instrumental hegemônica com seu regime de propriedade baseado na dicotomia entre o privado e o público. Todavia, a razão histórica a elas subjacente incorpora alguns elementos que muitas vezes são considerados como públicos - isto é, bens coletivos -, mas que não são tutelados pelo Estado; ou seja, essa razão histórica introduz coletividades que funcionam em um nível inferior no plano do Estado-nação. No entanto, incorpora elementos comumente considerados como privados, no caso de bens pertencentes a um grupo específico de pessoas, mas que existem fora do âmbito do mercado. Como os territórios desses grupos fundamentam-se no arcabouço da lei consuetudinária, raras vezes reconhecida e respeitada pelo Estado, as articulações entre esses grupos são marginais aos principais centros de poder político. Mas é igualmente claro no registro etnográfico sobre os povos tradicionais que eles estabelecem territórios no sentido aqui definido. (LITTLE, 2002, p. 259-260)

A relação da comunidade pesqueira com o ciclo das águas e as diversas espécies de peixes contribui para a formação da identidade e dos saberes tradicionais, tendo o território como seu elemento central. Nessa perspectiva, o território é o lugar onde o conhecimento e a prática da pesca se acumulam e são compartilhados. É o espaço por excelência onde as ações

e os indivíduos desse território são gerados e perpetuados. Na comunidade pesqueira, o modo de vida voltado para a pesca prevalece, e a liderança é exercida pelos pescadores e pescadoras mais idosos, que desfrutam da confiança e do respeito da comunidade. As decisões por eles tomadas têm autoridade para influenciar a delegação e a execução de tarefas na cadeia produtiva da pesca.

Para os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia de Pescadores Z-7, o Rio Tocantins representa um ambiente propício para a construção de saberes por meio do trabalho e da convivência na organização social. Dessa forma, a organização social desempenha um papel fundamental na preservação dos conhecimentos adquiridos por meio da pesca, bem como na proteção do Rio Tocantins, o território de pesca, para assegurar a identidade dos pescadores e pescadoras artesanais.

Bonnemaison (2002) destaca que o território possui uma relação em paralelo entre o "espaço social" e "espaço cultural". Ele está associado tanto à função social quanto ao seu conceito simbólico. Bonnemaison (2002) ressalta que é necessário reencontrar os lugares de expressão cultural, uma espécie de relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra, formando sua identidade cultural:

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço. A partir daí, podemos chamar de abordagem cultural ou análise geocultural tudo aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem no nível espacial entre a etnia e sua cultura. (BONNEMAISON, 2002, p. 101-102)

Maldonado (1994) destacou a importância de entender o território pesqueiro a partir das relações específicas dos pescadores e pescadoras artesanais. É perceptível que o território não é apenas delimitado pelo uso desses pescadores, mas também é compreendido como parte integrante de suas vidas e convivência. Cunha (2009) salientou que a interligação de significados no universo pesqueiro se manifesta na união entre a terra, as águas e o céu, incluindo os ciclos lunares e os processos atmosféricos. Isso consolida um conhecimento biocósmico que regula o acesso aos recursos naturais e a movimentação aquática. Dessa maneira, os saberes que emergem do universo do pescador artesanal, como a noção tridimensional do espaço, compõem sua territorialidade. Além disso, conforme observado por Cunha (2009), a exploração desses espaços depende dos atores sociais, o que pode gerar significados divergentes:

Por exemplo, o mar, para o veranista, é carregado de imediatismo e dotado de inscrição temporária – objeto de contemplação e consumo; para as empresas pesqueiras e atravessadores, o mar é apenas mercadoria – espaço de lucratividade; para o pescador artesanal é lugar de trabalho. e vida. Nesse sentido, além de constituir espaço de sobrevivência, representa também um local de cultura e de formas de sociabilidade próprias. (CUNHA, 2009, p. 62)

Cunha; Rougeulle (1989) mencionam que a atividade pesqueira artesanal é repleta de conhecimentos empíricos e saberes transmitidos de geração em geração. Os pescadores, além de conhecerem os lugares adequados para a captura de determinadas espécies, também possuem um profundo entendimento dos elementos do universo que estão interligados à pesca. Dentre esses elementos, destacam-se os astros e os componentes do clima, que desempenham um papel fundamental na rotina dos pescadores. A lua, por exemplo, exerce uma influência direta na atividade pesqueira, pois seu ciclo lunar está associado ao comportamento dos peixes. Os pescadores observam as fases da lua para determinar os melhores momentos para pescar e prever a abundância ou escassez de determinadas espécies. Além disso, os ventos e a chuva também desempenham um papel significativo na pesca artesanal. Os pescadores desenvolvem um conhecimento íntimo das diferentes correntes de vento e padrões climáticos, que afetam a movimentação dos peixes e a condição das águas. Essas informações são utilizadas estrategicamente para planejar as saídas de pesca e otimizar os resultados. Por esse modo:

“A lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo”. Tais expressões são muitas vezes evocadas pelos pescadores da região e integram particularmente o universo dos mais velhos. De fato, a lua é o principal componente que atua no ciclo da maré. Determinando a força da corrente, ela influi sobre a presença do peixe nobre, na modalidade de sua captura. [...] Do mesmo modo, as chuvas, consideradas boas para a pesca da tainha, minimizam a captura das outras espécies. Elas tornam a água do estuário mais salobra e fazem com que o peixe saia do estuário para encontrar condições adequadas ao seu desenvolvimento. [...] O conhecimento dos efeitos da lua, dos ventos, da chuva, elementos integrantes da sabedoria e, por consequência da cultura tradicional do pescador artesanal tende a desaparecer, uma vez que se reduz a necessidade de um saber global do meio ambiente. (CUNHA; ROUGEULLE, 1989, p. 25)

Além do viés produtivo, há outros fatores culturais, conexões de identificação e pertencimento e conhecimentos envolvidos na atividade laboral dos pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO). Esses aspectos incluem uma mística e um respeito que permeiam o acesso dos pescadores e pescadoras aos locais de captura de peixes, bem como uma comunidade pesqueira consolidada pela Colônia de Pescadores Z-7. Dentro dessa comunidade, há diversos espaços criados e preservados que representam a história de sua formação e das formações dos territórios pesqueiros. Para os pescadores e pescadoras

artesanais, é essencial preservar esses espaços e manter vivos os conhecimentos sobre a navegação, as tradições, o ciclo das águas e das espécies aquáticas, transmitidos de geração em geração.

Hall (2016) menciona que os processos das práticas e vivências, relacionando com o que denomina de “circuito cultural”, ou seja, “[...] indica que sentidos são, de fato, elaborados em diferentes áreas e perpassados por vários processos ou práticas [...]” (HALL, 2016, p. 21). Conforme Hall (2016, p. 21) o “sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem pertencemos”. Por esse entendimento, Hall (2016) relata que determinadas culturas, em primeiro lugar, dependem de unidades maiores de análise, como narrativas, afirmações, grupos de imagens, discursos completos com variedades de textos, sobre um assunto com notória autoridade nas áreas de conhecimentos e “assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos” (HALL, 2016, p. 21).

As observações de Hall (2016) nos permitem perceber como as comunidades são diversas em saberes e costumes, refletindo o seu território, práticas culturais, lutas e resistências. Ao analisarmos o território de pesca como um ambiente fundamental, ecológico e educativo, a partir das práticas cotidianas dos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia de Pescadores Z-7, foi possível observar que o território é concebido como um espaço de trabalho, sobrevivência, convivência coletiva e resistência. Os pescadores e pescadoras vivem muito além da conexão com o território pesqueiro, aprendendo através da memória social, das tradições culturais, dos saberes e das representações transmitidas por gerações através das práticas cotidianas, seja na atividade da pesca ou nas lutas da categoria.

Conforme Raffestin (1993), a territorialidade ganha relevância, pois espelha a complexidade da experiência territorial vivida pelos membros de uma comunidade e pela sociedade em geral. As pessoas experimentam tanto o processo territorial em si quanto seus desdobramentos por meio de um sistema de relações abrangendo aspectos existenciais e produtivos. Quer essas relações sejam de natureza existencial ou produtiva, todas implicam dinâmicas de poder, pois envolvem interações entre os atores que buscam alterar tanto as relações com o ambiente quanto as sociais.

No contexto dos pescadores artesanais em Tocantinópolis (TO) e região, o conceito de território vai além de uma mera delimitação geográfica. Para esses pescadores e pescadoras, o território pesqueiro ao longo do Rio Tocantins, nas margens de Tocantinópolis (TO), possui um significado profundo e abrange diversas dimensões que vão além do aspecto econômico.

Trata-se de um modo de vida intrinsecamente ligado à comunidade pesqueira, que se vê como sujeitos históricos e mantém uma convivência direta com os sistemas ecológicos.

As práticas e costumes tradicionais dos pescadores artesanais estão intimamente relacionados ao território em que vivem. Esse território não é apenas um espaço físico, mas sim um espaço de interação e interdependência com o ecossistema dos rios e ribeirões. A compreensão de mundo dos pescadores artesanais é moldada por sua visão particular da natureza e sua relação simbiótica com ela. O território, nesse contexto, é inseparável dos saberes adquiridos pelos pescadores e pescadoras ao longo de suas experiências de vida. Esses saberes são transmitidos de geração em geração e fundamentais para a sobrevivência e sustentabilidade da comunidade pesqueira. O conhecimento acumulado sobre o ciclo das espécies aquáticas, as técnicas de pesca adequadas e a preservação dos recursos naturais fazem parte desse conjunto de saberes que são inseparáveis do território pesqueiro.

Floriani e Floriani (2020) destacam que nos processos de subjetivação estão presentes diversos aspectos relacionados à problemática socioambiental, abrangendo questões, valores e escolhas. Estes debates envolvem considerações morais sobre a vida e a natureza, a importância do cuidado e a preocupação com as ameaças provenientes da ação humana e do sistema econômico em relação às condições materiais que sustentam a vida no planeta. Ademais, são valorizadas as práticas do "buen vivir", a promoção de um consumo responsável e o respeito à diversidade cultural dos povos tradicionais, detentores de saberes capazes de estabelecer diálogos com a natureza, levando em consideração seus limites e potencialidades.

Conforme Floriani e Floriani (2021), a abordagem da "ecologia das práticas" implica na coexistência e confronto entre o conhecimento científico e os saberes culturalmente legitimados, como os etnoconhecimentos. Essa abordagem busca o realinhamento e autorreconhecimento dos atores envolvidos, transcendendo os limites dos territórios corporativos, da ciência e dos etnoconhecimentos. Portanto, compreender o território dos pescadores artesanais em Tocantinópolis (TO) e região envolve o reconhecimento da importância dos saberes tradicionais, das práticas culturais e da visão de mundo desses pescadores. O território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de identidade, pertencimento e preservação dos conhecimentos ancestrais que asseguram a subsistência da comunidade pesqueira e a harmonia com o ambiente natural.

Dessa forma, é possível afirmar que o pertencimento ao território está intrinsecamente relacionado à necessidade de manutenção de sua territorialidade, tendo a posse do território como fundamento histórico, a ocupação como parte da memória coletiva e

o uso social como prática comum. Sob esse ponto de vista, a ocupação do território pesqueiro, como ambiente ecológico e educador, é percebida como geradora de raízes e identidade tradicional, manifesta em um patrimônio cultural que se traduz em memórias, saberes e práticas culturais.

Ao analisar o saber-fazer dos pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO), observamos que eles são sujeitos sociais e políticos com características e singularidades específicas em relação às suas atividades laborais, modo de vida e organização coletiva. Apesar dos desafios e obstáculos enfrentados para manter suas atividades tradicionais, eles buscam criar e adaptar mecanismos que permitam reafirmar a importância da pesca artesanal e a transmissão de conhecimentos de geração em geração. Como aponta Diegues (2000), esse conhecimento tradicional está diretamente relacionado com as interações da comunidade com o ambiente natural, ou seja, a natureza e suas complexidades são a base fundamental desses saberes:

O território depende não somente do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. (DIEGUES, 2000, p. 19)

Segundo Diegues (2000), os pescadores e pescadoras artesanais possuem um conhecimento aprofundado dos recursos naturais e das épocas de reprodução das espécies. Além disso, eles utilizam um calendário complexo, no qual são ajustados, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas. Esse calendário é fundamental para organizar as atividades pesqueiras conforme as características sazonais das espécies e dos ecossistemas em que estão inseridos.

Essa relação simbiótica entre os pescadores e pescadoras presentes neste estudo é perceptível quando as suas narrativas mencionam os elementos da natureza, demonstrando a conexão intrínseca entre o ser humano e a natureza. Ao reconhecerem e respeitarem esses elementos, os pescadores artesanais manifestam sua sabedoria ancestral que sustenta suas práticas tradicionais e contribui para a preservação dos recursos naturais, uma vez que dependem destes. É através dessa profunda ligação que são capazes de ajustar suas atividades pesqueiras segundo os ciclos naturais, promovendo uma exploração sustentável dos ecossistemas e mantendo uma relação equilibrada com o meio ambiente.

As narrativas dos pescadores e pescadoras refletem o seu saber, o seu território e as recordações de pertencimento com a pescaria, a coleta do seu pescado e a alegria da

confraternização de sua produção em passado glorioso e de faturas. Em seus relatos, o senhor pescador interlocutor 4 descreve um pouco de suas recordações (de grandeza e importância) sobre o seu convívio com os tempos de boas águas para pesca:

O ensinamento, meu amigo, a gente não tem nem quase resposta, porque não tem... Não teve isso. O ensinamento foi só mesmo de nós. Naquela época tinha peixe, que você escolhia os peixes pra pegar. Hoje não, acabou os peixes do Rio Tocantins, mas naquela época tinha peixe demais. Até nos anos 80. E aí... Era aquela animação, nós passávamos a noite na beira daquela fogueira, no meio do pedral do rio, assando peixe, comendo. Outras horas nós dava uma voltinha, apanhava a tarrafa, ia jogar a tarrafa, pegava o peixe, tornava, trazia e tornava. E no outro dia cedo, ia embora pra casa, cada um com aquela quantidade de peixe. Pra mim era uma animação. Era uma animação, era o que eu gostava. Aí a gente aprendeu a gostar da pesca. (Interlocutor 4, Pescador, 2023)

O relato acima reflete a profunda conexão entre os saberes e o território pesqueiro. Através das experiências compartilhadas pelos avós, bisavô e tio, o pescador absorveu não apenas o conhecimento prático da pesca, mas também a paixão e o respeito pela atividade, assim como a relação com a natureza. Esses saberes foram transmitidos de geração em geração, enraizando-se nas margens do rio Tocantins, onde a abundância de peixes era uma realidade palpável. Aqueles tempos idos, com noites ao redor da fogueira, assando peixes frescos e compartilhando histórias, criaram uma ligação profunda entre a família e o território pesqueiro. No entanto, o relato também reconhece que o cenário atual mudou, com a escassez de peixes no rio Tocantins. Apesar disso, a memória da fartura e a importância da pesca como um elemento fundamental na vida da família permanecem vivas, reafirmando a importância dos saberes tradicionais e a necessidade de preservar e cuidar dos territórios pesqueiros para as gerações futuras.

4 OS DESAFIOS AMBIENTAIS E O PROBLEMA DAS BARRAGENS

No contexto sócio territorial, a compreensão da organização social dos pescadores e pescadoras em suas comunidades tradicionais requer a consideração dos impactos ambientais gerados em seus principais meios de subsistência, ou seja, os rios. No entanto, devido ao aumento do número de projetos de produção de energia com base em hidrelétricas, é possível observar impactos significativos nas comunidades pesqueiras e ribeirinhas, afetando diretamente seus territórios de trabalho, vida e cultura identitária. Esses grandes projetos foram implementados na região Amazônica com mais intensidade após a redemocratização, promovendo a exploração de seus recursos naturais e gerando novos conflitos e formas de organização do espaço.

De acordo com Rocha (2016, p. 21), "[...] o Estado brasileiro tem criado condições para a produção de espaços para empresas transnacionais estatais e privadas, a fim de competir com empresas estrangeiras na era tecnológica". Infelizmente, o Estado brasileiro tem negligenciado a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade humana, priorizando a implantação de soluções de geração de energia para promover o crescimento econômico. Esse modelo de desenvolvimento e geração de energia tem levado a uma ocupação agressiva de territórios, resultando em sérios e irreparáveis impactos ambientais e sociais. As populações tradicionais são as mais afetadas, com um aumento significativo do êxodo rural e, em muitos casos, iludidas por indenizações insuficientes, contribuindo para o aumento das periferias urbanas.

De acordo com Queiroz e Motta-Veiga (2012, p. 03), "[...] após um longo período de estagnação, o Governo Brasileiro tenta incentivar o crescimento econômico, esbarrando num futuro repleto de limitações infraestruturais". O modelo desenvolvimentista brasileiro é inspirado nas necessidades da produção industrial e no fornecimento de energia. "Historicamente, a oferta de energia é apontada como um dos gargalos a esse crescimento, onde a de origem hidrelétrica representa papel significativo" (QUEIROZ e MOTTA-VEIGA, 2012, p.03).

No entanto, a demanda por oferta de energia encontra problemas estruturais e de logística no mercado brasileiro de produção energética¹⁸. Outras fontes de geração energética,

¹⁸De acordo com Queiroz e Motta-Veiga (2012), a geração hidráulica representava 3/4 da oferta total de energia elétrica no Brasil em 2012. O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2020), elaborado pela Empresa de Projetos Energéticos (EPE), prevê um aumento de 60% na demanda total de energia, resultando em uma capacidade instalada nacional de 171.000 MW em 2020, em que as fontes de geração renováveis (hidráulica, eólica e biomassa) devem ser priorizadas.

como a eólica e a solar, ainda estão pouco estruturadas em relação às usinas hidrelétricas. As políticas públicas para a oferta de energia e a promessa de "crescimento" econômico no Brasil têm sua base nos grandes projetos de infraestrutura¹⁹. Essa estratégia de geração de energia, baseada na exploração dos recursos hídricos e na modificação da paisagem, tem causado inúmeros prejuízos às populações ribeirinhas, pescadoras e ao meio ambiente, ou seja:

Alterações no modo de vida, associadas à inundação de áreas povoadas para formação do reservatório provocam o deslocamento compulsório e a ruptura social; a mudança no bioma com interferência na cadeia alimentar e a alteração nos processos de produção nativa de base agroextrativista e na caça. (QUEIROZ e MOTTA-VEIGA, 2012, p. 03)

De acordo com Castro e Barros (2017, p. 06), as alterações decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica na bacia hidrográfica do rio Tocantins (Figura 8) afetaram não só a geração de energia, mas também a pesca artesanal. O primeiro barramento, conforme previsto no Estudo de Impacto Ambiental (THEMAG/CELTINS 1996)²⁰, resultou em uma redução das águas do rio, o que gerou impactos na biodiversidade do ecossistema aquático. Várias espécies de peixes migratórios foram afetadas, comprometendo diretamente a cadeia produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais e vazanteiros e prejudicando seriamente o ciclo reprodutivo de várias outras espécies de peixes. O represamento do fluxo do rio provocou graves problemas ambientais, afetando a fisiologia da vida aquática e, conseqüentemente, a vida dos ribeirinhos, vazanteiros e pescadores artesanais, que dependem da diversidade e da oferta de peixes. Vale destacar que:

as variações na quantidade e qualidade das águas à jusante e outros fatores biológicos causaram mortalidade de milhares de peixes migratórios, a vulnerabilidade da maioria das espécies atraiu para essa parte do rio, pescadores de vários Estados (Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, etc.) que tinham como alvo os peixes migratórios. A pressão sobre os recursos pesqueiros aumentou após o reservatório do segundo barramento e, pela migração anual de cardumes de curimatá nos anos seguintes. Para a captura dos cardumes, os pescadores externos usam traíás/instrumentos de pesca modernos e barcos de grande porte, incluindo redes de até 1000 metros de comprimento e, caminhões baús que mesmo sem a permissão dos Vazanteiros pescadores, estacionam nas margens do rio, dentro de suas propriedades para armazenamento dos peixes capturados. (CASTRO e BARROS, 2017, p. 06)

¹⁹ Grandes empreendimentos hidrelétricos têm impactos ambientais, sociais e à saúde e dependem de licenças ambientais. Futuros projetos estão planejados na região amazônica, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (QUEIROZ e MOTTA-VEIGA, 2012, p. 03)

²⁰ Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Estudo de Planejamento Ambiental (Zoneamento) e monitoramento realizado pela Themag Engenharia / CELTINS. O estudo se desenvolve mediante a realização de diagnósticos e avaliação dos impactos ambientais segundo metodologias adequadas para cada caso (EIA/RIMA).

De acordo com Castro e Barros (2017), o que antes era possível contar com o ambiente da "pesca intensiva resultou a escassez desses recursos, sobretudo para os Vazanteiros pescadores que se usufruem da pesca como fonte de subsistência" (p. 21). Os impactos sociais e ambientais resultantes da implantação de hidrelétricas nas comunidades ribeirinhas são incalculáveis. As primeiras vítimas são o meio ambiente e os povos tradicionais, que sofrem com a destruição e perda de seu território e sustento. É importante ressaltar que a "barragem é vista por essas pessoas como vetor da escassez dos recursos naturais, das mudanças no contexto ambiental, social e cultural e dos conflitos" (CASTRO e BARROS, 2017, p. 21). Os afetados por essa situação passam a representar os despossuídos, verdadeiros párias diante da demanda por produção de energia, que visa suprir as necessidades da produção industrial capitalista e do consumo. Por esse modo:

Os artificios usados pela concessionária, aqui discutidos, só reforçam a necessidade de rever o processo de barramento no país. Eles evidenciam a incapacidade das concessionárias de lidar com questões e impactos sociais gerados pelo barramento, mais ainda, o descaso do poder público junto aos povos vulnerabilizados atingidos. [...] Assim criam mecanismos antidemocráticos para driblar e desestabilizar a coletividade local que, inconformada, se utiliza de suas próprias forças e criatividade na resistência às imposições do consórcio e a passividade do poder público. (CASTRO e BARROS, 2017, p. 21)

De acordo com Sousa et al. (2021), os conflitos entre comunidades ribeirinhas e indígenas em relação aos impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito se intensificaram. Como resultado, houve uma redução significativa no pescado disponível e a pesca se tornou uma atividade cada vez mais difícil de ser realizada. Para minimizar esses conflitos, na época, foram utilizadas estratégias que visavam dividir as opiniões das comunidades entre si, enfraquecendo assim as reações das comunidades tradicionais em relação à construção da barragem. É importante destacar que o capital se utiliza da fragmentação socioterritorial para impor o seu modelo de desenvolvimento no campo. Por esse modo:

Podemos afirmar sem nenhuma dúvida que a marca dos grandes projetos de desenvolvimento é a produção de conflitos. E os conflitos ocorrem porque o território é disputado por duas lógicas de produção distintas e que geram dinâmicas e paisagens também diferentes: a) a reprodução socioterritorial dos povos do campo, com suas relações sociais de produção baseadas no trabalho familiar e no respeito à natureza como bem comum e na geração de lucro pelas empresas privadas, apoiadas pelo Estado, com a destruição da natureza como recurso; b) a expropriação desses mesmos povos do campo. [...] A expressão material desse conflito territorial é a paisagem, pois ela retrata como os sujeitos se organizam na produção do espaço: os povos do campo com suas lavouras diversificadas produzidas pelo trabalho familiar cotidiano realizado historicamente, e a aliança capital e Estado com empreendimentos que homogeneizam os aspectos naturais, sociais e culturais dos

lugares onde são implantados. A paisagem do território pode ser marcada tanto pela alegria de uma boa colheita de feijão, mandioca e milho como pela destruição de casas e a produção de um deserto de soja. Portanto, é certo que a paisagem visualizada naqueles curtos momentos da pesquisa de campo e que fazem parte do cotidiano dos sujeitos sociais é o resultado da luta desses sujeitos com as necessidades de expansão do capital, apoiado pelo Estado. (SOUSA et al, 2021, p. 275-276)

O modelo econômico e de produção de energia brasileiro impacta diretamente o modo de vida e o conhecimento tradicional das comunidades afetadas pela implantação de hidrelétricas. Para os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, a segurança alimentar e o território entram em conflito com a mudança na paisagem e nas rotinas da pesca tradicional. "As populações afetadas de uma maneira ou outra pela construção de uma usina hidroelétrica e sua barragem são reconhecidas no Brasil sob o termo de atingidos" (LETURCQ, 2007, p. 10). Dessa forma, são consideradas populações expulsas devido à inundação de suas terras pela barragem, sofrendo perdas materiais ou sendo forçadas a migrar para áreas periféricas nas cidades. Leturcq relata que:

Em decorrência destas alterações de residência das famílias expulsas, constatar-se-á a recomposição das estruturas sócio-espaciais que necessariamente atuarão sobre o novo espaço de localização. Deste fato as duas categorias de atingidos reagirão diferentemente em relação à construção da barragem e sua vida cotidiana será perturbada. [...] As barragens no Brasil criam, por conseguinte, modificações importantes nos espaços rurais, nas paisagens, bem como nas populações e nas dinâmicas territoriais. As numerosas situações de reinstalação resultam em abundantes casos de mudanças no mundo rural. (LETURCQ, 2007, p. 10-16)

O rio Tocantins é o principal meio de subsistência da população pesqueira da comunidade Z-7 em Tocantinópolis (TO), pois é o maior e mais importante rio que atravessa o município. Assim como em outros municípios afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, todo o ciclo natural e econômico da população pesqueira local foi afetado. Neste estudo, pode-se observar os impactos gerados no cotidiano dessa população, fornecendo um acervo bibliográfico para a análise dos problemas comuns aos atingidos por grandes projetos, como o da Usina Hidrelétrica de Estreito. Para Rocha (2016):

No Processo de territorialização da obra da UHE de Estreito, o Estado, juntamente com seus agentes e as empresas interessadas na construção dessa e das diversas usinas, constroem o discurso do desenvolvimento, do moderno. De outro lado, os movimentos sociais, pessoas e entidades que questionam esse discurso passam a ser vistos como atrasados e que têm o papel de atrapalhar a implementação de um projeto importante para o desenvolvimento de uma dada região. Para garantir a implementação do empreendimento são organizadas as forças repressivas, ou seja, reformas e construção de batalhões da polícia militar, das delegacias e dos fóruns das principais cidades do entorno da obra. (ROCHA, 2016, p. 19-20)

As mudanças decorrentes dos grandes projetos e do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil afetam significativamente as populações tradicionais. As hidrelétricas são um modelo hegemônico de produção de energia, cujos principais impactos afetam as comunidades devido aos alagamentos provocados pelas barragens. Neste cenário:

O fortalecimento da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos antes afastados dela (ou, como indicado antes, re-inseridos nela depois de uma época de afastamento) agravaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização de seus recursos naturais. (HAESBAERT, 2006, p. 267).

Os costumes, conhecimentos e técnicas empregados pelas populações tradicionais na produção de alimentos, muitas vezes artesanais, nem sempre se alinham com o ritmo acelerado de produção capitalista, que exerce grande influência na produção industrial em larga escala para consumo em massa. Compreender a relação entre o tempo e a prática da pesca artesanal é essencial. O modelo econômico e de geração de energia no Brasil, ao implementar hidrelétricas, impacta diretamente as tradições e saberes das comunidades. Para os pescadores artesanais, o território e a segurança alimentar entram em conflito com as mudanças na paisagem e a alteração das rotinas pesqueiras tradicionais.

Para entender como os pescadores e moradores de Tocantinópolis (TO) se organizam em suas comunidades tradicionais, é fundamental considerar os impactos ambientais gerados por projetos baseados no modelo de geração de energia adotado pelo Brasil, como as hidrelétricas. A principal hidrelétrica próxima à cidade é a UHE Estreito. Neste contexto:

A Barragem de Estreito constitui-se em uma das principais obras do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC (2009), iniciada com graves irregularidades que vão desde a concessão até o término da construção e o seu funcionamento. Cabe ainda salientar que a empresa responsável pela realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) representa uma das interessadas nesse processo, na medida em que faz parte do consórcio da Usina (CESTE), as empresas GDF Suez, Vale, ALCOA e Camargo Corrêa. (ROCHA, 2016, p. 42-43)

O rio Tocantins é o principal meio de subsistência para a população pesqueira em Tocantinópolis (TO), uma vez que é o maior e principal rio próximo ao município. Devido a esses impactos, toda a cadeia natural e econômica da comunidade pesqueira local em Tocantinópolis (TO), assim como em outros municípios afetados, foi afetada. Neste cenário:

o modelo estatal de energia promoveu a ocupação injusta e agressiva de territórios, gerando sérios impactos ambientais. Além disso, praticou graves agressões culturais e físicas contra as populações tradicionais; ampliou o êxodo rural, com suas políticas de indenizações insuficientes a manter as pessoas no campo; e ainda, contribuiu para

o aumento das periferias da cidade, a partir do deslocamento das pessoas atingidas. (ROCHA, 2016, p. 20)

Neste estudo, descrevo os impactos gerados no cotidiano da população pesqueira de Tocantinópolis (TO), servindo como base documental para abordar os problemas comuns enfrentados pelos afetados devido às barragens e outros problemas ambientais frequentes no rio, como assoreamento e desmatamento das margens. Esse espaço socioambiental sofreu transformações que impactaram nas relações socioeconômicas dos trabalhadores da pesca artesanal do município de Tocantinópolis (TO) e região.

No relato do pescador interlocutor 5, emerge uma realidade desafiadora que muitos pescadores enfrentam em regiões afetadas pelas barragens. Sua descrição do impacto das mudanças no fluxo das águas no rio Tocantins é reveladora das dificuldades e incertezas que surgem com essas intervenções humanas nos rios. A construção de barragens altera significativamente o comportamento natural dos rios, resultando em variações imprevisíveis do nível da água e do fluxo das correntes. Os pescadores e pescadoras, com sua subsistência intimamente ligada às águas, sofrem com as consequências dessas mudanças repentinas. Ao perderem suas traíás e pescados devido ao encontro com rios cheios e instáveis, seus meios de sobrevivência são diretamente afetados:

Quando você pensa que está botando uma rede num lugar bom, de repente os caras soltam a água e enchem o rio, entendeu? É prejudicial demais, a gente se acaba prejudicando, perdendo nossas traíás, perdendo nossos pescados. Muitas vezes o canoa desce, a gente confia que está num lugar seguro, de repente o rio enche e se fome tudo. Então, essa área está sendo, no momento, infelizmente, eu tenho que dizer que, em relação à limpeza, nós fazemos o possível. (Interlocutor 5, Pescadora, 2023)

No relato a seguir reveste-se de extrema importância, pois lança luz sobre os desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas, pescadores e pescadoras em Tocantinópolis (TO) e região médio Tocantins. Ele enfoca questões cruciais relacionadas ao elevado custo da energia no Estado, suportado pelos consumidores. Além da tarifa energética elevada, também se destacam os impactos que afetam diretamente a atividade pesqueira, incluindo a redução da disponibilidade de peixes para captura. Resumidamente, essas questões têm um impacto amplo em toda a região. O pescador descreve a triste realidade de retornar com as caixas vazias após longas jornadas de pesca, resultando em prejuízo financeiro para os pescadores, que dependem dessa atividade para sua subsistência. A mortandade de peixes causada pelas barragens é destacada, demonstrando como essas intervenções no ecossistema aquático têm consequências devastadoras para a biodiversidade. O relato também aponta para a injustiça

vivida pelos pescadores, que são frequentemente culpados pela poluição e impactos ambientais, mesmo sendo vítimas das ações do próprio governo que incentiva a construção de hidrelétricas sem levar em consideração os danos ambientais e sociais causados.

E nós somos o estado que, se eu não me engano, parece que é o segundo Estado que paga a energia mais cara do mundo, do Brasil. Então, realmente, veio muito a decair a nossa pescada, prejudicou muito o nosso pescador. A gente sai para longe, muitas vezes volta com as caixas vazias, pega prejuízo, não vale nem a pena. E teve muita mortandade de peixe, né? Infelizmente, a hidrelétrica, a barragem fez muita mortandade de peixe, muito desperdício. A gente via aqueles horrores de peixe bonito descendo na flor da água, morto, entendeu? E ainda saímos como os errados, ainda saímos como os culpados pela poluição. Como que a gente é culpado se o próprio governo incentiva essas construções que acabam desmatando, acabam acabando com as beiras-rio? É, meu amigo, sinceramente, a nossa vida não está fácil. (Interlocutor 5, Pescadora, 2023)

De acordo com matéria publicada pelo G1 Tocantins (2016), as embarcações e balsas encalharam nos bancos de areia e pedras que surgiram devido ao baixo volume das águas do rio Tocantins (Figura 8), na beira rio de Tocantinópolis (TO). As comunidades de pescadores e ribeirinhos que estavam habituados à paisagem de seca e sem a previsão para a volta da pesca próximo à margem do rio, agora precisam percorrer até 200 km para encontrar os peixes. Conforme relata a pescadora Interlocutor 3, o cenário era desolação ao presenciar a redução drástica do volume do rio:

Nessa época, quando ele deu essa baixada que foi a maior que já teve na época aqui. Eu tava no rio, quando eu vi aquela água descendo pro leito assim, como se fosse assim uma coisa rápida. Eu, como ser humano e pescadora, eu me senti tão ruim nesse dia, tava eu e outra colega, também que é pescadora. Ela olhou para mim, eu olhei para ela e falei, estamos mortos. (Interlocutor 3, pescadora, 2022)

Para esse momento, a senhora Interlocutor 3 relata, também, que fizera uma força tarefa os demais pescadores da Colônia Z-7 voluntária para a proteção dos peixes encalhados nos barrancos de areia, gerados com a baixa das águas do rio Tocantins:

A gente ajuntou, na época, muitos pescadores, a gente pegou os barcos, chegava naquelas poças e então a gente ajuntou, foi pegando aqueles peixes, os alevinos, os pequenos, e os maiores também, e colocando no leito do rio. Porque isso aqui é a nossa vida, é daqui que nós tiramos sustento a nossa família. Vi muito pescador chorando, muito pescador chorando mesmo, como se ele tivesse assim. Então, para nós, foi esse o “presente” que a barragem deu para nós. (Interlocutor 3, pescadora, 2022)

Em matéria publicada no Conexão Tocantins em 2017, foi informado que o Rio Tocantins, em Tocantinópolis (TO) e região, enfrentava uma das maiores secas já registradas em sua história. A precariedade de vida e sustento dos pescadores e pescadoras e povos

ribeirinhos piorou desde o início das atividades da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), que resultou em constantes oscilações no fluxo do nível do rio. Além disso, outros fatores, como a crescente degradação das nascentes dos afluentes e os barramentos ao longo do leito, contribuíram para a situação deplorável, que culminou em uma calamidade, com sérios danos ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Infelizmente, esse episódio se repetiu em 2019, trazendo novo sofrimento aos povos que dependem das águas do Rio Tocantins.

Figura 8 - Em 2016, o volume do Rio Tocantins teve grande baixa.



Fonte: Foto de Dirceu Leno/Prefeitura de Tocantinópolis

Em decorrência da construção de barragens, a sobrevivência e reprodução de diversas espécies de peixes têm sido afetadas negativamente. Segundo relato de Seu Interlocutor 2, desde a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí em 1984, no estado do Pará, já se notava uma diminuição na oferta e variedade de espécies de peixes. É possível observar a redução ou até mesmo o desaparecimento de algumas espécies, bem como o surgimento de outras em seu lugar:

Porque quando eu falo de barragem, eu não vou dizer que foi só a barragem da UHE de Estreito que nos prejudicou. Tivemos também a barragem de Tucuruí, que foi um grande problema na nossa vida. Como eu acabei de falar que o nosso rio é um rio de peixe migratório, essa barragem lá, há mais tempos, também nos trouxe prejuízos. Porque diminuiu a nossa produção.

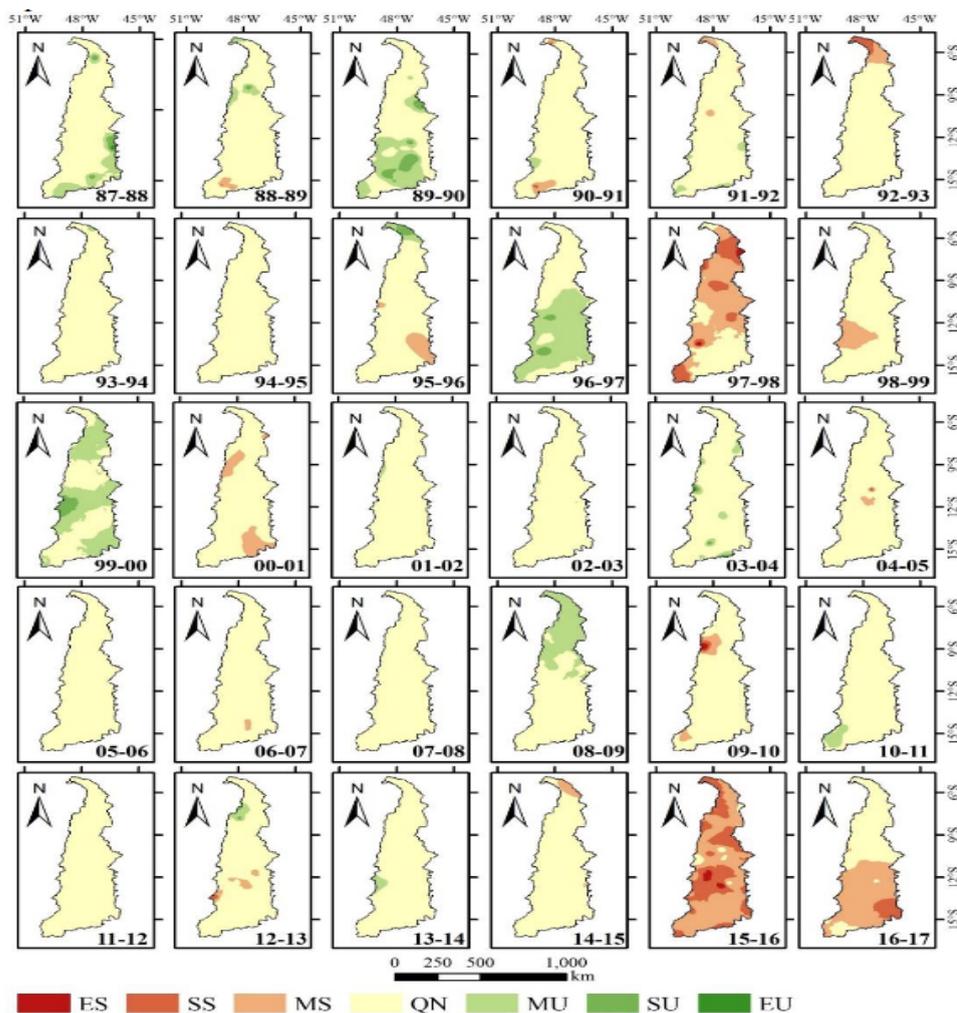
Então, assim, nós tivemos peixe que apareceu ao longo dos anos que vários colegas meus podem confirmar, como o Mampará. Não existia na nossa região. E desde criança pesco e alguns colegas da área, sabem que esse peixe não existia, o Mampará. Nós temos a dourada de escama, não existia tanto assim como tem hoje no nosso rio Tocantins, que é um peixe que chegou com abundância. E o sabor dele é um pouco diferenciado e agora que a nossa população está começando a se acostumar com eles. (Interlocutor 2, Pescador, 2022)

Os efeitos decorrentes da construção da usina hidrelétrica de Estreito são relevantes para destacar. O rio Tocantins, principal fonte de subsistência dos pescadores locais em Tocantinópolis, foi impactado pela usina. Esse rio representa o curso d'água mais extenso e crucial que atravessa o município. A implantação da usina resultou em um impacto significativo no ciclo natural e econômico da população pesqueira local, como também foi observado em outros municípios afetados pelo empreendimento. Este estudo permite analisar as consequências vivenciadas no cotidiano dos pescadores.

Para compreender a estrutura social dos pescadores em suas comunidades tradicionais e também como cidadãos de Tocantinópolis (TO), é essencial considerar os danos ambientais ocasionados pelos projetos baseados no modelo de geração de energia adotado no Brasil, sobretudo no que se refere às hidrelétricas. A usina hidrelétrica de Estreito é a principal unidade de geração de energia nas proximidades da cidade de Tocantinópolis. De acordo com Rocha (2016), a construção da barragem de Estreito foi uma das obras de destaque do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (2009), durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010). A construção da usina hidrelétrica foi marcada por graves irregularidades, desde a concessão até a conclusão da obra e seu funcionamento, sendo as empresas GDF Suez, Vale, ALCOA e Camargo Corrêa as responsáveis pelo consórcio.

Segundo Junqueira (2019), a Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins enfrentou períodos de seca nos anos de 2015 e 2016, impactando quase a totalidade da área abrangida pela bacia hidrográfica. Nos anos subsequentes, 2016-2017, a área afetada concentrou-se na parte alta e média do rio Tocantins. Junqueira (2019) menciona que as secas moderadas e severas afetaram, respectivamente, 47% e 6% da área total do rio Tocantins. Esse problema é agravado pela necessidade de manter os reservatórios em níveis adequados para o funcionamento das turbinas geradoras em toda a extensão da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins.

Figura 9 - Diferentes situações de seca na bacia do Rio Tocantins



Fonte: Do autor (2019).

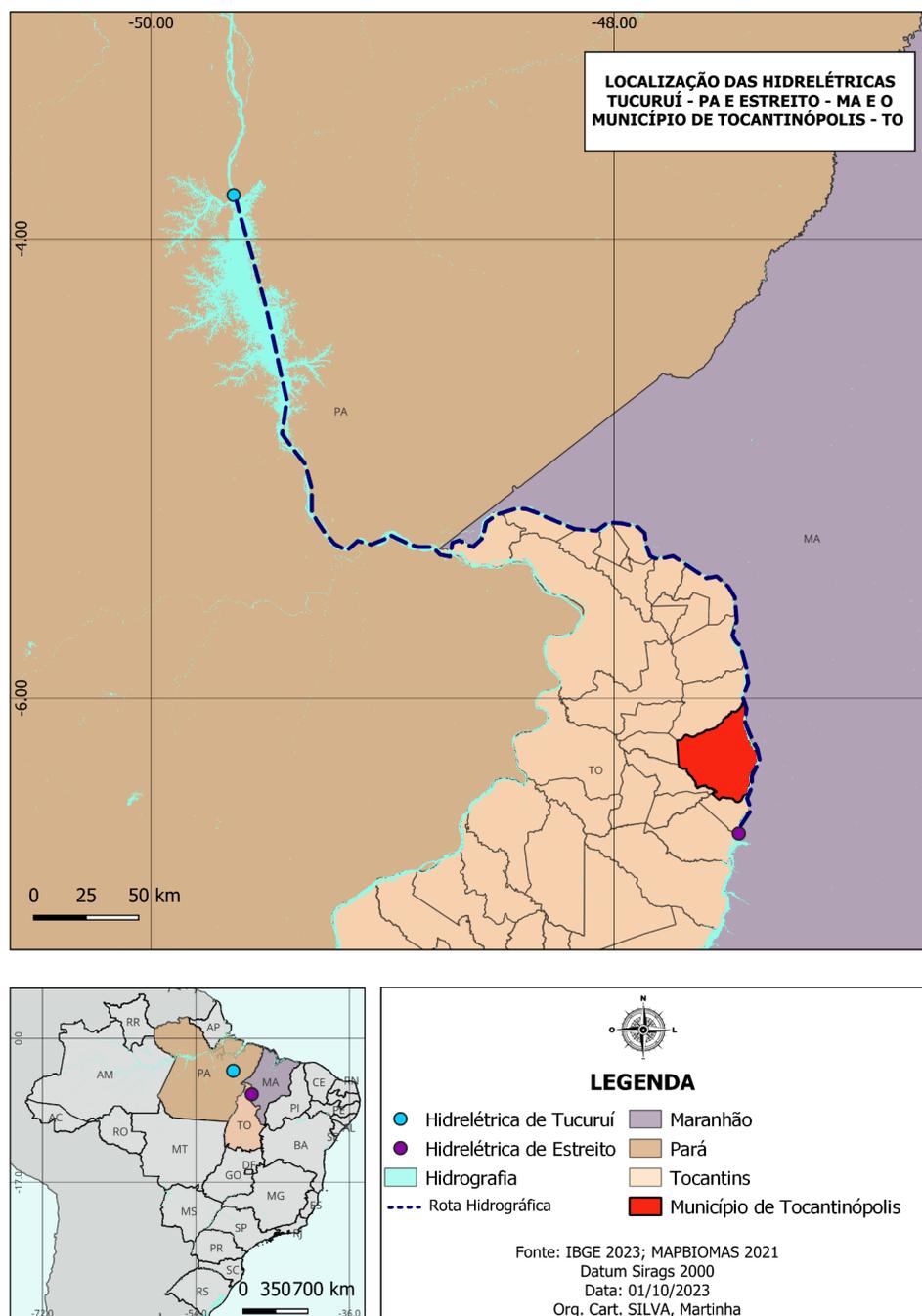
Legenda: ES = Extremamente seco; SS = Severamente seco; MS = Moderadamente seco; QN = Quase normal; MU = Moderadamente úmido; SU = Severamente úmido; EU = Extremamente úmido.

A pesquisa realizada por Junqueira (2019) apresenta os "Índices de severidade de seca para a bacia hidrográfica do rio Tocantins", conforme ilustrado na figura 09. O estudo aborda a análise e quantificação dos períodos de seca na região, propondo o uso desses índices como ferramentas para mensurar e avaliar o impacto desses eventos climáticos. Destaca-se que a bacia hidrográfica do rio Tocantins enfrentou períodos de seca em diferentes áreas e momentos. Durante o período de 2016 a 2017, os efeitos da seca foram mais intensos nas regiões de maior altitude e médias do rio Tocantins. Junqueira (2019) utiliza índices de severidade de seca, que levam em consideração fatores como precipitação, temperatura e evapotranspiração, para quantificar e classificar a gravidade desses períodos. Esses índices fornecem informações essenciais para o planejamento e gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Tocantins, além de servirem como referência para compreender os

aspectos sociológicos e biológicos dos eventos em que as bacias hidrográficas são afetadas por fenômenos naturais e os agravantes para os que vivem no entorno das barragens e os grandes projetos hidrelétricas para as populações locais ribeirinhas e tradicionais.

No entanto, é importante mencionar o relato do Sr. Interlocutor 2, um pescador artesanal experiente com 45 anos de prática, a oferta de espécies de peixes na bacia do rio Tocantins diminuiu devido à natureza migratória desses peixes. Em seu depoimento, ele descreveu várias espécies de peixes que se tornaram cada vez mais difíceis de serem encontradas pelos pescadores e pescadoras artesanais, devido à redução drástica do ambiente aquático do rio. Conforme descrito pelo Sr. Interlocutor 2, o desaparecimento dessas espécies de peixes pode estar relacionado a mudanças em seus ciclos naturais de reprodução e migração, causadas pela diminuição do nível das águas após a instalação das Usinas Hidrelétricas (UHE's) de Tucuruí e Estreito (Figura 10). É possível que a lista de espécies ameaçadas seja ainda maior, uma vez que não há um estudo científico mais aprofundado disponível.

Figura 10 - Trajeto entre a UHE Tucuruí e a UHE Estreito



Fonte: Org. Cart. Silva, Martinha (2023)

A Sra. Interlocutor 3 é uma das pescadoras mais ativas da Colônia de Pescadores Z-7 e possui vasto conhecimento sobre os peixes encontrados no rio Tocantins após a instalação das UHE's de Tucuruí e Estreito, devido aos seus mais de 42 anos de experiência na pesca. Em seu relato, ela menciona que as espécies de peixes de cardume foram as mais afetadas pela construção das barragens, o que resultou no desaparecimento da maioria dessas espécies.

Olha, a gente já tem Surubim, Jaraqui, que já estão quase em extinção, até a Piaba mesmo, até a Sardinha²¹, com muitos outros peixes. Inclusive tem uma portaria para nós, para Colônia, que já está proibida a pesca do Surubim. Então, antes subia cardume, subia cardume de todas as espécies, de tudo. Aí, desde quando a barragem foi feita, a gente não sabe mais o que é um cardume aqui não. Então, eu só digo que a barragem que trouxe todos esses transtornos para nós. (Interlocutor 3, Pescadora, 2022)

A cada ano, nota-se uma diminuição na quantidade de espécies de peixes. Conforme os pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO), a variação do fluxo das águas do rio Tocantins, consequência operacional das barragens, é o principal problema que afeta o ciclo reprodutivo dos peixes. Além disso, os ecossistemas a jusante dependem não apenas da água, mas também dos sedimentos acumulados, represados pelas grandes barragens.

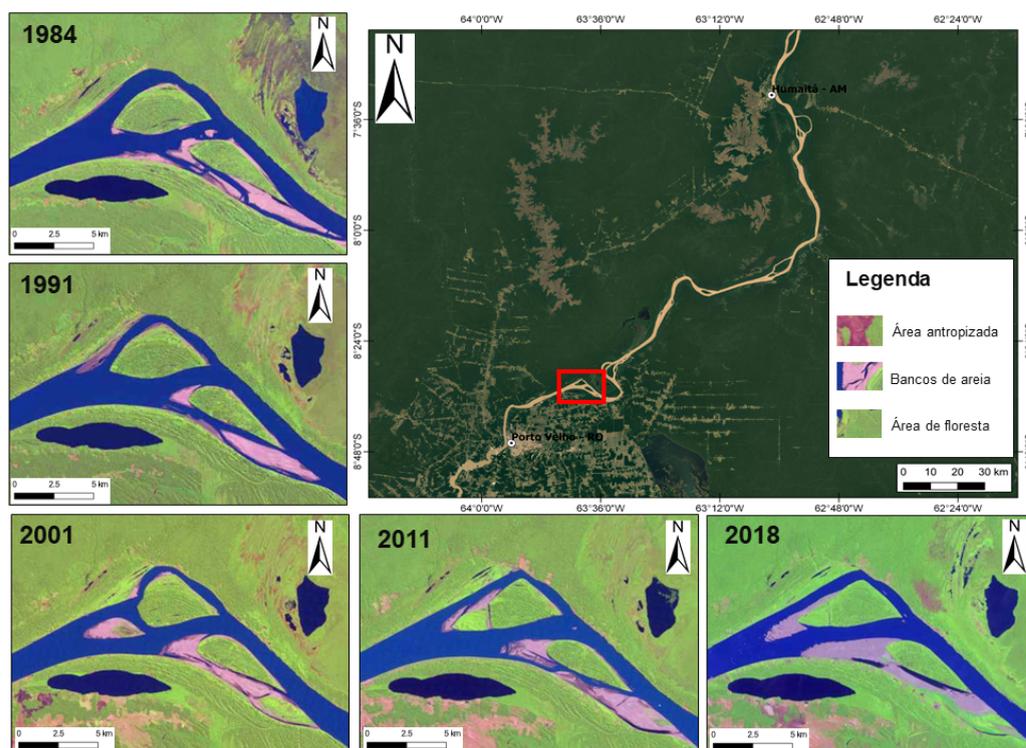
Com o acúmulo de sedimentos no reservatório da barragem, as terras a jusante e os leitos não possuem a fertilidade necessária, podendo gerar erosões e assoreamentos. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o problema das barragens e suas implicações no ecossistema e na biodiversidade aquática, é necessário um estudo mais detalhado:

Dentre inúmeros fatores que levam à degradação dos ecossistemas ribeirinhos, as barragens constituem as maiores ameaças, pois fragmentam e transformam os ecossistemas aquáticos e terrestres, com uma amplitude de efeitos variando em duração, escala e grau de reversibilidade etc. Esses impactos podem ser reduzidos se medidas de mitigação forem implantadas a tempo e em condições adequadas. Normalmente, as consequências no ambiente aquático são mais dramáticas nos primeiros anos de funcionamento das barragens. A jusante das barragens as enchentes são geralmente reduzidas, o que diminui a acessibilidade das áreas marginais pelos peixes. A água é empobrecida, devido aos processos de retenção dos sedimentos na represa e o dique bloqueia as migrações dos peixes. No reservatório, o ambiente lótico é rapidamente substituído por ambiente lêntico e as espécies adaptadas à água corrente são forçadas a procurar outros ambientes ou podem sofrer drásticas reduções em suas populações. (MORIN; JURAS; SANTOS; CINTRA. 2010, p.18)

Um exemplo de problemática está relacionado com a alteração dos sedimentos devido à construção de barragens. Embora não haja dados precisos sobre a influência das barragens de Estreito e Tucuruí, é pertinente expor a pesquisa organizada sobre a morfologia fluvial e a dinâmica de sedimentos (Figura 12). A pesquisa analisa os efeitos a jusante do complexo hidrelétrico do rio Madeira. A imagem abaixo ilustra as mudanças ocorridas nos sedimentos e acúmulos de bancos de areia no percurso do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

²¹ Uma espécie de sardinha de água doce que vive em cardumes.

Figura 11 - Classes de uso do solo e sedimentos nos trechos de Porto Velho-RO até Humaitá-AM no rio Madeira para os anos de 1984, 1991, 2001, 2011 e 2018.



Fonte: Morfologia fluvial e dinâmica de sedimentos: análise dos efeitos a jusante do complexo hidrelétrico do rio Madeira

Dentre os fatores descritos pelos pescadores e pescadoras para o desaparecimento de espécies de peixes e da biodiversidade aquática consiste na alteração do oxigênio e fluxo das águas dos rios. Seu Interlocutor 2, relata o drama das espécies de peixes na infraestrutura de contenção da barragem:

Eu falei, nosso rio é um rio de peixes migratório. Eles viajam, eles passam para desovar lá em cima. Quando se fecha lá²², ele parou de subir. Então já cortaram a nossa produção aqui. Aí, ela não tem escada para o peixe subir. A oscilação da água dela aumenta o oxigênio e baixa ao mesmo tempo quando ela está baixando. O peixe que morre, ele não morre por falta só de comida, que às vezes falta. Cada aglomeração, ele morre pelo oxigênio que aumenta quando ela sobe muito, ela ferve e lá aumenta o oxigênio da água, o peixe morre. Quando ela baixa rápido demais, fecha as comportas e ela baixa rápido, diminui o oxigênio, o peixe morre também. Fora isso, você acabou me lembrando, o maior impacto dessa barragem hoje é porque, como repito, como nosso rio é um rio de peixe migratório, ele sobe chegando no pé da barragem, não tem para onde ir. Aí lá ele recebe toda aquela pancada de água, quando ele solta a água e aumenta o oxigênio, ele morre. Quando ele diminui, do mesmo jeito, ele baixa rapidamente, diminui o oxigênio e morre. (Interlocutor 2, Pescador, 2022)

²² As comportas da UHE de Estreito.

Com base em anos de experiência, os pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO) descrevem o desaparecimento de inúmeras espécies de peixes e as alterações na jusante do rio. O processo de represamento e inundação de grandes áreas alterou a fisiologia das águas do rio Tocantins, gerando problemas ambientais que antes não existiam, como a diminuição drástica dos peixes de cardume. Essas mudanças têm impactos significativos na atividade pesqueira e na vida das comunidades que dependem da pesca artesanal para subsistência. Os pescadores e pescadoras relatam que espécies importantes para a alimentação e economia local, como o Surubim-chicote, a Branquinha, Dourada de Couro e a Pataca do Olhão, praticamente desapareceram dos trechos afetados pela construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Tucuruí e Estreito. Essa redução drástica na população de peixes compromete a segurança alimentar das comunidades ribeirinhas e afeta diretamente a renda dos pescadores artesanais.

Conforme descrevem os relatos, com a implantação das UHEs uma série de impactos negativos no ecossistema aquático do rio Tocantins. A formação de grandes reservatórios, o bloqueio da livre circulação dos peixes e as alterações no regime de águas interferiram nos ciclos reprodutivos, na migração e na disponibilidade de alimento para as espécies aquáticas. Além disso, o represamento do rio e a formação de áreas inundadas modificaram as características físicas e químicas da água, afetando negativamente a vida aquática.

A redução ou desaparecimento dessas espécies de peixes não apenas prejudica os pescadores e pescadoras artesanais, mas também provoca desequilíbrios ecológicos. A ausência de predadores naturais e a falta de controle populacional das espécies remanescentes podem levar ao aumento de outras espécies indesejáveis, afetando ainda mais a diversidade e a sustentabilidade do ecossistema aquático. A perda de espécies de peixes e os problemas ambientais decorrentes da construção das UHEs afetam diretamente a vida e o planejamento social das comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras de Tocantinópolis, que vivem parcial ou exclusivamente da atividade pesqueira.

Quadro 1 - Lista de peixes que desapareceram após a implantação da UHE Estreito

Branquinha	<i>Psectrogaster amazonica</i>	- 100%
Dourada de Couro	<i>Brachyplathystoma flavicans</i>	- 100%
Surubim-chicote	<i>Sorubimichthys planiceps</i>	- 100%
Pataca do Olhão	<i>Tetragonopterus argenteus</i>	- 100%

Fonte: Autor (2023)

Quadro 02 - Lista de peixes com percentual de redução em sua população após a implantação das UHE's de Tucuruí e Estreito

Jaraquí	Semaprochilodus insignis	- 70%
Pacú Branca	Myloplus rubripinnis	- 60%
Pacú Manteiga	Mylossoma duriventre	- 60%
Piabanha	Brycon insignis	- 50%
Mandubé	Ageneiosus brevifilis	- 80%
Surubim	Pseudoplatystoma corruscans	- 50%
Jaú	Paulicea luetkeni	- 50%
Mandi	Pimelodus pohli	- 70%

Fonte: Autor (2023)

Pode-se recorrer a Austin (1990), que argumentou que quando os seres humanos engajam em práticas linguísticas, não estão apenas descrevendo a realidade, mas também estão agindo sobre ela, efetuando ações. Isso se traduz em uma concepção de linguagem como uma forma de ação, abrangendo saberes *constatativos* e *performativos*.

Nos relatos dos pescadores e pescadoras, é possível identificar a manifestação dos saberes *constatativos*, à medida que descrevem a realidade resultante da construção das Hidrelétricas de Estreito e Tucuruí, evidenciando a escassez de peixes e o desequilíbrio na vida cotidiana da comunidade pesqueira. Paralelamente, também se observa a presença de saberes *performativos*, uma vez que suas palavras influenciam a realidade ao apontar os responsáveis pelo desequilíbrio, estabelecendo uma posição política contrária àquela promovida pelo capital, que afirmava que a construção da hidrelétrica melhoraria a qualidade de vida dos pescadores.

Embora o cenário atual da pesca artesanal no Brasil indique a inviabilidade econômica e a degradação dos biomas aquáticos, os povos tradicionais que a praticam coletivamente resistem às ofensivas do mercado e do modo de produção em grande escala. De acordo com Silva (2014), o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal tem um papel fundamental na preservação e conservação da biodiversidade brasileira:

Primeiro, pelo caráter extrativista, que necessita de ordenamento para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas. Segundo, pela própria dependência da pesca com relação aos serviços ambientais e terceiro, de que os modelos de manejo compartilhado resultam em mecanismos mais justos e democráticos de gestão. É necessário (SILVA, 2014, p. 24)

Apesar de estarmos cada vez mais conscientes da importância das comunidades tradicionais na preservação dos nossos recursos naturais, as agressões ambientais (Figura 13) e a desvalorização do pescador artesanal apenas aumentam o desestímulo para continuar exercendo essa profissão. A pesca artesanal é crucial para fornecer proteína animal e manter a economia local, sendo a principal fonte de subsistência para milhares de famílias. No entanto, o Estado insiste em promover políticas econômicas de crescimento nacional que priorizam os interesses do capital em detrimento das comunidades tradicionais. As soluções oferecidas pelo governo para atender à demanda por produção de energia frequentemente prejudicam os recursos naturais, a biodiversidade e o meio ambiente, beneficiando os grandes projetos. Infelizmente, pouco se ouve falar de desenvolvimento sustentável e respeito às populações tradicionais, e elas são raramente consultadas sobre quais projetos deveriam ser priorizados.

Figura 12 - Peixes mortos encontrados nas proximidades de Tocantinópolis, durante a construção e inauguração da UHE Estreito 2010-2012



Fonte: Folha do Bico.

Silva (2014) argumenta que o Estado brasileiro, por meio de suas instituições de pesquisa, regulamentação e fomento, possui uma participação importante e indispensável na gestão da pesca artesanal no país. Independente dos arranjos institucionais requeridos, é necessário promover e mobilizar os agentes sociais para o desenvolvimento de políticas públicas para a pesca artesanal, promovendo maior envolvimento dos pescadores e pescadoras nas tomadas de decisão junto ao Estado. Apesar das grandes diferenças regionais nas experiências de gestão compartilhada da pesca no Brasil, é preciso refletir profundamente sobre como o país se acostumou a marginalizar os comuns, as comunidades tradicionais, os

extrativistas e, neste caso, os pescadores e pescadoras artesanais, para preservar essa atividade.

Furtado (1985), em seu livro "O Mito do Desenvolvimento Econômico", argumenta que a economia brasileira é um exemplo de como o Estado pode avançar no processo de industrialização sem renunciar às suas principais características de subdesenvolvimento. Isso significa permitir a desigualdade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, além da grande maioria da população viver em um nível de subsistência fisiológica e das massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas. Furtado (1985) enfatiza:

No Brasil, durante um longo período, os aumentos da renda (produtividade econômica) foram basicamente o resultado de uma simples realocação de recursos visando à maximização de vantagens comparativas estáticas no comércio exterior. A passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial não pressupõe necessariamente uma mudança da agricultura tradicional para a moderna. Quando gerada pelo comércio exterior, porém, tal passagem acarreta um crescimento significativo da produtividade econômica, e pode iniciar um processo de modernização. A importância deste processo dependerá da matriz institucional preexistente. No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização. (FURTADO, 1985, p. 100)

Little (2004) sustenta que o Estado é paradoxal quando a temática são os povos tradicionais, sejam quais for o grupo social:

Os povos tradicionais dedicados à extração de recursos pesqueiros - os ribeirinhos e os pescadores - confrontam outro conjunto de obstáculo para o reconhecimento formal de suas áreas de ocupação e uso, uma vez que, em muitos casos, não são terras que estão em questão, mas seções de um rio, de um lago ou do mar [...] A contenda pela criação de novas políticas territoriais dá-se entre atores políticos com cotas desiguais de poder: por um lado, um Estado poderoso que detém controle exclusivo sobre os aparelhos militares e de policiamento, e, por outro lado, os múltiplos povos tradicionais economicamente marginais e politicamente desarticulados entre si. Aqui, paradoxalmente, a existência de um Estado-nação poderoso oferece a esses povos que têm reivindicações territoriais uma fonte de unidade que procede de sua situação de marginalidade frente aos mesmos dispositivos estatais. Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes em que se articulam politicamente para assegurar esses direitos no campo das políticas públicas territoriais, o que transforma a luta local numa luta com caráter nacional. (LITTLE, 2004, p. 256-280)

A construção de barragens tem um impacto significativo no ecossistema aquático que antes permitia uma coexistência harmoniosa entre as comunidades e o meio ambiente. Essas construções afetam e prejudicam o ecossistema aquático dos pescadores artesanais,

ribeirinhos e vazanteiros. As mudanças no ciclo das águas e na área representam uma reconfiguração do território dessas comunidades, desestabilizando a capacidade de adaptação das populações, especialmente dos povos originários e tradicionais. Eles sentem o desaparecimento de seus referenciais espaciais usuais em seu modo de vida local, gerando sentimentos de insegurança e incerteza. Os conhecimentos, saberes e práticas acumulados ao longo do tempo de convívio territorial, de geração em geração, são destruídos com a implantação das barragens, afetando seus territórios tradicionais por muito tempo.

Os problemas de saúde enfrentados pelas comunidades tradicionais ribeirinhas e os impactos associados ao ecossistema aquático são sentidos de maneira violenta, alterando drasticamente o modo de vida dessas comunidades. Elas experimentam sentimentos de frustração, medo e impotência para lidar com o problema, deixando-as totalmente sem reação. O conhecimento das mudanças no ecossistema aquático não é suficiente para amenizar o sentimento de abandono e desespero vivenciado pelas populações afetadas, que pode ser mais intenso do que em outras áreas. Como problema recorrente nos projetos para a implantação de hidrelétricas, a negligência em relação ao planejamento dos impactos indiretos ainda na fase de planejamento é frequente, ou seja, o custo social é geralmente desconsiderado. Neste caso, o processo de desapropriação e realocação afeta as atividades de subsistência das famílias atingidas, especialmente para as comunidades que dependem exclusivamente da pesca, da vida ribeirinha ou da agricultura das vazantes. O número de pessoas afetadas pelo deslocamento motivado pela construção de barragens é grande e difícil de estimar. Os problemas enfrentados pelas comunidades são de grande magnitude e não podem ser medidos com precisão. Para as comunidades ribeirinhas e pesqueiras que viveram por muitos anos em seu território originário, não é fácil ver esse território desaparecer em favor dos interesses do capital e da produção energética baseada em hidrelétricas.

Apesar de serem problemas comuns a outras comunidades que vivem no entorno de grandes projetos hidrelétricos e suas barragens, os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais pesqueiras e ribeirinhas de Tocantinópolis (TO) e região, especialmente relacionados ao ecossistema aquático, mais especificamente ao Rio Tocantins e seus afluentes, acarretam consequências devastadoras que alteram profundamente o modo de vida das comunidades pesqueira e ribeirinhas, que dependem dos recursos naturais dos rios e ribeirões para sua sobrevivência. Diante dessa realidade, as populações afetadas experimentam emoções intensas de frustração, medo e impotência, encontrando-se sem respostas diante dessa situação desafiadora.

Apesar do conhecimento adquirido em relação às mudanças no ecossistema aquático, esse conhecimento em si não é suficiente para atenuar o sentimento de abandono e desespero vivenciado por essas populações, que muitas vezes é ainda mais acentuado do que em outras áreas. Infelizmente, a negligência em relação aos impactos indiretos das hidrelétricas é um problema recorrente nos projetos de desenvolvimento, onde frequentemente o custo social e humano é pouco considerado durante o planejamento. O processo de desapropriação e realocação afeta diretamente as atividades de subsistência das famílias afetadas, especialmente aquelas que dependem exclusivamente da pesca, da vida ribeirinha ou da agricultura das vazantes. O número de pessoas afetadas pelo deslocamento motivado pela construção de barragens é vasto e difícil de ser estimado com precisão.

Os problemas enfrentados pelas comunidades pesqueira e ribeirinhas são de uma magnitude impressionante e não podem ser quantificados com exatidão. Para as comunidades ribeirinhas e pesqueiras que habitaram por gerações em seus territórios de origem, é uma experiência dolorosa testemunhar seu modo de vida desaparecer em prol dos interesses do capital e da produção energética baseada em hidrelétricas. É fundamental buscar soluções que considerem os impactos sociais e ambientais desses empreendimentos, bem como garantir a participação efetiva das comunidades afetadas na tomada de decisões que afetam seu futuro e sua sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa e dissertação proporcionaram uma análise abrangente da situação, trajetórias, saberes e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO), bem como de sua organização social. Além disso, foi possível compreender os impactos dos grandes projetos no modelo de produção energética brasileiro e os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras. Os impactos ambientais e sociais decorrentes desses projetos também foram abordados, oferecendo uma visão holística dos problemas enfrentados.

A comunidade pesqueira de Tocantinópolis (TO) desempenha um papel crucial tanto na economia local quanto na preservação dos conhecimentos tradicionais e culturais. A pesca artesanal e familiar não apenas abastece as feiras locais com carne de peixe, fortalecendo a base econômica da cidade, mas também mantém uma estreita relação com a agricultura familiar, reconhecendo a interdependência dos sistemas sociais e cognitivos presentes nas colônias pesqueiras. O rio Tocantins é, ainda, um elemento central na vida das comunidades ribeirinhas locais, fornecendo recursos naturais essenciais para seu sustento. Além disso, as vilas ribeirinhas ao longo do rio desempenham um papel importante como centros de intercâmbio cultural e trocas comerciais, enriquecendo a diversidade cultural da região.

Os pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis (TO), assim como em comunidades pesqueiras de outras regiões, mantêm uma relação íntima e complexa com o ecossistema dos rios e ribeirões locais. Seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e suas práticas enraizadas nos costumes tradicionais são essenciais para a sua sobrevivência e para a preservação dos recursos naturais.

Ao analisar as informações apresentadas sobre as iniciativas de organização da pesca artesanal no Brasil, podemos perceber um percurso histórico marcado por diferentes contextos políticos e ações governamentais. Desde os tempos anteriores à colonização, quando os indígenas e populações tradicionais eram responsáveis pela pesca e coleta de peixes, até os dias atuais, observa-se uma trajetória complexa e muitas vezes desafiadora para o reconhecimento e valorização da pesca artesanal como uma atividade de importância socioeconômica e cultural.

A institucionalização das colônias de pescadores pela Marinha brasileira, como medida estatal para resolver problemas regionais, sociais e econômicos, evidencia o reconhecimento da necessidade de organização e suporte às comunidades pesqueiras. É essencial notar que essa intervenção estatal tinha, a princípio, a intenção de abordar questões

regionais, sociais e econômicas ligadas à atividade pesqueira. No entanto, ao longo do tempo, as políticas públicas direcionadas à pesca artesanal nem sempre lograram satisfazer completamente as necessidades e demandas dessas comunidades.

A criação da Divisão de Caça e Pesca no governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930, buscava regulamentar a atividade pesqueira. Contudo, observa-se com o passar do tempo a marginalização da pesca artesanal nas políticas públicas para o setor. No período do regime militar, a centralização da atividade pesqueira e a promulgação de um novo Código de Pesca, influenciado pelo Ato Institucional no 5 (AI-5), refletiram uma abordagem que priorizava outros interesses em detrimento dos pescadores artesanais. Historicamente, a legislação brasileira negligenciou aspectos sociais e culturais das comunidades ribeirinhas e tradicionais, deixando de considerar suas necessidades e particularidades.

Nesse cenário, é essencial repensar as políticas públicas relacionadas à pesca artesanal, promovendo uma abordagem mais inclusiva e participativa, que reconheça o papel crucial dos pescadores e pescadoras artesanais como guardiões do conhecimento ancestral e agentes essenciais para a conservação dos recursos naturais e a preservação das comunidades ribeirinhas. É vital garantir o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e infraestrutura, além de valorizar e preservar a cultura e as tradições dessas comunidades.

Do ponto de vista conceitual, a comunidade pesqueira em Tocantinópolis (TO) adota seu próprio modo de produção. Suas atividades produtivas estão intrinsecamente ligadas a relações de parentesco e compadrio e, frequentemente, fundamentam-se na reciprocidade e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. O comércio para mercados externos nem sempre é o único objetivo dessas comunidades. Práticas de compartilhamento e venda direta da produção aos consumidores locais, bem como o consumo interno e participação em eventos sociais, como festividades e celebrações comunitárias, são comuns. Essas práticas preservam os costumes e fortalecem os laços sociais.

É relevante enfatizar que as comunidades pesqueiras de Tocantinópolis (TO) e da região do médio Tocantins estabelecem uma relação específica com seus territórios e recursos naturais, transformando esses espaços em autênticos territórios culturais. O conceito de "território" abrange dimensões físicas, simbólicas e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. Dentro desses territórios, existem registros vívidos de eventos passados, resultantes de relações sociais duradouras, que moldam o seu modo de vida e a cosmovisão dessas comunidades. O território é apreendido e vivenciado por elas, e a valorização vai além da conservação ambiental e do respeito aos saberes ancestrais. Isso desafia a concepção de

território como estático e imutável, apresentando dinâmicas próprias e uma relação íntima com o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades.

Ao analisar a organização social e o território das populações tradicionais que dependem da pesca artesanal em Tocantinópolis (TO), fica evidente que a valorização e o fortalecimento da Colônia de Pescadores Z-7 e das associações de pescadores desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos e interesses da comunidade pesqueira da região. Através da união e da conscientização de classe, os pescadores e pescadoras artesanais conseguem se organizar e enfrentar os desafios impostos pelas políticas neoliberais e pelas medidas de austeridade socioeconômica.

Nesse contexto, as diversas formas de organização social na produção pesqueira, conforme descritas por Diegues (2004), representam manifestações concretas de modos de produção que coexistem e se combinam. Essa combinação e articulação de várias instâncias (econômica, política e ideológica) são compreendidas no conceito de formação social. O modo de produção, embora uma abstração formal, é considerado um sistema que engloba várias instâncias, geralmente com ênfase na instância econômica. A compreensão desse conceito envolve elementos teóricos fundamentais, como as relações de dominação e a articulação entre essas instâncias, sendo essencial para a análise das dinâmicas sociais e econômicas das comunidades de pescadores artesanais.

Um aspecto proeminente é a importância das formas de articulação sindical e associativa lideradas pela Colônia de Pescadores Z-7, que desempenha um papel fundamental como espaço de luta e organização social para os trabalhadores. Essa análise realça a relevância dessa estrutura orgânica de classe para a defesa dos direitos e interesses das comunidades de pescadores artesanais. As colônias de pescadores também são destacadas como espaços de organização e representação da classe trabalhadora na pesca artesanal. Apesar de esses espaços nem sempre serem automaticamente propícios para reflexão e debate, é possível potencializá-los como ambientes sustentáveis para discutir a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais.

A conscientização da classe trabalhadora e a defesa de seus direitos são pilares fundamentais para a promoção de melhorias nas condições de trabalho. Nesse contexto, as colônias de pescadores podem e devem desempenhar um papel crucial, pois podem servir como plataformas para a reflexão crítica e o diálogo entre os pescadores. Por meio dessas discussões, é possível identificar os desafios enfrentados pela classe trabalhadora e buscar soluções coletivas para superá-los.

A regulamentação adequada das colônias e associações, estabelecida em 2008, reforça o papel da Colônia de Pescadores Z-7 como uma entidade representativa dos trabalhadores pesqueiros em Tocantinópolis (TO). Essa regulamentação é essencial para garantir a proteção dos direitos adquiridos e fortalecer essas organizações como espaços de defesa e luta por novas demandas. Além disso, a pesca artesanal e familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar do país, sendo responsável pela maioria do pescado consumido pela população. Os pescadores e pescadoras, quer atuem de forma independente ou associados a companhias de pesca, fornecem uma importante fonte de proteína animal para os brasileiros. Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar a contribuição desses trabalhadores para a alimentação da população.

A Colônia de Pescadores Z-7, como representante dos trabalhadores pesqueiros de Tocantinópolis (TO) e região, exerce um papel significativo na defesa dos direitos e interesses das comunidades pesqueiras da região. Sua atuação como aglutinadora e organizadora é essencial para fortalecer a classe trabalhadora pesqueira, bem como para promover ações de resistência diante dos desafios enfrentados. No entanto, é necessário que as políticas públicas reconheçam e considerem as especificidades das comunidades pesqueiras, levando em conta os aspectos sociais, culturais e ambientais que permeiam a atividade pesqueira. É preciso superar a marginalização histórica das políticas públicas em relação à pesca artesanal, assegurando que essas comunidades sejam incluídas e beneficiadas por medidas governamentais que visem ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos recursos naturais.

Apesar das diversas posições políticas e lideranças, é vital enfatizar a valorização e o fortalecimento das colônias e associações de pescadores, reconhecendo seu papel como defensoras dos direitos desses trabalhadores. Simultaneamente, as políticas públicas precisam abordar as demandas das comunidades pesqueiras, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a preservação dos recursos naturais. Somente assim se assegurará um futuro justo e sustentável para os pescadores artesanais, suas famílias e as próximas gerações.

Ao reconhecer o território como um espaço de tradição e de produção de conhecimento, abre-se espaço para a promoção da autonomia e autogestão dessas comunidades. A valorização da liderança dos pescadores mais experientes, aliada à participação ativa dos demais membros da comunidade, pode fortalecer a tomada de decisões coletivas e a implementação de práticas sustentáveis de pesca. A preservação do território das comunidades pesqueiras tradicionais não implica em uma estagnação do progresso, mas sim na promoção de um desenvolvimento que respeite as particularidades locais e valorize a diversidade cultural. Através do fortalecimento das formas de organização e articulação

sindical e associativa, é possível fomentar a geração de renda, o acesso a políticas públicas e a construção de parcerias com outros setores da sociedade.

Os conhecimentos e práticas das comunidades pesqueiras de Tocantinópolis (TO) e região desempenham um papel fundamental na compreensão e no manejo sustentável dos recursos naturais. Esses saberes acumulados ao longo de gerações refletem uma profunda conexão entre os pescadores e pescadoras artesanais e o ambiente em que vivem, baseada na observação, experimentação e interação contínua com os ecossistemas locais. A valorização e a preservação desses conhecimentos são essenciais para a conservação da biodiversidade, a saúde dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades pesqueiras, uma vez que há a interdependência necessária para a sobrevivência destes. Os saberes tradicionais estão intrinsecamente ligados à manutenção dos sistemas naturais, de seu território, pois refletem uma relação harmoniosa e equilibrada entre os seres humanos e a natureza. É por meio desses conhecimentos que os pescadores e pescadoras conseguem extrair o sustento dos recursos naturais sem comprometer sua regeneração e perpetuação.

Além disso, é importante destacar que a valorização do território pesqueiro tradicional pode contribuir para a construção de uma identidade coletiva forte, que fortalece os laços comunitários e promove a autoestima dos membros da comunidade. A preservação da memória e do patrimônio cultural dessas comunidades, assim como o registro documental, são fundamentais para garantir a transmissão desses saberes às futuras gerações e para reforçar a importância das práticas tradicionais na sociedade em geral. Os saberes produzidos pelos pescadores e pescadoras são transmitidos de geração em geração, possibilitando que as novas gerações continuem aprendendo e multiplicando esses conhecimentos essenciais. A preservação e a valorização desses saberes contribuem não apenas para a continuidade das práticas pesqueiras tradicionais, mas também para o fortalecimento das identidades culturais e comunitárias.

Dessa forma, o reconhecimento e a valorização do território das comunidades pesqueiras tradicionais não apenas salvaguardam a cultura e o meio ambiente, mas também abrem caminhos para um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável, promovendo a dignidade e a qualidade de vida das comunidades pesqueiras e contribuindo para a preservação dos recursos naturais e da diversidade socioambiental.

O rio Tocantins desempenha um papel crucial na subsistência da população pesqueira da comunidade Z-7 em Tocantinópolis (TO), sendo o maior e mais importante rio da região. No entanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito afetou todo o ciclo natural e econômico dos pescadores locais, assim como ocorreu em outras comunidades impactadas

por grandes projetos. Essas mudanças resultantes do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil têm impactos significativos nas populações tradicionais. As hidrelétricas, como modelo dominante de produção de energia, afetam diretamente as comunidades devido aos alagamentos causados pelas barragens.

O conhecimento adquirido em relação às mudanças no ecossistema aquático não é suficiente para atenuar o sentimento de abandono e desespero vivenciado pelas comunidades tradicionais pesqueiras e ribeirinhas de Tocantinópolis (TO) e região. Infelizmente, a negligência em relação aos impactos indiretos das hidrelétricas é um problema recorrente nos projetos de desenvolvimento, onde frequentemente o custo social e humano é pouco considerado durante o planejamento. O processo de realocação afeta diretamente as atividades de subsistência das famílias afetadas, especialmente aquelas que dependem exclusivamente da pesca, da vida ribeirinha ou da agricultura das vazantes.

Os problemas enfrentados pelas comunidades pesqueiras e ribeirinhas são de uma magnitude impressionante e não podem ser quantificados com exatidão. Para as comunidades que habitaram por gerações em seus territórios de origem, é uma experiência dolorosa testemunhar seu modo de vida desaparecer em prol dos interesses do capital e da produção energética baseada em hidrelétricas. É fundamental buscar soluções que considerem os impactos sociais e ambientais desses empreendimentos, bem como garantir a participação efetiva das comunidades afetadas na tomada de decisões que afetam seu futuro e sua sustentabilidade.

É preciso considerar que os costumes, conhecimentos e técnicas utilizados pelos povos tradicionais na produção de alimentos, geralmente baseados em práticas artesanais, muitas vezes entram em conflito com o ritmo acelerado de produção do sistema capitalista. Reconhecer o território pesqueiro tradicional das comunidades pesqueiras e ribeirinhas de Tocantinópolis (TO) e região do médio Tocantins fortalece a sua identidade coletiva, promovendo laços comunitários e autoestima. A preservação da memória e patrimônio cultural, junto ao registro documental, assegura a transmissão de saberes às futuras gerações e reforça a importância das práticas tradicionais na sociedade. Para entender a organização social dos pescadores em suas comunidades, é, também, essencial considerar os impactos ambientais que afetam seus meios de subsistência, ou seja, os rios.

Como avanço de políticas públicas para os povos da pesca artesanal, em agosto de 2023, é instituído o decreto Nº 11.626, de 2 de agosto de 2023 (BRASIL, 2023), que promove o Programa Povos da Pesca Artesanal, que tem como objetivo desenvolver e executar políticas públicas, assim como estabelecer uma agenda de ações prioritárias elaborada de

maneira participativa. Essas medidas visam proteger, promover e fortalecer as comunidades pesqueiras artesanais em todo o território nacional. O Programa Povos da Pesca Artesanal destaca como objetivo fortalecimento e a capacitação das pescadoras e pescadores artesanais de todo o Brasil, para que possam enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais, aprimorar a produção e comercialização do pescado e melhorar a gestão dos recursos pesqueiros. Além disso, busca valorizar essas atividades e manifestações culturais, estimular pesquisa, formação e inovação tecnológica sustentável em parceria com instituições de ensino e extensão, garantir a segurança alimentar do país e promover a justiça socioambiental da pesca artesanal. O Programa é coordenado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e tem como diretrizes a defesa e promoção dos pescadores artesanais, considerando suas particularidades e diversidade sociocultural, o combate ao racismo e discriminação para garantir sua inclusão socioeconômica e o respeito à pluralidade de seus costumes, como jangadeiros, marisqueiras, vazanteiros, caiçaras, extrativistas, ribeirinhos, entre outras formas tradicionais de pesca. Dessa forma, o Programa Povos da Pesca Artesanal procura fortalecer esse importante segmento da pesca no Brasil, valorizando sua cultura e tradições, ao mesmo tempo que busca aprimorar e tornar sua atividade econômica mais sustentável.

REFERÊNCIA

ALIER, Juan Martinez. **El ecologismo dos pobres**. Revista WANI. n 125. abril de 1992. Manágua. Nicaragua.

ALVES, Taíse dos Santos. GERMANI, Guiomar. **A Organização Do Espaço Pesqueiro: Considerações Sobre A Pesca Artesanal Na Bahia**. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. UFRJ, 2014

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994. Pasta sem título

BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa; Ed. Difel. 1989.

BRASIL. **Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**: Consolida Atos Normativos Editados Pelo Poder Executivo Federal Que Dispõem Sobre a Promulgação de Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho - Oit Ratificadas Pela República Federativa do Brasil. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm> Acesso em 24 abril. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 ago. 2022

BRASIL. **Decreto Nº 11.625, de 2 de agosto de 2023**. Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11626.htm> Acesso em 24 abril. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934**. Dispõe sobre o Código de Caça e Pesca Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23672.htm> Acesso em 22 out. 2022

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm > Acesso em 24 abril. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 8.967, de 23 de Janeiro de 2017.** Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Acesso em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8967.htm > Acesso em 24 abril. 2023

BRASIL. **Decreto-lei Nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe Sobre a Proteção e Estímulos à Pesca e Dá Outras Providências. Disponível em:< <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/decret-o-lei-no-221-de-28-02-1967.pdf>> Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008.** Dispõe Sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o Parágrafo Único do Art. 8o da Constituição Federal e Revoga Dispositivo do Decreto-lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11699.htm> Acesso em 24 abril. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm>Acesso em 20 ago. 2022

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em 25 set. 2022

BRASIL. **Terceira Conferência Nacional de Agricultura e Pesca:** consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável da agricultura e Pesca. Disponível Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/decreto_regimento_texto_base_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf> Acesso em 22 ago. 2022

CALDART, Roseli Salete. **A Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo, SP. Ed. Vozes. 1999.

CASTELUCCI, Wellington. **Pescadores da modernagem: experiências e trajetórias nos diversos tempos da vila de Tairu – Itaparica (1960-1990).** História Oral, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013

CASTRO, V. B. de; BARROS, F. B. **“A barragem não serve para nós”: o inconformismo dos vazanteiros pescadores com as indenizações na região do médio rio Tocantins** Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2017.

CASTRO, V. B. de; BARROS, F. B. **“Depois da Barragem Tudo Mudou”: o Drama da Pesca e dos Pescadores Artesanais do Médio rio Tocantins.** 2015, Revista GeoAmazônia, v. 3, n. 05.

CAVALCANTE, Ana Raquel Araújo. **A economia solidária como alternativa produtiva para o atual modelo econômico e seus avanços a nível normativo no Brasil.** São Paulo: Ed. Dialética, 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

CONSELHO PASTORAL DE PESCADORES - CPP. **Boletim Jurídico do CPP** | Agosto de 2021. 8.^a edição. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/publicacao/pescando-direitos-edi%C3%A7%C3%A3o-8-agosto-de-2021>> Acesso em 15 set. 2022

CUNHA, L. H.; ROUGEULLE, M. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1989.

CUNHA, Lúcia Helena Oliveira. **Tempo Natural e Tempo Mercantil na pesca artesanal.** In: Encontro de Ciências Sociais o Mar no Brasil. 2., São Paulo. Anais. São Paulo: IOUSP/FORD, UICN. 1988

CUNHA, Lúcia Helena Oliveira. **O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20. Curitiba, Ed. UFPR, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaios sobre a revolução no século XXI.** Boitempo: São Paulo, 2017.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografi(a)s da Pesca Artesanal Brasileira.** 2018. 451p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades.** São Paulo: Nupaub - Usp, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

ESCOBAR, Arturo **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou**

pós-desenvolvimento? CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf> Acesso em 10 set. 2022

FAO. 2022. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Rome, FAO.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. **Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do sul do Estado do Paraná, Brasil**. Polis - Revista Latinoamericana. 2020. N 56. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/polis/19082>> Acesso em 28 maio. 2023

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. **Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental**. Ecologia Integral: abordagens impertinentes (pp.37-60) Publ: José Ivo Follmann. 2021.

FONSECA, Ana Cláudia Mafra da. **Histórias de pescador: as culturas populares nas redes das narrativas** : Parary, Nísia Floresta - RN – Natal : IFRN Editora, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Circulo do Livro, 1985.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de janeiro: LTC, 1989.

GIRALDIN, Odair; APINAJÉ, Cassiano Sotero. **Perspectivas históricas sob a perspectiva dos Apinaje**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 237-288, jan./abr. 2019

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**. 1 Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

GOHN, M. G. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos**. Disponível em:<https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf> Acesso em 22 fev. 2019.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GONÇALVES, Éven Bandeira; MEDEIROS, Rejane; PISANI, Mariane da Silva. **Mulheres pescadoras artesanais: relações de gênero e violência na colônia z7, Tocantinópolis (TO)**. Artigo. Núcleo de Estudos de Gênero. Cadernos Espaço Feminino. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1955.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um debate anglo-americano**. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, p. 49-66, 1 semestre, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Edit. PUC-Rio: Apicure, 2016.

JUNQUEIRA, R. **Índices de severidade de seca para a bacia hidrográfica do rio Tocantins**. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

JUSTO, Felipe da Silva; AMORIM, Filipi Vieira. **Aproximações entre legislação, pesca artesanal e educação ambiental**. Revista Caribeña de Ciencias Sociales. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/04/legislacao-pesca-educacion.html>> Acesso em 22 agosto. 2023.

JUSTO, Felipe da Silva; Juliana da Silva Justo. **Notas acerca da justiça ambiental, ecocidadania e colônias de pescadores no Brasil**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade. v. 2 (2019)

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. Saberes, **Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal**. EDUFES. Vitória/ES 2015.

LABERGE, Jacques. **As Naturezas do Pescador**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Imagem das águas**. São Paulo. Ed. Hucitec. 2000.

LETURCQ G. 2007. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil**. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas, Salvador, Brazil. pp.250, 2007. <halshs-00381079>.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestre e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 2. ed. 1994.

MARANHÃO. **Lei Complementar Nº 089 de 17 de novembro de 2005**. Cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e Dá Outras Providências. disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LC_089> Acesso em 24 abril. 2023

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MEIHY, José Carlos Serbe B.; RIBEIRO, Susana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo. Ed. Contexto, 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de . **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em:<http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo14/Col%F4nias_de_Pescadores_e_Luta_Cidadania.rtf> Acesso em: 05/02/2019

MORIN, M.P.; JURAS, Anastácio ; SANTOS, Geraldo Mendes dos; CINTRA, Israel. **Os peixes e a pesca no baixo Rio Tocantins: vinte anos depois da UHE Tucuruí**. Eletronorte, Ministério das Minas e Energia, 2010. Disponível em <<https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/35969>> Acessado em 20/09/2022

MOVIMENTOS DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS - MPP. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Folder de Divulgação**. MPP. Pernambuco, 2012.

MOVIMENTOS DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS - MPP. **Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro**. MPP, 2013.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo ed. Leya, 2009.

OLIVEIRA, M. de F. **Rio Tocantins: Lugar de memórias e identidades**. Revista Mosaico, v.1, n.2, 2008.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRUSBURG, Udo. **Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins**. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014. Disponível em : <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/772/9155>. Acesso em 201 set. 2022

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo. **Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio – Tocantins**. **Desafios**, Palmas, v. 01, n. 01, p. 128-145, dez. 2014.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. **Cartografias Ontológicas de Educadoras do Campo da Região do Bico do Papagaio - TO**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, PPGeo, UFG, 2020.

OST, François. **A natureza à margem da lei: ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PAIOLA, Lucy Mara; TOMANIK, Eduardo Augusto. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná**. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano**. **Revista GEOgrafiac - UFF**. v. 8 n. 16, 2006. Rio de Janeiro. Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/833>> Acesso em: 05 maio 2023

QUEIROZ, Andriana Sathler; MOTTA-VEIGA, Marcelo. **Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável.** *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, núm. 6, junho, 2012, pp. 1387-1398. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **O mundo das águas e seus laços de pertencimento.** *In: Raízes.* Campina Grande. Vol. 23, N°s 01 e 02. Pags 62/72. Jan-dez, 2004.

RESENDE, Alberto Toledo. SILVA, Catia Antonia da. **A marinha e a estruturação da atividade pesqueira brasileira na primeira república.** Disponível em:<<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/466>> Acesso em: 05 ago. 2022

ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. **Conhecimento e Transformação Social: por Uma Ecologia de Saberes.** *Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, n.o 6 | jan-jun | 2006

SANTOS, Milton A. **O Papel Ativo da Geografia, um Manifesto.** *In Território*, ano V, nº 9, julho-dezembro 2000, pp. 103-109

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAUTCHUK, C. E. **O arpão e o anzol: Técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá).** Tese de doutorado, Antropologia Social/UnB, 2007. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1166>> Acesso em: 05 maio 2023

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A; PICCININI, C. A. **Potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19.** *Revista UFTM.* Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/4877/pdf>>. Acesso em: 27 dez 2021.

SILVA, Adriano Prysthon. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos.** *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento* 3. Embrapa Pesca e Aquicultura. Palmas, TO. 2014.

SILVA, Anelino Francisco. **A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso Potiguar.** *In: ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os Pescadores na História do Brasil**. Volume I: Colônia e Império. Comissão Pastoral dos Pescadores. 1988. Recife, PE.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio - Tocantins**: um estudo sobre a relação entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, Antônio Eusébio; et ali. **Nos bastidores da paisagem: uma viagem geográfica pelos conflitos territoriais no Ceará, Piauí e Tocantins**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 40, p. 265-296, abr., 2021.

TOCANTINS. **Lei Complementar Nº 121, de 15 de março de 2019**. Altera a Lei Complementar Nº 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, da piscicultura, da proteção da Fauna Aquática e dá Outras Providências. Disponível em https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_121-2019_48292.PDF>Acesso em 24 abril. 2023

TOCANTINS. **Lei Complementar Nº 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe Sobre Regulamentação das Atividades de Pesca, Aquicultura, Piscicultura, da Proteção da Fauna Aquática e Dá Outras Providências. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/246012>>Acesso em 24 abr. 2023

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

VIÉGAS, R. N. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. Paraná. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13564/10890> . Acesso em: 20/05/2023.

VILANOVA, Mercedes. **Pensar a Subjetividade - Estatísticas e Fontes Orais**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Organizadora). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1994. 157p.

ZACARKIM, C. E.; OLIVEIRA, L. C.; DUTRA, F. M.. **Perfil dos Pescadores da Foz do Rio Araguaia, Brasil**. Revista Eletrônica de Extensão. Extensio UFSC. Florianópolis, v. 14, n. 25, p. (27 - 44), 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n25p27/34286> >. Acesso em: 20 nov 2021.

Sites/Blogs

Gás, luz, gasolina, comida: inflação não para de subir e ‘prévia’ tem a maior alta para abril em 27 anos. Disponível em:

<https://fup.org.br/gas-luz-gasolina-comida-inflacao-nao-para-de-subir-e-previa-tem-a-maior-alta-para-abril-em-27-anos/>

Imagens denunciam situação crítica no rio Tocantins; veja antes e depois. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/09/imagens-denunciam-situacao-critica-no-rio-tocantins-veja-antes-e-depois.html> Interlocutor 1

Nível do rio Tocantins fica abaixo do normal e preocupa; previsão é que baixe ainda mais

Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2017/07/20/nivel-do-rio-tocantins-fica-abaixo-do-normal-e-preocupa-previsao-e-que-baixar-ainda-mais>

Morfologia fluvial e dinâmica de sedimentos: análise dos efeitos a jusante do complexo hidrelétrico do rio Madeira. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/30852>

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E PESCADORAS DETOCANTINÓPOLIS: SEU TERRITÓRIO,**

SABERES E DESAFIOS. Esta pesquisa será realizada pelo pesquisador **Reginaldo Soares Fernandes**, do Curso do **Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território — PPGCULT** da **Universidade Federal do Norte do Tocantins — UFNT** do Campus de Araguaína, sob orientação do (a) Prof.(a) **Kênia Gonçalves Costa**. O Presente projeto discorrerá sobre os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no município de Tocantinópolis, assim como busca entender sua cultura e seu modo de vida, ou seja, sua forma de organização, suas narrativas e saberes adquiridos diante do vínculo com a pesca artesanal, de forma direta e indireta.

Esta pesquisa visa o estudo dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no município de Tocantinópolis, sua trajetória de vida, seu conhecimento e práticas culturais adquiridas em função da pesca artesanal, da troca compartilhada, do conhecimento tradicional, produção de subsistência e o seu território, assim como o registo documental e preservação da memória e seu patrimônio cultural. O motivo que nos leva a estudar sobre esta temática se dá pelo fato dos pescadores e pescadoras compõem a população tradicional pesqueira da cidade de Tocantinópolis, construindo suas trajetórias socio espaciais, e com pouca documentação sobre a dinâmica de seu território e saberes tradicionais.

Esta pesquisa será de cunho qualitativo, de metodologia de inspiração etnográfica, por entrevistas semiestruturadas e técnica da observação participante na Colônia de Pescadores Z-7, na cidade de Tocantinópolis. Para a realização desta entrevista, será utilizado gravador de voz, esclarecimento antecipado sobre o conteúdo da pesquisa e adoção de entrevista individual, duração média de 40 minutos. As perguntas serão em ritmo de diálogo simples, com questões de fácil entendimento.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em receio por sua parte com relação à gravação de áudio, que por timidez ou pelo envolvimento que o relato de sua vivência pode a vir lhe causar desconforto em saber que está sendo gravado. Como também a desconfiança acerca de quem terá acesso às gravações. Enquanto participante da pesquisa, Sr. (a) receberá acompanhamento e assistência em todas as etapas da pesquisa e atendimento adequando caso ocorra algum imprevisto que possa comprometer a integridade física, social e moral. Esta pesquisa tem como base colher relatos sobre sua vivência e observar o seu cotidiano. Qualquer dúvida em relação à realização desta pesquisa será esclarecida pelo próprio pesquisador.

A sua participação será voluntária e consistirá em relatos orais colhidos através da história oral e observação participante em que irá contribuir para a exposição de informações sobre a realidade dos pescadores e pescadoras na cidade de Tocantinópolis.

A sua identificação e imagem serão preservadas. As imagens utilizadas neste estudo estarão unicamente relacionadas ao território estudado, ou seja, não serão utilizadas fotos para o detrimento de sua imagem. A sua identidade será preservada por códigos ou siglas criadas pelo

autor, todas as informações obtidas serão tratadas academicamente, respeitando seu/sua segurança e integridade.

Para amenizar os riscos, seu nome social não será exposto na dissertação, onde utilizarei nomes fictícios, evitarei situações que possam causar estigmas, vergonha, constrangimento e inibição, sendo cauteloso em certas situações culturais do cotidiano dos pescadores e pescadoras. Caso ocorra uma situação de constrangimentos ou causar danos físicos as participantes, providenciarei atendimento médico e psicológico.

Para participar deste estudo o (a) Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá nenhuma vantagem financeira. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) será atendido(a) pelo pesquisador.

Os benefícios da pesquisa contribuirão para compreender como são construídas as trajetórias socio espaciais, práticas e os saberes dos pescadores e pescadoras artesanais de Tocantinópolis. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Esta pesquisa conta com o acompanhamento do **Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP) na Universidade Federal do Tocantins — UFT**. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é sediado no endereço: Avenida NS 15, 109 norte Prédio do Almoarifado Plano Diretor Norte; CEP 77.001-090. Palmas-TO; Tel.: (63)3232-8023; E-mail: cep_uft@uft.edu.br.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na **Universidade Federal do Norte do Tocantins — Campus de Araguaína**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala (**CDH – Bloco C**) do **Curso de História da UFNT** e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções N° 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E PESCADORAS DE TOCANTINÓPOLIS: SEU TERRITÓRIO, SABERES E DESAFIOS**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas

Tocantinópolis, Tocantins, _____ de _____ de 20

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Reginaldo Soares Fernandes

Endereço: rua do Matadouro, 100 **Bairro:** Beira

Rio CEP: 77900-000 **Cidade:** Tocantinópolis

Telefone Celular: (63) 981427172

E-mail: rgnldo@uft.edu.br

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFT/PALMAS

Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado Plano Diretor Norte

CEP 77.001-090

Palmas-TO | Tel.: (63)3232-8023 | E-mail: cep_uft@uft.edu.br

APÊNDICE B – PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS E RELATOS

Interlocutor 01:

É pescador residente na região do município de Tocantinópolis, no estado do Tocantins. Ele possui uma vasta experiência de mais de 40 anos na pesca artesanal, uma tradição que lhe foi transmitida por seus pais desde a infância.

É um pescador habilidoso e um profundo conhecedor dos rios da região e das diversas espécies de peixes que habitam essas águas. Participa ativamente das decisões e organização social da comunidade pesqueira local.

O relato do interlocutor 1 é enriquecido pelas memórias e ensinamentos de sua família, que desempenharam um papel fundamental na formação de sua expertise na pesca. Sua ligação estreita com a tradição familiar e sua profunda conexão com o ambiente aquático e as espécies de peixes da região fazem dele uma fonte valiosa de conhecimento e experiência no contexto da pesca artesanal em Tocantinópolis, Tocantins.

Interlocutor 02

Tradicional pescador que reside na região do município de Tocantinópolis, localizado no estado do Tocantins, e possui uma experiência impressionante de mais de 45 anos na pesca artesanal. Sua expertise na pesca foi transmitida por gerações anteriores, uma vez que ele tem origem como posseiro e lavrador na comunidade pesqueira local.

Como um hábil pescador, o interlocutor 2 é um conhecedor profundo dos rios da região e das diversas espécies de peixes que habitam essas águas. Seu relato é enriquecido pelas memórias e ensinamentos de sua família, que desempenharam um papel fundamental em sua formação como pescador.

Ele é considerado um exímio pescador, com uma compreensão profunda da natureza e dos ciclos naturais que regem o ecossistema aquático da região. Sua experiência e conhecimento não apenas o tornam uma fonte valiosa de sabedoria local, mas também contribuem para a preservação sustentável dos recursos naturais da área.

Interlocutor 03

É pescadora, residente na região do município de Tocantinópolis, no estado do Tocantins, com mais de 30 anos de experiência na pesca artesanal. Ela adquiriu seu conhecimento e habilidades desde a infância, graças à transmissão de saberes pela comunidade pesqueira local.

Além de ser uma conhecedora experiente dos rios da região e das diversas espécies de peixes que habitam essas águas, a pescadora tem uma visão única das mazelas sofridas pelo rio ao longo do tempo. Seu relato é enriquecido não apenas pelas memórias e ensinamentos de sua família, mas também pela perspectiva da integração da mulher como pescadora.

Ela representa um exemplo importante da presença e contribuição das mulheres na atividade da pesca artesanal, demonstrando a sua importância no contexto da comunidade pesqueira de Tocantinópolis e sua capacidade de lidar com os desafios e mudanças nas condições dos rios e das práticas de pesca ao longo das décadas.

Interlocutor 04

Pescador e ribeirinho, que vive nas margens do rio Tocantins, na região do município de Tocantinópolis, Tocantins, há 32 anos. Sua experiência de vida é uma mistura de anos dedicados à pesca e agricultura, transmitidos pela comunidade pesqueira e enraizados em sua origem como posseiro e lavrador.

Com um profundo conhecimento dos rios da região e das várias espécies de peixes que habitam essas águas, o interlocutor 4 compartilha seu relato, que é enriquecido pelas memórias e ensinamentos de sua família. Sua conexão contínua com o rio Tocantins é um aspecto fundamental de sua identidade.

Embora esteja em idade avançada, ele escolhe resistir à modernização e continua a viver em uma cabana como ribeirinho, sem possuir um pedaço de terra. Ele enfrenta o dilema da possível necessidade de ser deslocado de seu local de vida devido a mudanças ou pressões externas. Sua história reflete o conflito entre a preservação das tradições e o avanço das mudanças na região ribeirinha.

Interlocutor 05

Pescador tradicional com raízes nas principais lideranças de pescadores da comunidade do município de Tocantinópolis, Tocantins. Sua vasta experiência na pesca foi transmitida tanto pela comunidade pesqueira quanto por membros de sua própria família, que também desempenharam papéis significativos nessa tradição.

Ele é um conhecedor profundo dos rios da região, compreendendo não apenas as diversas espécies de peixes que habitam essas águas, mas também as mudanças que afetaram o ecossistema ao longo do tempo. Além disso, ele tem um profundo entendimento da organização social que une os pescadores e sua comunidade.

Seu relato é enriquecido pelas memórias e ensinamentos de sua família, bem como pela influência da organização social dos pescadores. Ele representa uma ligação valiosa entre a tradição familiar, a experiência prática e a coesão social da comunidade de pescadores em Tocantinópolis. Sua liderança e conhecimento desempenham um papel essencial na preservação e continuidade das práticas de pesca artesanal na região.